



# **Reabilitação do Convento de São Bento de Cástris**

Programas públicos para o património arquitetónico

**Alexandra Cravo da Silva Santos**

20101331

## **Orientação Científica:**

Professor Doutor José Aguiar  
Professor Doutor Victor Manuel Mota Ferreira

## **Júri:**

Presidente do Júri: Professor Doutor Paulo Jorge Garcia Pereira  
Vogal: Doutora Maria Fernandes  
Orientador: Professor Doutor José Aguiar

Projeto Final de Mestrado Elaborado  
para Obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Documento Definitivo  
Lisboa, FA ULisboa, Agosto 2017



## RESUMO

O objeto de estudo deste trabalho é o convento de S. Bento de Cástris, em Évora, um convento feminino da ordem de Cister, e dos poucos que ainda mantém a cerca conventual praticamente intacta.

O trabalho parte de uma breve análise das principais características do edificado e sua evolução ao longo do tempo, para a elaboração de uma proposta de reabilitação para o convento. O enquadramento da proposta assenta na compreensão dos pilares da própria ordem religiosa, e seu relacionamento com a população, pelo que é apresentada inicialmente uma breve resenha histórica do percurso e vicissitudes do convento, resultantes quer de acontecimentos no Reino de Portugal quer no seio da Igreja Católica.

O programa desenvolvido tem como referência um projeto promovido pela Direção Regional de Cultura do Alentejo, que visa a instalação de um centro de artes, ciência e tecnologia no convento, bem como a instalação permanente de uma pequena comunidade religiosa. Assim, conjuga-se no mesmo espaço um programa de cariz maioritariamente público com uma vertente privada, interagindo uma com a outra.

A proposta formulada enquadra-se no referido programa e pretende devolver o espaço tanto aos habitantes de Évora, como aos visitantes, tornando-o num local ativo na vida das comunidades, conciliável com a transmissão de valores e vivências às futuras gerações.

Palavras-chave: Património, Reabilitação, Requalificação, Convento, Évora, São Bento, Cister





## ABSTRACT

The studied object in this work is the convent of S. Bento de Cástris, in Évora, a feminine convent of Cister's order, and it is one of the few that still has its conventual fence/wall almost intact.

This work starts with a brief analysis of the construction's main characteristics and its evolution throughout time, in order to create a rehabilitation proposal for the convent. The proposal is built on the comprehension of the religious order own convictions, and its relation with the population. Thus, a summary of the convent's historical evolution, its ups and downs, caused either by Portuguese kingdom or Catholic Church events, are initially presented.

The developed program has as reference, a project promoted by the "Direção Regional de Cultura do Alentejo", which intends the creation of an art, science and technology centre in the convent, as well as, the permanent accommodation of a small religious community. Therefore, in the same building, a mainly public program and a private component, can coexist and interact.

The proposal is based on the above mentioned program, and its ultimate intent is restoring this location for the city's inhabitants and visitors, rendering it an active place in these communities life, compatible with the transmission of values to future generations.

Key words: Patrimony, Rehabilitation, Requalification, Convent/Monastery, Évora, São Bento, Cister



## Índice

RESUMO.....	I
ABSTRACT .....	III
Índice.....	V
Índice de Figuras.....	VII
Índice de Tabelas .....	X
Lista de Abreviaturas/Siglas .....	X
1 – Introdução .....	1
2 – O Património .....	3
2.1 – Conceitos.....	3
2.2 – Princípios da Conservação, Restauro e Reabilitação do Património .....	4
2.3 – Defesa do Património em Portugal.....	7
3 – Ordem de Cister .....	11
3.1 – Do monaquismo à ordem cisterciense .....	11
3.2 – Cister em Portugal.....	16
3.3 – Plano Cisterciense.....	22
4 – Contexto Eborense.....	27
4.1 – História e evolução da cidade de Évora .....	27
4.2 – A Arquitetura religiosa e o tardo-gótico em Évora e no Alentejo .....	32
5 – O Convento de São Bento de Cástris .....	35
5.1 – Localização e Envolvente.....	35
5.2 – História e fases de construção .....	37
5.3 – Distribuição de espaços, análise do edificado e valor patrimonial .....	43
5.4 – Análise Construtiva: Sistemas Estruturais e Materialidades .....	47
5.5 – Estado de conservação e principais anomalias .....	49
5.6 – Análise SWOT .....	51
6 – Projetos de Referência.....	53
6.1 – Mosteiro de S. Martinho de Tibães Arquiteto João C. Santos e IPPAR, desde 1994 .....	53
6.2 – Convento de Santa Maria do Bouro Arquiteto Eduardo Souto de Moura e Humberto Vieira, 1997.....	55

7 – A Proposta .....	59
7.1 – O Programa.....	59
7.2 – O projeto.....	61
8 – Bibliografia .....	67

## **Anexos**

Anexo 1 - Projeto, peças desenhadas, fotografias das maquetes

Anexo 2 – Levantamento fotográfico pessoal (disponível apenas em formato digital)

Anexo 3 – Análise escala macro e convento (disponível apenas em formato digital)

## Índice de Figuras

Fig. 1 – Fonte do claustro do convento de S. Bento de Cástris. FONTE: <a href="http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00006511">http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00006511</a> .....	XII
Fig. 2 – Centro de Varsóvia atualmente. FONTE: <a href="https://www.expedia.com/Holy-Cross-Church-Warsaw.d6139891.Vacation-Attraction">https://www.expedia.com/Holy-Cross-Church-Warsaw.d6139891.Vacation-Attraction</a> .....	4
Fig. 3 – Pintura do séc. XVIII de Bernardo Belloto. FONTE: <a href="https://www.theguardian.com/cities/2016/apr/22/story-cities-warsaw-rebuilt-18th-century-paintings#img-3">https://www.theguardian.com/cities/2016/apr/22/story-cities-warsaw-rebuilt-18th-century-paintings#img-3</a> .....	4
Fig. 4 – Claustro de D. Dinis, Mosteiro de Alcobaça. FONTE: <a href="http://www.mosteiroalcobaca.pt/pt/index.php?s=galeria&amp;galeria=41">http://www.mosteiroalcobaca.pt/pt/index.php?s=galeria&amp;galeria=41</a> .....	10
Fig. 5 – Ala dos irmãos conversos, Abadia de Claraval (Clairvaux). FONTE: <a href="https://www.facebook.com/abbayedclairvaux/photos/a.485031524965807.1073741827.485022078300085/807567369378886/?type=3&amp;theater">https://www.facebook.com/abbayedclairvaux/photos/a.485031524965807.1073741827.485022078300085/807567369378886/?type=3&amp;theater</a> .....	13
Fig. 6 – Representação de S. Bernardo de Claraval no refeitório do convento S. Bento de Cástris. .	14
Fig. 7 – Reino de Portugal, antes da conquista dos territórios a Sul do rio Tejo. FONTE: <a href="https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Castilla_1210.png">https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Castilla_1210.png</a> .....	17
Fig. 8 – Distribuição dos conventos Cistercienses em Portugal. Adaptado de: Cocheril, Maur. Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1978. ....	21
Fig. 9 - Planta medieval do convento de Santa Maria de Alcobaça. FONTE: Jorge, Virgolino. Organização Espaço-funcional da Abadia Cisterciense Medieval - Alcobaça como modelo de análise. Lisboa, 2010.....	23
Fig. 10 – Planta-tipo de um convento Cisterciense. FONTE: Jorge, Virgolino. Organização Espaço-funcional da Abadia Cisterciense Medieval - Alcobaça como modelo de análise. Lisboa, 2010.	23
Fig. 11 – Claustro do convento de S. Bento de Cástris .....	25
Fig. 12 - Claustro do convento de S. Bento de Cástris. ....	25
Fig. 13 – Claustro do convento de S. Bernardo de Portalegre. FONTE: <a href="http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3748">http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3748</a> .....	25
Fig. 14 - Claustro do convento de S. Bernardo de Portalegre. FONTE: <a href="http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3748">http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3748</a> .....	25
Fig. 15 – Portal do convento de S. Francisco de Évora. ....	26
Fig. 16 – Esquema indicativo das distâncias e tempo médio desde Évora a outras cidades importantes.....	27
Fig. 17 – Conventos existentes na área de Évora, identificados a preto. ....	30

Fig. 18 - Esquema de abóbada encontrada em: Évora: S. Francisco (capela-mor) Évora: Sé (cap. Esporão) S. Bento de Cástris (nave) FONTE: Silva, José Custódio Vieira da. O tardo-gótico em Portugal, a Arquitectura no Alentejo. Lisboa: Livros Horizonte, 1989. ....	32
Fig. 19 – Esquema de abóbada encontrada em: Elvas: antiga Sé (nave principal); Alvito: igreja matriz (nave principal); Espinheiro: capela de Garcia Resende; Serpa: convento de Stº António (nártex e claustro); Olivença: Madalena (nave principal) FONTE: Silva, José Custódio Vieira da. O tardo-gótico em Portugal, a Arquitectura no Alentejo. Lisboa: Livros Horizonte, 1989. ....	32
Fig. 20 - Esquema de abóbada encontrada em: Arraiolos: igreja dos Lóios (nave) FONTE: Silva, José Custódio Vieira da. O tardo-gótico em Portugal, a Arquitectura no Alentejo. Lisboa: Livros Horizonte, 1989. ....	32
Fig. 21 – Interior da igreja do convento dos Lóios, Arraiolos. FONTE: <a href="http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73657">http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73657</a> .....	33
Fig. 22 – Exterior do convento dos Lóios, Arraiolos. FONTE: <a href="http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00002877">http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00002877</a> .....	33
Fig. 23 – Torre do convento de S. Bento de Cástris .....	34
Fig. 24 – Localização do convento de S. Bento de Cástris em relação a Évora, percurso desde a Praça do Giraldo pela estrada em direção a Arraiolos .....	35
Fig. 25 – Carta Topográfica e Orográfica. Esc. 1/25000 .....	36
Fig. 26 – Carta Geológica. Esc. 1/25000 .....	36
Fig. 27 – Dormitórios, vista do corredor de acesso às celas, na Ala Nascente. FONTE: <a href="http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00006511">http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00006511</a> .....	38
Fig. 28 – Construção da cobertura dos dormitórios, na Ala Nascente. FONTE: <a href="http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00006511">http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00006511</a> .....	38
Fig. 29 – Ala Nascente do claustro (reconstruída), piso térreo .....	40
Fig. 30 – Terraço da Ala Nascente do claustro, primeiro piso .....	40
Fig. 31 – Esquema cronológico da evolução do convento .....	42
Fig. 32 – Esquema comparativo de distribuição de espaços. À esquerda a planta-tipo cisterciense de Virgolino Jorge, à direita S. Bento de Cástris .....	44
Fig. 33 – Entrada da antiga Sala Capitular .....	45
Fig. 34 – Nova Sala Capitular/Sala das Colunas .....	45
Fig. 35 – Axonometria indicativa do valor patrimonial atribuído aos espaços conforme o seu grau de autenticidade e qualidade arquitetónica .....	46
Fig. 36 – Construção da cobertura em madeira do claustro, primeiro piso. (ao lado) FONTE: <a href="http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00006511">http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00006511</a> .....	47

Fig. 37 – Construção da cobertura das abóbadas em alvenaria, piso térreo. (em cima, à esquerda)	
FONTE: <a href="http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00006511">http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00006511</a>	47
Fig. 38 – Esquema da abóbada da antiga Sala Capitular	48
Fig. 39 – Esquema das abóbadas existentes na Sala do Capítulo Nova e Enfermaria	48
Fig. 40 – Esquema das abóbadas na nave da igreja (à direita)	48
Fig. 41 – Pormenor da exposição da estrutura em alvenaria, devido ao desgaste do revestimento.	49
Fig. 42 – Pormenor da exposição da estrutura em alvenaria, devido ao desgaste do revestimento.	49
Fig. 43 – Degradação do revestimento exterior e exposição dos elementos contrutivos.	49
Fig. 44 – Pormenor de arenização e rugosidade na coluna	49
Fig. 45 – Pormenor de arenização no capitel e perda de definição.	49
Fig. 46 - Destacamento do estuque, no Claustro primeiro piso.	50
Fig. 47 – Descolamento dos azulejos.	50
Fig. 48 – Pormenor de eflorescências na igreja.	50
Fig. 49 – Pormenor de destacamento do estuque, deixando o fasquiado exposto.	50
Fig. 50 – Destacamento da pintura.	50
Fig. 51 – Escamação das várias camadas de pintura	50
Fig. 52 - Pormenor de proliferação de bolores e fungos na Enfermaria.	50
Fig. 53 – Pormenor de proliferação de bolores e fungos na igreja.	50
Fig. 54 – Pormenor de escorrimento na Sacristia	50
Fig. 55 – Fotografias antes (à esquerda) e depois (à direita) da intervenção no convento de S. Martinho de Tibães. FONTE: <a href="http://mosteirodetibaes.org/obra.aspx?v=lista&amp;.aspx">http://mosteirodetibaes.org/obra.aspx?v=lista&amp;.aspx</a>	53
Fig. 56 – Vista área do convento de S. Martinho de Tibães. FONTE: <a href="http://culturanoorte.pt/pt/patrimonio/mosteiro-de-sao-martinho-de-tibaes/#">http://culturanoorte.pt/pt/patrimonio/mosteiro-de-sao-martinho-de-tibaes/#</a>	53
Fig. 58 – Piso 1. Adaptado de: IPPAR. Estudos/Património. nº2. Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos, 2002	54
Fig. 57 – Piso térreo. Adaptado de: IPPAR. Estudos/Património. nº2. Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos, 2002	54
Fig. 59 – Corte. Adaptado de: <a href="http://www.archdaily.com/768833/santa-maria-do-bouro-convent-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira/">http://www.archdaily.com/768833/santa-maria-do-bouro-convent-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira/</a>	56
Fig. 60 – Alçado Sul. Adaptado de: <a href="http://www.archdaily.com/768833/santa-maria-do-bouro-convent-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira/">http://www.archdaily.com/768833/santa-maria-do-bouro-convent-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira/</a>	56
Fig. 61 – Planta do Piso -1. Adaptado de: <a href="http://www.archdaily.com/768833/santa-maria-do-bouro-convent-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira/">http://www.archdaily.com/768833/santa-maria-do-bouro-convent-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira/</a>	56
Fig. 62 – Planta de cobertura de S. Maria do Bouro. FONTE: <a href="http://www.archdaily.com/768833/santa-maria-do-bouro-convent-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira/">http://www.archdaily.com/768833/santa-maria-do-bouro-convent-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira/</a>	56
Fig. 63 – Vista aérea do convento de S. Bento de Cástris e dependências.	58
Fig. 64 – Esquema das zonas exteriores principais e acesso.	60
Fig. 65 – Esquema das principais circulações no convento, no piso térreo e primeiro piso.	61

Fig. 66 – Distribuição dos principais espaços desenvolvidos no convento.....	63
Fig. 67 – Esquema de quarto na ala Nascente. Piso inferior à esquerda, e piso superior à direita. ..	64
Fig. 68 – Esquema da sequência de quarto no dormitório dos monges seniores. ....	64

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Síntese dos conventos Cistercienses, data, localização e género em Portugal.....	19
Tabela 2 - Síntese dos conventos, género dos religiosos e localização na cidade de Évora.....	29

## Lista de Abreviaturas/Siglas

DGEMN – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais  
 DGPC – Direção Geral do Património Cultural  
 DRCA – Direção Regional de Cultura do Alentejo  
 ENATUR – Empresa Nacional de Turismo  
 ICOMOS – International Council of Monuments and Sites  
 IIP – Imóvel de Interesse Público  
 IPPAR – Instituto Português do Património Arquitetónico  
 MN – Monumento Nacional  
 PM – Património Mundial  
 SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico  
 ZEP – Zona Especial de Proteção







Fig. 1 – Fonte do claustro do convento de S. Bento de Cástris.

FONTE: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511)

## 1 – Introdução

O convento de São Bento de Cástris, situado na área extramuros da cidade de Évora, pertence à ordem de Cister e é um dos poucos exemplos de estruturas conventuais que atualmente ainda possui a grande maioria das suas cercas (interior e exterior) intactas. Apresenta quase todas as suas dependências, incluindo hortas, enfermaria e igreja, conservando um elevado grau de autenticidade. É um monumento que, após a extinção das ordens religiosas em Portugal, resistiu à passagem do tempo através de sucessivas apropriações e modificações, sendo visível a presença de inúmeras fases construtivas.

O programa, *Sphera Castris*, da iniciativa da Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCA), pretende oferecer aos habitantes da cidade de Évora um novo espaço de trabalho, comunhão e lazer. Este trabalho insere-se nesta problemática, e tem como objetivo principal a execução de um projeto de reabilitação, proporcionando a instalação de um programa multifuncional como um meio de integração, vivência, experiência e manutenção do património edificado na atualidade.

Em termos metodológicos, o trabalho é composto por uma parte escrita e de investigação e uma parte prática que consiste na elaboração do projeto em si. Para a última fase foi então essencial efetuar um levantamento extensivo da situação atual do convento com o objetivo de corrigir e completar levantamentos anteriores e compreender qual o verdadeiro estado do edifício. Neste contexto foram utilizados diversos métodos e cruzadas várias fontes de informação.

Como base documental partiu-se de alguns desenhos existentes, bem como um registo fotográfico, mas a grande maioria da informação existe sob forma de documentos escritos. Complementarmente a estes métodos tradicionais foi efetuado um levantamento do espaço através de lasers que permitem a captação de pontos referenciais, originando uma nuvem de pontos. Cada espaço necessita de vários varrimentos laser, em diferentes posições, de forma a conseguir captar ângulos mortos. Assim, para completar a visualização tridimensional de um espaço é necessário agregar posteriormente o conjunto de nuvens de pontos que lhe diz respeito. Devido à morosidade deste processo, não foi efetuado um levantamento laser em todo o edificado mas apenas em partes consideradas com maior relevância.

No que diz respeito à componente escrita, apresentada em seguida, o trabalho foi subdividido em seis partes integrantes. Numa fase inicial referem-se os diferentes conceitos associados a esta temática do património e a sua evolução ao longo do tempo. A segunda parte constitui um contexto histórico e cultural do que foi a comunidade Cisterciense, as suas principais ideologias, o seu aparecimento, desenvolvimento e ainda a sua evolução e importância.

De seguida, é brevemente tratada a questão da localização, fazendo-se um enquadramento da cidade de Évora, património mundial, bem como a sua ligação e relação com o convento de São Bento de Cástris.

O quinto capítulo por sua vez foca-se no convento propriamente dito, passando pela sua história e processo de construção, procurando compreender o seu valor patrimonial. É efetuada a descrição dos principais espaços bem como o seu enquadramento estilístico, sendo ainda identificadas as anomalias mais recorrentes no edificado, no que diz respeito ao seu estado de conservação.

No sexto capítulo são apresentados alguns projetos de reabilitação de outros conventos utilizados como referência. Aqui é feita uma breve análise da intervenção, bem como os conceitos implícitos e programas aplicados, acompanhada de desenhos explicativos.

Por último encontra-se a fase projetual, onde é descrita a intervenção proposta para o edificado, o programa aplicado, as escolhas efetuadas e os motivos subjacentes. Esta proposta está acompanhada de peças desenhadas para uma melhor compreensão do projeto e principais áreas intervencionadas.

## 2 – O Património

### 2.1 – Conceitos

A abordagem de toda e qualquer questão ligada à intervenção em património pressupõe uma compreensão clara dos conceitos e terminologias associados a esta problemática. Assim considera-se pertinente apresentar as seguintes definições, propostas pelo principal órgão internacional neste domínio disciplinar, o ICOMOS<sup>1</sup>:

Entende-se por **Conservação** – (i) *“Operações que mantêm a construção tal como ela é hoje, ainda que intervenções limitadas sejam aceites para melhorar os níveis de segurança”*<sup>2</sup>; (ii) *“todas as operações que visam compreender uma obra, conhecer a sua história e o seu significado, assegurando a sua salvaguarda material e, se necessário, o seu restauro e valorização”*<sup>3</sup>; (iii) *“(…) conjunto de actuações de prevenção e de salvaguarda visando assegurar uma duração, que se pretende ilimitada, da configuração material do objecto considerado”*<sup>4</sup>

Entende-se por **Reabilitação** – (i) *“Processo para adaptar uma construção a um novo uso ou função, sem alterar as partes da construção que são significativas para o seu valor histórico.”*<sup>5</sup>; (ii) *“conjunto de operações dirigidas à conservação e ao restauro das partes significativas – em termos históricos e estéticos – de uma arquitectura, incluindo a sua beneficiação geral, de forma a permitir -lhe satisfazer a níveis de desempenho e exigências funcionais actualizadas.”*<sup>6</sup>

Entende-se por **Restauro** – (i) *“Processo de recuperar a forma de uma construção de acordo com a imagem de determinado período de tempo com recurso à remoção de trabalhos adicionais ou substituição de trabalhos posteriores em falta.”*<sup>7</sup>; (ii) *“qualquer intervenção que, respeitando os princípios da conservação e fundamentando -se num cuidadoso conhecimento prévio, vise restituir ao objecto, nos limites do possível, uma relativa legibilidade e, sempre que necessário, o uso”*<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> International Council of Monuments and Sites.

<sup>2</sup> ICOMOS. Recomendações para a análise, conservação e restauro estrutural do Património Arquitectónico. Tradução de Paulo B. Lourenço; Daniel V. Oliveira, Universidade do Minho, Departamento de Engenharia Civil, 2004.

<sup>3</sup> Aguiar, José, e Ana Paula Amendoeira. “A conservação da identidade do património urbano e o lugar às novas arquitecturas.” Estratégias de Reabilitação dos Centros Históricos. Vila Real: URBE, 1999. 27-46

<sup>4</sup> Paiva, J. V., J. Aguiar, e A. Pinho. Guia Técnico de Reabilitação Habitacional. Vol. I. Lisboa: INH, LNEC, 2006.

<sup>5</sup> ICOMOS. Op. cit.

<sup>6</sup> Paiva, J. V., J. Aguiar, e A. Pinho. Op. cit.

<sup>7</sup> ICOMOS. Op. cit.

<sup>8</sup> Paiva, J. V., J. Aguiar, e A. Pinho. Op. cit.

## 2.2 – Princípios da Conservação, Restauro e Reabilitação do Património

A preocupação com a salvaguarda dos monumentos, surge de forma mais ou menos acentuada, já desde o Renascimento, quando transparece uma vontade de preservar aquilo que eram os monumentos da Antiguidade Clássica. Neste sentido foram tomadas algumas medidas de proteção e reconstituição dos monumentos, mas sem grande cuidado com a sua veracidade científica. Anteriormente deparávamo-nos apenas com uma reutilização de espaços para novas funções, numa perspetiva de meio de aproveitamento de espaços cujo uso deixara de corresponder às necessidades contemporâneas. A reconversão acontecia sem qualquer valorização cultural do elemento arquitetónico existente, ou seja, o edifício era encarado como um bem existente, disponível para um qualquer uso. Só bem mais tarde, no século XX, é que ocorreu uma revolução em toda a problemática da conservação e restauro, surgindo diversos teóricos e escolas de pensamento.

É no contexto pós Segunda Guerra Mundial, perante a enorme área destruída, que surge um grande fenómeno de reconstrução. Este processo consistiu essencialmente na construção de cópias do edificado antigo, numa tentativa de manter as cidades como eram originalmente, e recorrendo muitas vezes ao uso do betão devido à rapidez construtiva. Na primeira metade do século XX as intervenções realizadas eram pautadas pelo lema de Luca Beltrami “come era dove era” (como era, onde estava). O centro histórico de Varsóvia, reconstruído a partir de 1950 com base nas pinturas de Bernardo Belloto<sup>9</sup>, é um exemplo deste tipo de intervenção e reconstrução mimética.



Fig. 2 – Centro de Varsóvia atualmente.  
FONTE: <https://www.expedia.com/Holy-Cross-Church-Warsaw.d6139891.Vacation-Attraction>



Fig. 3 – Pintura do séc. XVIII de Bernardo Belloto.  
FONTE: <https://www.theguardian.com/cities/2016/apr/22/story-cities-warsaw-rebuilt-18th-century-paintings#img-3>

---

<sup>9</sup> Pintor Veneziano “vedutista” do século XVIII.

Em oposição a estes processos de substituição, reinvenção e também de demolição do edificado existente surge em Itália o chamado Restauro Crítico. Cesare Brandi, autor da *Teoria del Restauro*, é um dos grandes protagonistas desta doutrina. Aqui é defendido ao máximo a autenticidade do monumento, sendo que qualquer intervenção não deve criar falsos valores históricos e estéticos. O fator *tempo* deve ser tido conta, pois existe e influencia o valor próprio da obra, não devendo ser apagado ou dissimulado.

*“De um lado avançam as teses de intervenção maximalista, entre as quais se incluem a adição de novas construções de linguagem contemporânea, o restauro “por semelhança” ou “all ’ idêntico” (ou seja, de restituição integral) ou o restauro por recriação. Do outro lado avançam as teses de intervenção minimalista, de simples conservação e reparação.”<sup>10</sup>*

Na segunda metade do século XX as destruições são essencialmente associadas aos novos problemas relacionados com a salubridade, funcionalidade e segurança, nos centros históricos. Esta questão estendeu-se por toda a Europa, servindo muitas vezes como desculpa para os inúmeros processos de modernização, destruição e substituição das áreas históricas, vistas muitas vezes como impedimentos da evolução e focos de doenças da cidade.

Posteriormente surge em 1964, no seguimento de um congresso internacional sobre a conservação e restauro, a *Carta de Veneza*, um dos primeiros documentos oficiais que estabelece normas legislativas de atuação no restauro de monumentos. Um dos grandes contributos e inovações desta carta, que evidencia uma mudança ideológica relativa à definição e significado de monumento, é a inclusão de áreas urbanas ou rurais, além da obra arquitetónica circunscrita. Já anteriormente, a *Carta de Atenas do Restauro* em 1931, também resultado da primeira conferência internacional sobre o restauro de monumentos, englobava quais os princípios a seguir no restauro de monumentos, mas só se aplicava aos ditos “monumentos históricos e artísticos”, sem preocupação clara com a sua envolvente e outros tipos de espaço. A valorização da herança cultural foi entretanto alvo de um enorme crescimento, como refere Choay<sup>11</sup>, “a tripla expansão - tipológica, cronológica e geográfica – dos bens patrimoniais foi acompanhada pelo crescimento exponencial do seu público.”

A formulação e publicação destes documentos internacionais desencadeia leis que defendem a adaptação programática do projeto ao monumento, de forma a que seja o monumento a condicionar o programa desenvolvido e não o contrário, e também a proteção da envolvente das obras arquitetónicas. A consagração legislativa desta abordagem merece destaque pois atualmente qualquer reabilitação se deve reger por estes princípios, considerados como imperativos.

---

<sup>10</sup> Pereira, Paulo. *Património Edificado, Pedras Angulares*. Lisboa: Aura, 2005.

<sup>11</sup> Choay, Françoise. *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2014.

Na década de 70 o desenvolvimento de novos materiais e novas técnicas de construção leva a um aumento massivo no número de construções em geral, sendo visível o ritmo acelerado das grandes transformações nas cidades, na sua paisagem e organização. Com esta mudança de paradigma, o conceito de reabilitação estende-se à escala urbana, face às necessidades de adaptação às novas formas de habitação e aos seus novos requisitos, sendo por isso necessário abranger o geral das edificações.

Neste contexto são de grande importância algumas medidas inovadoras que surgem em França, como é o caso da Lei Malraux, das primeiras dirigidas à proteção e preservação de conjuntos arquitetónicos urbanos, denominados de *Secteurs Sauvegardés*. Em Inglaterra surgem também, as *Conservation Areas*, áreas com regulamentação específica também no âmbito da preservação dos valores históricos próprios.

Mais tarde nos anos 80, como resposta às novas problemáticas contemporâneas, são publicadas duas novas cartas. A primeira em 1981, *Carta de Florença*, que visa a proteção e manutenção dos “Jardins Históricos” e das paisagens; a segunda conhecida como *Carta de Washington* de 1987 que trata da “Salvaguarda das Cidades Históricas”. Nesta carta fica explícito que o objetivo é o de proteger centros urbanos históricos e respetivos “valores próprios das civilizações urbanas tradicionais (...) ameaçadas pela degradação, desestruturação ou destruição, consequência de um tipo de urbanismo nascido na industrialização e que atinge hoje universalmente todas as sociedades.”<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> ICOMOS. Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (Carta de Washington). Washington: ICOMOS, 1987.



## 2.3 – Defesa do Património em Portugal

Em Portugal, no contexto da época do movimento romântico e do revivalismo, começam a surgir em meados do século XIX as primeiras manifestações de interesse em conservar a arquitetura e monumentos do passado. Deste modo, ocorrem no fim do século, as obras de restauro a monumentos considerados contributos históricos do país, como o Mosteiro dos Jerónimos, Sés de Lisboa e Coimbra, Mosteiro da Batalha. *“Seguindo predominantemente metodologias caras a Viollet-Le-Duc, estes trabalhos serão por sua vez inspiradores das intervenções no património que se irão desenrolar desde 1930 até cerca de 1960.”*<sup>13</sup>

Na primeira metade do século XX, durante o Estado Novo, aumentam em grande escala as ações no âmbito do restauro de monumentos. Estas intervenções focavam-se unicamente no monumento enquanto obra arquitetónica isolada, com claros valores históricos, sendo que para a época a noção e definição de monumento, e dos objetos cujo valor merece ser preservado, é extremamente limitada quando comparada com o resto da Europa. As intervenções em causa, na grande maioria das vezes, devido a uma falta de estudo e conhecimento científico, resultavam num falso histórico e estilístico.

É já na segunda metade do século XX, com este crescente interesse na reabilitação de monumentos históricos, que surge em 1950 com a Pousada do Castelo em Óbidos, a empreitada das “Pousadas Históricas” associada à empresa estatal ENATUR<sup>14</sup>, agora gerida pelo grupo hoteleiro Pestana Pousadas. Neste âmbito, devido à sua aptidão e tipologia versátil, foram convertidos em pousadas muitos edifícios conventuais.

Em Portugal, tal como noutros países europeus, foram executadas demolições como pretexto da procura do traçado original dos edifícios, retirando-lhes acrescentos considerados menos dignos. Esta metodologia desconsidera do fator *tempo* na vida de um monumento, e muitas vezes leva a uma alienação de grandes contributos históricos.

A definição de monumento em Portugal só se torna mais abrangente a partir de 1975, quando se estende até à escala urbana, passando a incluir conjuntos de áreas urbanas em ações de reabilitação. Assiste-se então ao aparecimento progressivo de novos regulamentos legislativos relativos a questões urbanísticas e programas de renovação urbana integrada.

Este tipo de intervenção conduziu a um isolamento dos centros históricos, sendo que por vezes a excessiva legislação, no que respeita à sua conservação e restauro, levou ao seu abandono

---

<sup>13</sup> Pereira, Paulo. *Património Edificado, Pedras Angulares*. Lisboa: Aura, 2005.

<sup>14</sup> Empresa Nacional de Turismo

e desertificação. Como refere Choay<sup>15</sup>, ao privarmos os centros históricos do efeito da passagem do tempo e da evolução urbana, estamos a retirar-lhes qualquer valor histórico inerente. Estes centros apenas podem ser salvaguardados e transmitidos a gerações futuras se forem mantidos e integrados na vida contemporânea. Qualquer cidade é dotada de elementos de várias épocas, e este fator constitui uma especificidade do próprio local.

No século XXI os problemas são de outra índole. Começa a ressurgir o interesse pelos centros históricos enquanto elemento central da cidade, onde tudo acontece. Assim *“a expulsão do trabalho para a periferia e a excessiva promoção de habitação no centro — sobretudo de hotéis no centro do centro — que estamos a verificar em cidades como Lisboa (no quadro do atual PDM) estão a conduzir a um novo tipo de segregação funcional que acentua novos fenómenos de ghettoização funcional e social.”*<sup>16</sup>

Atualmente são cada vez mais recorrentes as vendas de imóveis a sectores privados que, usando o nome da reabilitação, transformam edifícios com interesse público e conferem-lhes usos e programas privados, muitas vezes de luxo, impedindo o público geral de ter acesso a estes edifícios. Nestas intervenções acontecem regularmente obras de elevada escala, que não respeitam nem mantêm carácter do edifício retirando-lhe o seu valor. São exemplo destes casos extremos, intervenções onde acontece uma destruição de quase todo o edifício e mantém-se apenas a fachada (fachadismo), sem qualquer consideração pelos materiais e estrutura existentes.

---

<sup>15</sup> Choay, Françoise. *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2014

<sup>16</sup> Aguiar, José. “Reabilitação ou Fraude?” *Revista Património*, Novembro de 2014, Direcção-Geral do Património Cultural ed.: 56-69.



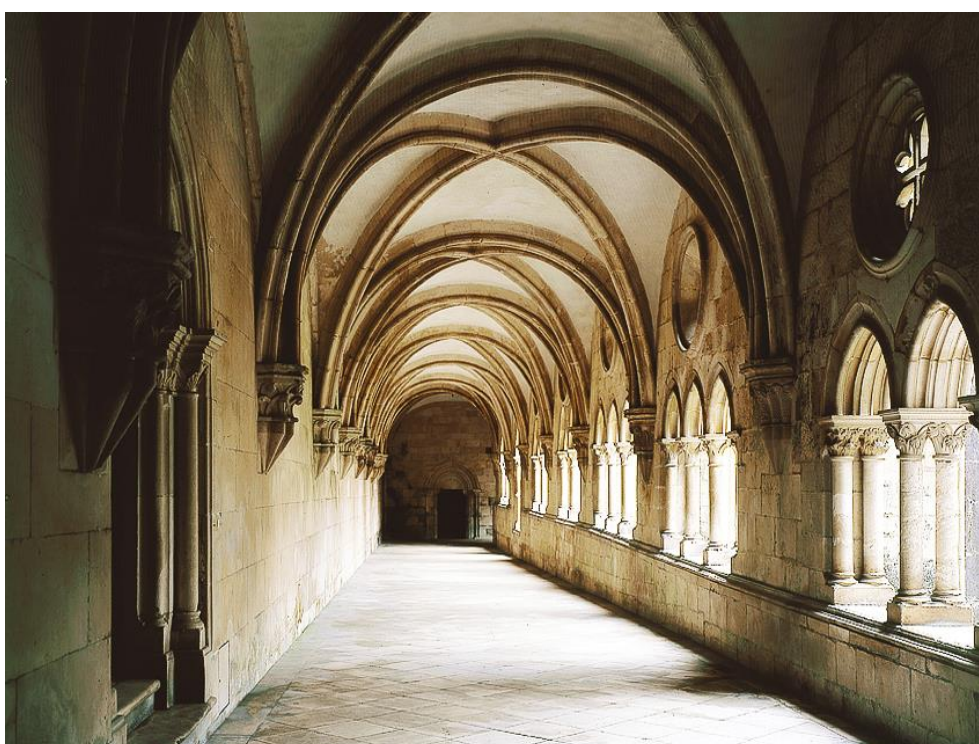


Fig. 4 – Claustro de D. Dinis, Mosteiro de Alcobaça.  
FONTE: <http://www.mosteiroalcobaca.pt/pt/index.php?s=galeria&galeria=41>

### 3 – Ordem de Cister

#### 3.1 – Do monaquismo à ordem cisterciense

O monaquismo foca-se principalmente na procura da perfeição, aproximação e união máxima com Deus, sendo que, para atingir esta experiência espiritual torna-se necessário a fuga ao mundo e às suas tentações constantes. Na sequência deste afastamento do mundo surge o isolamento, individual ou em comunidade.

É neste contexto que surge a Regra de S. Bento, da autoria do monge São Bento de Núrsia, a principal regra pela qual se regem os Cistercienses. Este monge fundou também o que viria ser o primeiro convento Beneditino, em Monte Cassino (Itália) e consequentemente a Ordem Beneditina. A Regra de S. Bento contém um conjunto de descrições de como deve ser o dia-a-dia destas comunidades, quais as regras essenciais a cumprir, as hierarquias de poder, respetivas tarefas, horários rígidos para as atividades e a indumentária. *“O dia é passado em humildade, abnegação, silêncio, trabalho manual e intelectual, oração comum e individual (...)”*<sup>17</sup> Em suma, a principal máxima posta em prática é *Ora et Labora*, cujo significado é Ora/Reza e Trabalha. O espaço monástico deveria representar só por si uma espécie de cidade, onde os seus habitantes conseguem executar todas as tarefas necessárias à vida como dormir, habitar, comer, trabalhar e orar.

*“A Regra de S. Bento define o Mosteiro como um espaço autónomo, segregado da realidade mundana, por um muro, encontrando-se para dentro desse limite tudo quanto fosse necessário para pôr em prática o princípio da auto-suficiência. Da oração ao lazer, do trabalho à alimentação, do colectivo ao individual, o mosteiro é, como produto humano, um reflexo funcional de todas as necessidades dos homens que o habitam em regime de exclusão social.”*<sup>18</sup>

Com o passar do tempo, o crescimento e propagação das comunidades religiosas levaram a que alguns dos valores defendidos se fossem perdendo e alterando, surgindo diversas vertentes de ordens religiosas, umas mais rígidas, outras menos. A ordem de Cluny (909), por exemplo, focava-se principalmente na adoração e no enaltecimento de Deus, descurando o trabalho manual. Nasceu assim uma ordem caracterizada pela riqueza e opulência, conseguida através de grandes apoios monetários e ligações à alta nobreza.

---

<sup>17</sup> Caeiro, Elsa. “Os Conventos do Termo de Évora.” Tese de Doutoramento, Sevilha, 2005.

<sup>18</sup> Rocha, Manuel Joaquim Moreira da. “O Mosteiro-cidade na Génese e Desenvolvimento Urbano: Uma interpretação do espaço.” Ciências e Técnicas do Património, Revista da Faculdade de Letras, 2006-2007, I ed.: 527-548

Posteriormente, por oposição à ordem de Cluny, surge em França a ordem de Cister, configurando uma espécie de reforma necessária face ao declínio do monaquismo e dos seus valores e regras iniciais. Esta nova ordem, com base sólida e influências da ordem Beneditina e da Regra de S. Bento, procurava retomar os valores impostos nos seus primórdios, seguindo-os de forma mais “pura” e rígida, tornando maior a tentativa de aproximação a Deus e busca da perfeição. *“Existe um equilíbrio entre a oração e o trabalho manual, sendo a leitura uma forma de meditação profunda, que condiciona a oração e a contemplação.”*<sup>19</sup>

A primeira tentativa de formação de Cister, um mosteiro regido pela Regra de S. Bento, de portas fechadas às comunidades exteriores, afastava-se dos ideais Cluniacenses e procurava uma emancipação face ao poder secular e seus benefícios eclesiásticos. Foi o monge beneditino Robert que teve esta iniciativa, instalando-se com uma comunidade numa nova fundação em Molesme (Borgonha, França) e tornando-se o seu primeiro abade.

Em 1098 instalaram-se no Novo Mosteiro (Cîteaux), alguns religiosos em busca de um local que lhes permitisse atingir o seu objetivo, pouco tempo depois Robert foi obrigado a abandonar a comunidade, ficando Alberico com o cargo de abade. Nesta fase o Novo Mosteiro ficou com um número muito reduzido de religiosos pois muitos acompanharam o seu mestre e voltaram a Molesme. Em 1100, com Alberico no cargo de abade, dá-se a emancipação desta nova abadia, sendo a igreja consagrada no ano de 1106, e *“(…) terá sido a primeira a ser dedicada à Santíssima Virgem Maria, o que se veio a tornar, numa constante, sempre presente na tradição monástica cisterciense.”*<sup>20</sup>

Após a morte de Alberico, é Estevão quem lhe sucede no cargo de abade. Este *“proporciona à comunidade estruturas organizativas que vão corresponder à sua organização fundamental. Segundo alguns historiadores, os cistercienses devem a Estêvão Harding o seu maior legado: a Carta Caritatis, a base constitucional da Ordem.”*<sup>21</sup> Por este motivo, pode-se dizer que Estevão foi responsável pela consolidação da ordem, dando origem a quatro novas abadias Cistercienses, filiadas a Cîteaux<sup>22</sup>. Posteriormente, todas as novas fundações estavam forçosamente associadas a uma dessas cinco abadias principais.

Na *Carta Caritatis* definia-se que qualquer nova abadia que se filiasse a Cister, apesar de independente, ficava automaticamente sob a alçada de uma abadia mãe, ou seja, tinha de responder perante as ordens dos seus responsáveis. O Abade responsável tinha o dever de visitar as abadias

---

<sup>19</sup> Caeiro, Elsa. “Os Conventos do Termo de Évora.” Tese de Doutoramento, Sevilha, 2005.

<sup>20</sup> Martins, Ana Maria Tavares Ferreira. “As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território.” Tese de Doutoramento, Sevilha, 2011.

<sup>21</sup> Idem

<sup>22</sup> As cinco abadias principais são Cister (abadia-mãe), Claraval, Morimond, La Ferté e Pontigny. Claraval e Morimond foram as de maior sucesso, congregando o maior número de fundações.

filiadas a fim de verificar o cumprimento da Regra e o comportamento dos religiosos/as instaladas nos conventos. No caso de existir alguma incoerência deveria então ser estabelecida uma punição e correção. Para o efeito foi criado o “Capítulo Geral” onde se reuniam, anualmente, todos os abades responsáveis, para discutir as medidas a tomar.

Por último é necessário realçar o papel de S. Bernardo de Claraval<sup>23</sup>, fundador da abadia de Clairvaux (1115), e a sua importância para a expansão de Cister. O seu carisma e força fizeram com que, apenas três anos depois de iniciar a sua vida em Cîteaux, Estevão o incumbisse de criar a nova abadia, da qual seria abade. Tratando-se de uma nova fundação *“os monges estabelecem-se num sítio qualquer onde nada há. Devem ser 13: um Abade e 12 monges.”*<sup>24</sup>

Este monge revelou-se um dos pregadores mais conhecidos da ordem devido à sua enorme vocação, atraindo incontáveis novos religiosos a seguirem a Regra de S. Bento e integrarem o sistema Cisterciense. Desencadeou um dos maiores momentos de crescimento e evolução da ordem, surgindo inúmeras novas fundações filiadas a Claraval.

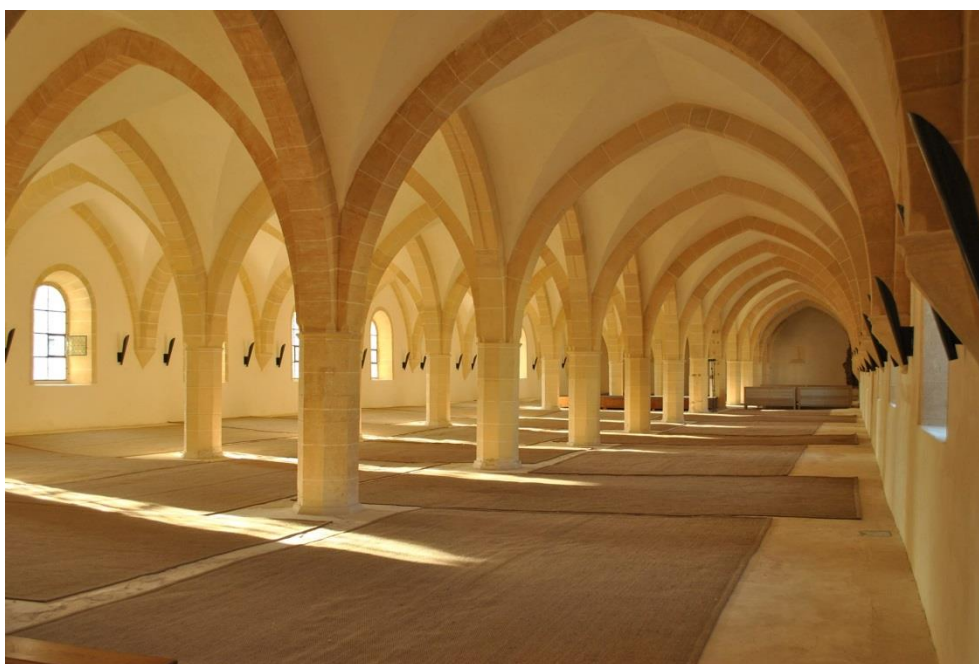


Fig. 5 – Ala dos irmãos conversos, Abadia de Claraval (Clairvaux).

FONTE:

<https://www.facebook.com/abbayedclairvaux/photos/a.485031524965807.1073741827.485022078300085/807567369378886/?type=3&theater>

---

<sup>23</sup> A importância de S. Bernardo é tal que muitas vezes, tanto em Portugal como em Espanha, surge a denominação de Bernardos/Conventos de S. Bernardo; a denominação oficial da própria Congregação seria “Congregação de Santa Maria de Alcobaca da Ordem de S. Bernardo nos Reinos de Portugal e do Algarve”.

<sup>24</sup> Cocheril, Maur. “Abadias Cistercienses portuguesas.” Revista Lusitania Sacra, 1959, Centro de Estudos de História Eclesiástica, Universidade Católica Portuguesa ed.: Tomo 4.

*“O número continuou a aumentar constantemente pelo que, à morte de Estêvão, em 1134, eram já 73 as abadias e à morte de S. Bernardo, em 1153, eram 393. No fim da Idade Média existiam já 742 mosteiros masculinos e cerca de 900 mosteiros femininos.”<sup>25</sup>*



Fig. 6 – Representação de S. Bernardo de Claraval no refeitório do convento S. Bento de Cástris.

A morte de S. Bernardo em 1153, bem como o rápido crescimento da ordem e a multiplicidade de casas levam a uma maior dificuldade no controlo da vida nos mosteiros, e consequentemente à degradação de alguns valores. Inicia-se uma nova fase da ordem de Cister, fruto da grande popularidade e aceitação, e alguns religiosos começam a aceitar trabalhos (cargos pastorais) à frente de paróquias, algo que ia contra os preceitos defendidos. A sua longa experiência de trabalho em terrenos para fins agrícola tornou-os muito bem-sucedidos nesta área, permitindo posteriormente a aquisição de rendimentos e conferindo-lhes estatuto. O voto de pobreza expresso nos primórdios da ordem deixa de ter o peso inicial, dando lugar a uma ordem que cada vez mais se aproximava da de Cluny.

Nesta época, e em contraste, surgem as Ordens Mendicantes<sup>26</sup>, que não requeriam o distanciamento do mundo defendido pela regra de S. Bento. Necessitavam, pelo contrário, da vertente caritativa e piedosa, sobrevivendo à custa de esmolas, tornando-se o contacto com a população essencial. Estas passam de certa forma a ser mais apelativas para uma sociedade, que começava a dar mostras de um pensamento diferente, onde o afastamento deixa de fazer tanto sentido. Processo que levou a uma redução significativa do número de novas filiações e fundações a partir do século XIV.

*“(...) após 1240, a Ordem de Cister entra numa segunda e lenta mutação sem no entanto se produzir uma verdadeira ruptura. A esta época correspondem a inúmeras dificuldades materiais mas sobretudo ao fim do seu crescimento surgindo uma nova conjuntura económica e espiritual com as novas Ordens mendicantes.”<sup>27</sup>*

---

<sup>25</sup> Martins, Ana Maria Tavares Ferreira. *“As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território.”* Tese de Doutoramento, Sevilha, 2011.

<sup>26</sup> Como é o caso dos Dominicanos, Franciscanos, Carmelitas.

<sup>27</sup> Martins, Ana Maria Tavares Ferreira. *“As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território.”* Tese de Doutoramento, Sevilha, 2011.



Com o passar do tempo, por toda a Europa, o monaquismo volta a sofrer uma crise moral. Numa tentativa de resposta para manter a unidade na fé cristã, entre 1545 e 1563 foram realizadas importantes reuniões, convocadas pelo Papa Paulo III, que resultaram no chamado Concílio de Trento. Deste Concílio advieram um conjunto de novas determinações a aplicar em todos os mosteiros, evidenciando-se a existência de um controlo superior destinado aos mosteiros femininos. Como exemplo note-se então a criação de “ (...) *regras fixas para a eleição da Abadessa: ela deveria ser eleita por voto secreto, devendo também ter mais de 40 anos de idade e 8 anos de hábito;*”<sup>28</sup>

O aparecimento e evolução da ordem Cisterciense em Portugal, segue percursos semelhantes às suas congéneres Europeias. O Concílio de Trento revelou-se uma fase de transformação profunda a nível europeu, e especialmente em Portugal.

---

<sup>28</sup> Conde, Maria Antónia Fialho. “São Bento de Cástris na Congregação Autónoma de Alcobaça: Extensão e limites do poder das Abadessas no Período Moderno.” Revista Economia e Sociologia nº84, 2007, Instituto de Estudos Superiores de Évora ed.

### 3.2 – Cister em Portugal

A ordem de Cister surge em Portugal durante o século XII, cerca de um século após o seu aparecimento em França, e relaciona-se diretamente com o desenvolvimento do reino. Discute-se qual o primeiro convento pertencente à ordem de Cister, se S. Cristóvão de Lafões (1138) ou S. João de Tarouca, cujo início de construção data de 1140/43, e coincide com a declaração da independência de Portugal por D. Afonso Henriques.<sup>29</sup>

Durante o primeiro século de existência e desenvolvimento da ordem surge um elevado número de construções conventuais e filiações de antigos cenóbios Beneditinos, todos destinados ao sexo masculino. No que diz respeito à vertente feminina da ordem de Cister, esta apenas se começa a desenvolver no século XIII, período durante o qual a maioria dos conventos é construída ou filiada. Este crescimento e interesse pela expansão da vertente feminina cisterciense advém dos incentivos feitos na época pelo Rei D. Sancho I (1185-1212), cujas três filhas foram cruciais para a reforma das comunidades beneditinas de Lorvão, Arouca e Celas. *“Estes três mosteiros constituem, por conseguinte, os símbolos portugueses da primigénia fé cisterciense, no feminino.”*<sup>30</sup>

A demora no aparecimento da vertente feminina Cisterciense prende-se com o facto de estes mosteiros necessitarem de algum tipo de associação aos mosteiros masculinos já que requeriam a presença permanente de algum responsável da ordem, como era o caso dos confessores, capelões e feitores. A vertente do trabalho era fundamental como meio de sustento e sobrevivência da comunidade, e caso não existissem os mínimos para a subsistência de todas as religiosas, estas teriam de pedir auxílio às comunidades masculinas responsáveis, o que constitui uma forma de despesa extra para os mosteiros.

Os dois primeiros séculos da ordem, XII e XIII, em Portugal são visivelmente os períodos onde acontece a maior expansão da comunidade Cisterciense. Esta fase áurea de Cister resultou não só de apoio e incentivo régio, pois a construção de novos conventos servia como forma de ocupação e desenvolvimento dos territórios conquistados, mas também pelo entusiasmo geral em relação a esta nova ordem mais “pura” e de sucesso europeu. (Ver Tabela 1)

---

<sup>29</sup> Esta questão não carece de aprofundamento no contexto deste trabalho, pelo que não será abordada.

<sup>30</sup> Jorge, Virgolino Ferreira. “Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal - Notas sobre a tipologia dos sítios e das igrejas.” Cistercivm, 1999.

No que diz respeito à distribuição dos conventos Cistercienses a nível geográfico, esta revela-se bastante irregular. Com instalações concentradas maioritariamente na metade Norte do país (regiões Norte e Centro), sendo S. Bento de Cástris durante muito tempo o convento feminino, desta ordem, localizado mais a Sul. Isto deve-se em grande parte ao facto de a expansão de Portugal ter acontecido de Norte para Sul, sendo portanto as áreas mais a Sul as últimas a juntarem-se ao território nacional. Assim, constata-se que a construção e implantação de novos conjuntos monásticos no país acompanha a conquista do território português.



Fig. 7 – Reino de Portugal, antes da conquista dos territórios a Sul do rio Tejo.

FONTE:

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Castilla\\_1210.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Castilla_1210.png)

No ano de 1297 as fronteiras de Portugal ficam definidas e a partir deste século (XIII) assiste-se a um grande decréscimo na construção e filiação de conventos na ordem de Cister. A escassa existência de conventos cistercienses a Sul do rio Tejo é resultado desta data de estabilização de fronteiras, mas também do próprio declínio da ordem religiosa.

Em Portugal o Concílio Ecuménico de Trento, referido anteriormente, revelou ter uma enorme influência na comunidade cristã. Em 1564, um ano após o fim do concílio, o Cardeal D. Henrique assegurou que as medidas tridentinas chegavam em língua portuguesa a todas as abadias e fiéis, declarando ainda que caso necessário poderiam recorrer à ajuda da justiça para verificar o cumprimento das determinações. Posteriormente, em 1567 dá-se a criação da Congregação Autónoma de Alcobaça o que permitiu aos religiosos Cistercienses em Portugal terminar o seu vínculo a Claraval.

A partir de então Alcobaça passa a ficar encarregue do controlo da aplicação e prática das determinações expressas no concílio, bem como das visitas exigidas. O seu abade, denominado Abade Geral, tinha quase poder absoluto sobre todas as comunidades cistercienses, tornando-se o abade de Santa Maria de Alcobaça numa figura de chefia de toda a ordem em Portugal.

*“(...) o conteúdo da Bula Pastoralis Officii, de Pio V, em 1567, em que se concedia a erecção da congregação em Portugal e todos os privilégios, premissas, prerrogativas e isenções, ficando o Abade de Alcobaça com poder equiparado ao Abade de Cister, isto é, de “[...] Pai, cabeça e Chefe de toda a Ordem [...]”, poderes já reconhecidos ancestralmente por Roma.”<sup>31</sup>*

Nos séculos XVI e XVII não ocorre nenhum aumento significativo a nível de construções conventuais da ordem de Cister, no entanto existe documentação referente ao número de religiosas presente nas abadias indicando que mesmo neste período houve uma adesão significativa. Deste novo fervor resultam as últimas fundações de conventos Cistercienses, como é o caso de Nossa Senhora da Conceição de Portalegre, cuja filiação só é associada à Congregação e não a Claraval como as anteriores.

No século XVIII, detetam-se as primeiras dificuldades, que se intensificaram na segunda metade de século. As doações e dotes, bem como a intervenção e apoio do poder régio a que as comunidades religiosas se tinham habituado, começam a ser cada vez menores, sendo este período marcado por repetidos pedidos de empréstimo. É inclusivamente definido que qualquer convento feminino que não fosse capaz de assegurar por si só a sua sobrevivência, a manutenção das instalações, ou que apresentasse grandes dívidas, fosse encerrado.

Na segunda metade do século XVIII vive-se em Portugal uma época repleta de reformas gerais e religiosas. Neste contexto não pode deixar de se referir os resultados da administração pombalina, bem como o papel de Fr. Manuel de Mendonça, Abade Geral da congregação, e o seu longo generalato (1768-1777). Este clima tumultuoso é agravado com o terramoto de 1755, pois muitos conventos na área de Lisboa ficaram em estado ruinoso e a carecer de obras intensivas. Estes condicionamentos levaram, tanto Cister como outras ordens, a reunir esforços e meios monetários para a reconstrução das suas instalações. As despesas extra geradas nas comunidades religiosas criaram dificuldades de sustentabilidade e conduziram a sucessivos pedidos de empréstimos à coroa.

---

<sup>31</sup> Conde, Maria Antónia Fialho. Os mosteiros cistercienses femininos em Portugal no período pombalino: a reforma de frei Manuel de Mendonça. Vol. II, em História das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo, de José Eduardo Franco, Luís Machado de Abreu e Cristiana Lucas da Silva, 251-262. Lisboa: Paulinas Editora, 2014.

SÉC.	ANO	NOME	ZONA	GÉNERO
XII	1138/1161	São Cristóvão de Lafões - MN	CENTRO	Masculino
	1140/43	São João de Tarouca - MN	NORTE	Masculino
	1143/44	São Tiago do Sever (destruído)	CENTRO	Masculino
	1153	Santa Maria de Alcobaça - MN,PM	CENTRO	Masculino
	1156	Santa Maria das Salzedas - MN	NORTE	Masculino
	1170	São Pedro das Águias - IIP	NORTE	Masculino
	1170/76	Santa Maria de Aguiar - MN	CENTRO	Masculino
	1172	Santa Maria de Tamarães (destruído)	CENTRO	Masculino
	1173/79	Santa Maria de Fiães - MN	NORTE	Masculino
	1174	Santa Maria do Bouro - IIP	NORTE	Masculino
	1188	Santa Maria de Maceira do Dão - MN	CENTRO	Masculino
	1195	Santa Maria de Seixa - IIP	CENTRO	Masculino
XIII	<b>1206</b>	<b>São Mamede do Lorvão - MN</b>	<b>CENTRO</b>	<b>Feminino</b>
	a. 1209	Santa Maria das Júnias - MN	NORTE	Masculino
	<b>1214</b>	<b>Santa Maria de Celas - MN</b>	<b>CENTRO</b>	<b>Feminino</b>
	1220	Santa Maria da Estrela (destruído)	CENTRO	Masculino
	1221	São Paulo de Frades	CENTRO	Masculino
	<b>1223</b>	<b>São Pedro e São Paulo de Arouca - MN</b>	<b>NORTE</b>	<b>Feminino</b>
	<b>1241</b>	<b>Santa Maria de Cós - IIP</b>	<b>CENTRO</b>	<b>Feminino</b>
	<b>1249</b>	<b>São Salvador de Bouças (destruído)</b>	<b>NORTE</b>	<b>Feminino</b>
	<b>1275</b>	<b>São Bento de Cástris - MN</b>	<b>ALENTEJO</b>	<b>Feminino</b>
	<b>1287</b>	<b>Santa Maria de Almoester - MN</b>	<b>ALENTEJO</b>	<b>Feminino</b>
	<b>1295</b>	<b>São Dinis de Odivelas - MN</b>	<b>LISBOA</b>	<b>Feminino</b>
	1271	Santa Maria de Ermelo - MN	NORTE	Masculino
<b>XV</b>	1492	São Bento de Xabregas <sup>32</sup> (desvinculado)	LISBOA	Masculino
<b>XVI</b>	<b>c. 1530</b>	<b>São João de Vale Madeiro (destruído)</b>	<b>CENTRO</b>	<b>Feminino</b>
	<b>c. 1530</b>	<b>São Bernardo ou Nossa Senhora da Conceição de Portalegre - MN</b>	<b>ALENTEJO</b>	<b>Feminino</b>
	<b>1530</b>	<b>São Bernardo de Tavira ou Nossa Senhora da Piedade de Tavira</b>	<b>ALGARVE</b>	<b>Feminino</b>
	1591	Nossa Senhora do Desterro	LISBOA	Masculino
<b>XVII</b>	<b>1653/54</b>	<b>Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo - IIP</b>	<b>LISBOA</b>	<b>Feminino</b>
	<b>1685</b>	<b>Nossa Senhora da Assunção de Tabosa - IIP</b>	<b>NORTE</b>	<b>Feminino</b>
<b>XVIII</b>	<b>1771 /1756</b>	<b>Real Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré da Vila de Setúbal</b>	<b>LISBOA</b>	<b>Feminino</b>

Tabela 1 – Síntese dos conventos Cistercienses, data, localização e género em Portugal

<sup>32</sup> Ainda no século XV é desvinculado da ordem de Cister e passa a ser conhecido como Convento do Beato António.

Independentemente das dificuldades da época, Fr. Manuel de Mendonça foi responsável por diversas medidas bastante restritas em relação à vida das comunidades, em especial das femininas. Muitos conventos foram suprimidos ou unidos a outros<sup>33</sup>, por falta de condições, sendo as comunidades transferidas para outras instalações e gerando-se um grande descontentamento entre os religiosos com as ações levadas a cabo por este abade. Foram estabelecidas regras estritas que definiam desde as horas para o deitar das religiosas, a oração, o tipo e quantidade de alimentação e inclusive de vestuário. Uma das determinações da Congregação passou pela obrigação do aumento dos muros em conventos específicos. Por esta altura diversos princípios, acima de tudo o da observância da pobreza, encontravam-se bastante deturpados, sendo comum os conventos receberem diversas rendas e terem património próprio.

A administração pombalina<sup>34</sup>, trouxe consigo legislação que comprometeu igualmente o sucesso e prosperidade dos edifícios conventuais, já que o principal objetivo era conceder cada vez mais poder à figura do rei, e retirar importância a várias instituições e serviços. Uma das legislações com maior impacto para a comunidade religiosa foi lançada em 1769, e determinava a entrega obrigatória de todos os bens<sup>35</sup> que tivessem sido obtidos sem autorização do poder régio. A questão dos bens pertencentes à Igreja arrastava-se desde o início do século XVII, quando foi dada às instituições a hipótese de os venderem de volta à Coroa.

A decadência deste sistema, juntamente com a mudança do paradigma geral da sociedade, culminou na legislação de 1834 que punha fim às ordens religiosas em Portugal. Nas instalações femininas foi dada autorização de permanência nos mosteiros até à morte da última freira/monja, já o ramo masculino foi obrigado a abandonar imediatamente os seus espaços. Este acontecimento levou à degradação ou mesmo destruição de muitos edifícios monásticos portugueses.

---

<sup>33</sup> Este processo de exclausuração aconteceu nos conventos de Nossa Senhora da Piedade de Tavira, S. Bernardo de Portalegre, S. Bento de Cástris (Évora), Santa Maria de Almoester, N. Sr.<sup>a</sup> da Assunção de Tabosa e N. Sr.<sup>a</sup> da Nazaré de Mocambo.

<sup>34</sup> Período durante o qual Marquês de Pombal exerceu o cargo de Secretario de Estado

<sup>35</sup> Bens de mão-morta

□ Femininos  
■ Masculinos

- 1 – S. Cristóvão de Lafões 1138
- 2 – S. João de Tarouca 1140/43
- 3 – S. Tiago do Sever 1143/44
- 4 – Santa Maria de Alcobaça 1153
- 5 – Santa Maria das Salzedas 1156
- 6 – S. Pedro das Águias 1170
- 7 – Santa Maria de Aguiar 1170/76
- 8 – Santa Maria de Tomarães 1172
- 9 – Santa Maria de Fiães 1173/79
- 10 – Santa Maria do Bouro 1174
- 11 – Santa Maria de Maceira do Dão 1188
- 12 – Santa Maria de Seiça 1195
- 13 – S. Mamede do Lorvão 1206
- 14 – Santa Maria das Júnias a.1209
- 15 – Santa Maria de Celas 1214
- 16 – Santa Maria da Estrela 1220
- 17 – S. Paulo de Frades 1221
- 18 – Santa Maria de Ermelo séc. XIII
- 19 – S. Pedro e São Paulo de Arouca 1223
- 20 – Santa Maria de Cós 1241
- 21 – S. Bento de Cástris 1275
- 22 – Santa Maria de Almoester 1287
- 23 – S. Dinis de Odivelas 1295
- 24 – S. Bento de Xabregas 1492
- 25 – S. João de Vale Madeiro 1530
- 26 – S. Bernardo de Portalegre 1530
- 27 – S. Bernardo de Tavira 1530
- 28 – N. Srª do Desterro 1591
- 29 – N. Srª da Purificação de Moimenta da Beira 1595
- 30 – N. Srª da Nazaré do Mocambo 1653
- 31 – N. Srª da Assunção de Tabosa 1692
- 32 – N. Srª da Nazaré da Vila de Setúbal 1771

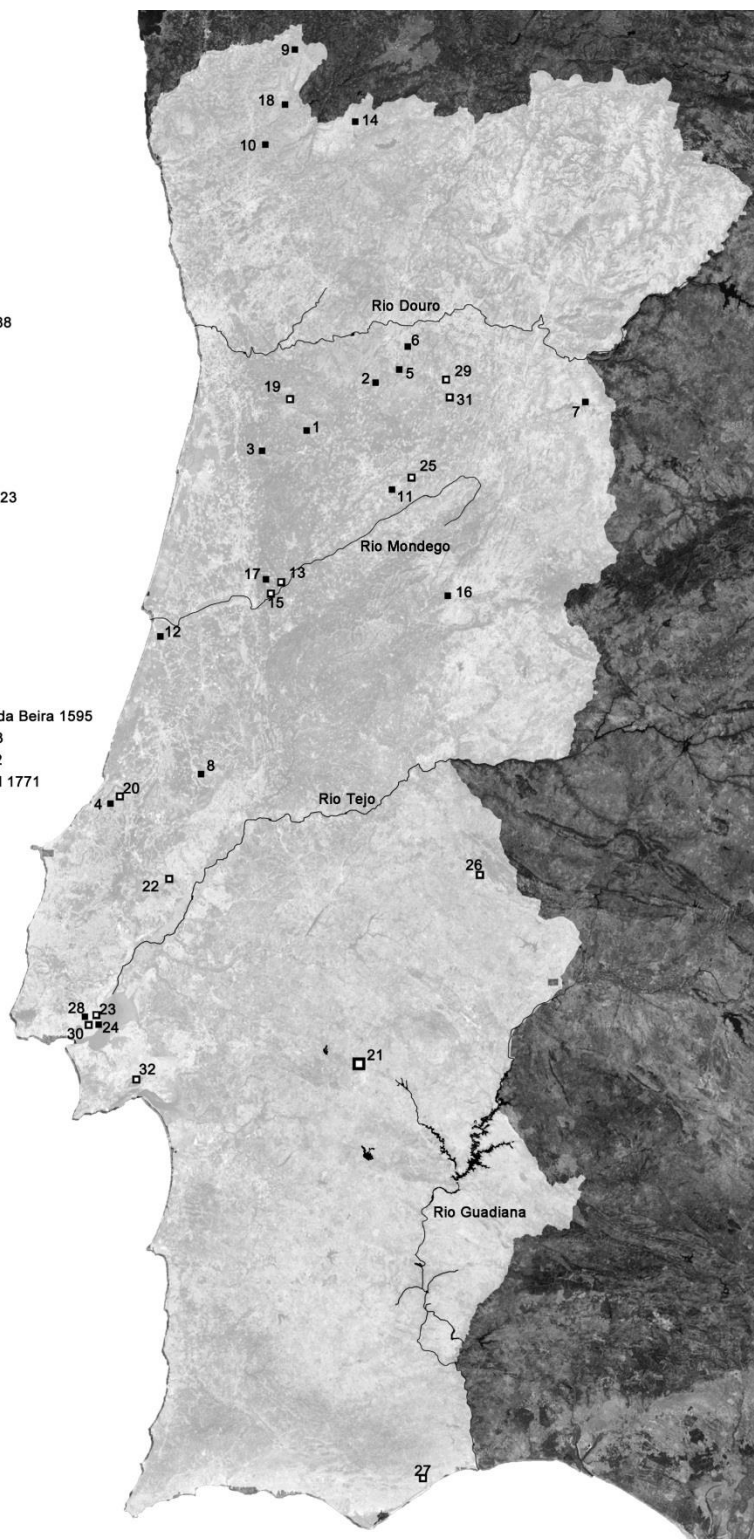


Fig. 8 – Distribuição dos conventos Cistercienses em Portugal.

Adaptado de: Cocheril, Maur. Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1978.

### 3.3 – Plano Cisterciense

A submissão à regra de S. Bento e integração na ordem de Cister gera comunidades com um estilo de vida, necessidades e obrigações idênticas que se refletem nas características das suas instalações. Como consequência do procurado distanciamento do mundo, surge uma maior dificuldade em aceder as bens essenciais, pelo que a escolha da localização dos conventos tinha de ter em conta a existência de condições na envolvente que permitissem a sobrevivência da comunidade. Assim sendo, uma das regras mais importantes na escolha do local de implantação destas comunidades religiosas é a sua distanciação das localidades, mas na proximidade de linhas de água e num meio com terrenos férteis. Deste modo as comunidades religiosas podiam ser praticamente autossuficientes, já que cultivavam os seus próprios alimentos e cuidavam do gado, evitando ao máximo a eventual necessidade de contacto com o mundo exterior e a população em geral.

A estrutura social e hierárquica presente na ordem de Cister apresenta um sistema complexo e bem definido que, por sua vez, também teve consequências diretas na arquitetura Cisterciense. Nos mosteiros habitavam dois tipos de pessoas, em primeira instância os monges, cujas funções e obrigações foram já descritas brevemente, e em segunda instância os denominados “irmãos conversos”. Estes irmãos faziam os mesmos votos que os monges mas não tinham a obrigação de cumprir os ofícios divinos, sendo por isso responsáveis pelos trabalhos mais pesados. Desta forma os conversos estavam encarregues da administração das granjas<sup>36</sup> tornando-se por isso essenciais ao funcionamento do convento. Além dos demais referidos era comum existirem Noviços/as nas comunidades, ou seja, religiosos ainda em formação e até meros viajantes que procurassem abrigo (proporcionado pelas Hospedarias).

Neste contexto são múltiplos os documentos acerca da Ordem de Cister que falam do “ar de família” entre os inúmeros edifícios conventuais, como se de facto existisse um grau de parentesco que os unisse a todos. Nota-se assim uma clara organização tipológica do espaço, onde por norma, cada ala do convento se encontra destinada a uma função diferente. As alas desenvolvem-se em torno do claustro, elemento central do conjunto e de ligação entre os diferentes espaços.

---

<sup>36</sup> Terrenos pertencentes aos conventos, por meio de doações, onde se praticava cultivo variado, criação de gado, etc.



“O plano arquitectónico cisterciense nunca foi estático pois foi-se adaptando consoante as suas necessidades e consoante as demandas da realidade do contexto em que se inseriam. Apesar da utilização de um plano tipo, dificilmente se encontram duas abadias cistercienses idênticas, pois deve-se ter em atenção, não só as devidas adaptações e alterações, como também as condicionantes de cada local.”<sup>37</sup>

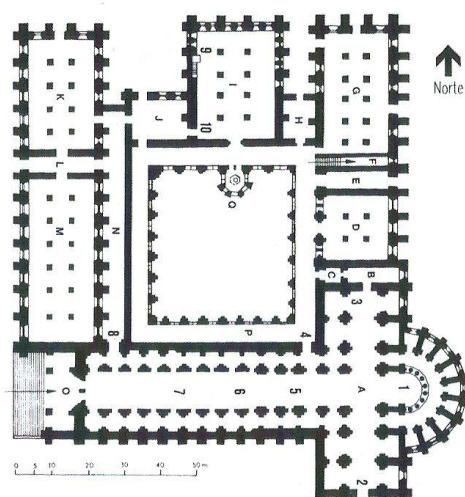


Fig. 9 - Planta medieval do convento de Santa Maria de Alcobaça.  
 FONTE: Jorge, Virgolino. Organização Espaço-funcional da Abadia Cisterciense Medieval - Alcobaça como modelo de análise. Lisboa, 2010.

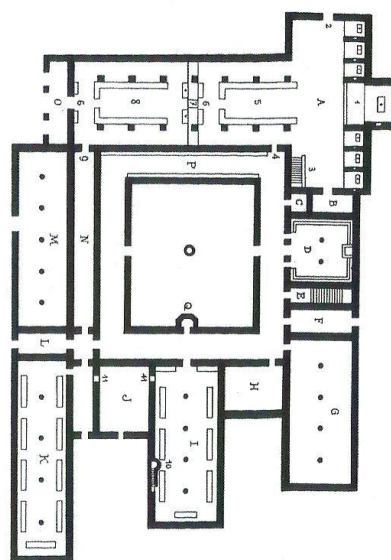


Fig. 10 - Planta-tipo de um convento Cisterciense.  
 FONTE: Jorge, Virgolino. Organização Espaço-funcional da Abadia Cisterciense Medieval - Alcobaça como modelo de análise. Lisboa, 2010.

A) Igreja; B) Sacristia; C) *Armarium* (biblioteca); D) Sala do Capítulo; E) Escada para o dormitório dos monges; F) Parlatório; G) Sala dos monges; H) Calefactório; I) Refeitório dos monges; J) Cozinha; K) Refeitório dos conversos; L) Passagem; M) Celeiro; N) corredor dos conversos; O) Nártex; P) Claustro do *mandatum*; Q) Lavabo.

A ala com maior importância e foco do edifício conventual é a da Igreja, destinada ao lado espiritual (*Spiritus*). A orientação da igreja segundo o eixo Nascente-Poente, com a cabeceira voltada a nascente é característica do plano cisterciense. Também é comum que a igreja se situe na área mais elevada do terreno e que o claustro e as dependências restantes se desenvolvam para Sul. No que diz respeito às tipologias de planta, estas apresentam grande variedade mas a predominância é a planta em cruz latina, de transepto saliente. Virgolino Jorge<sup>38</sup> dá conta de pelo menos cinco tipos de planta diferentes, entre os conventos femininos em Portugal, enquanto nos masculinos parece existir mais uniformidade.

<sup>37</sup> Martins, Ana Maria Tavares Ferreira. “*As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território.*” Tese de Doutoramento, Sevilha, 2011.

<sup>38</sup> Jorge, Virgolino Ferreira. “*Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal - Notas sobre a tipologia dos sítios e das igrejas.*” Cistercium, 1999.

A Este encontra-se por norma a ala dos monges/monjas, com as dependências mais associadas à igreja, como é o caso da Sacristia, Sala do Capitulo e Parlatório (Anima) ao nível do piso térreo. No piso superior situam-se os dormitórios, igualmente objeto de aconselhamento, onde se referia que os vãos deviam ser orientados a Este para que os religiosos se levantassem com o nascer do sol.

No lance oposto à igreja devia desenvolver-se a ala destinada às atividades e necessidades físicas do ser humano (Corpus), aqui localizavam-se os refeitórios, a cozinha e as latrinas. Inicialmente os refeitórios ocuparam uma posição paralela à igreja<sup>39</sup> e posteriormente sofreram uma rotação de 90º passando a estar numa posição perpendicular.

Por último, a ala a Oeste destinava-se aos monges conversos, e tinha todas as dependências necessárias às suas funções. A intenção era que se cruzassem o mínimo possível com os monges professos, levando quase uma vida separada dentro do convento. Desta forma, tinham uma ala com o seu próprio dormitório, latrinas e até refeitório, que era separado do dos monges pela cozinha.

Os conventos femininos apresentam algumas diferenças tipológicas comparativamente aos masculinos, resultado das diferentes respostas que tinham de proporcionar aos religiosos e aos leigos. Sendo a clausura feminina mais restritiva, uma das poucas ligações ao exterior que podia existir nos conventos femininos, era a entrada da igreja. Esta situava-se normalmente na fachada lateral para a facilitar a entrada e saída da assistência sem que esta se cruzasse com as monjas, as quais tinham acessos diretos à igreja. O coro, ao contrário do que era costume em conventos masculinos encontrava-se separado, e a separação geralmente era feita através de gradeamentos de malha apertada de forma a não serem observadas. Existem coros situados no mesmo plano da nave, ao fundo, e também colocados num plano sobre-elevado geralmente do lado oposto ao altar-mor.

*“A disposição funcional dos diversos espaços comunitários, em tomo do claustro, obedecia à planta tradicional da abadia cisterciense, adaptada às exigências evolutivas do quotidiano contemplativo feminino. A cada galeria do quadrado claustral correspondiam espaços diferentes de atividade humana, física ou espiritual.”; “Alguns mosteiros contrariam a organização arquitetónica típica das abadias masculinas, nomeadamente pela ausência ou localização diferenciada da sacristia, do armarium (biblioteca), do parlatório ou da casa do lavado.”<sup>40</sup>*

---

<sup>39</sup> Como acontece em S. Bento de Cástris.

<sup>40</sup> Jorge, Virgolino Ferreira. “Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal - Notas sobre a tipologia dos sítios e das igrejas.” Cistercium, 1999.



Fig. 13 – Claustro do convento de S. Bernardo de Portalegre.  
 FONTE:  
[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3748](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3748)



Fig. 14 - Claustro do convento de S. Bernardo de Portalegre.  
 FONTE:  
[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3748](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3748)



Fig. 11 – Claustro do convento de S. Bento de Cástris

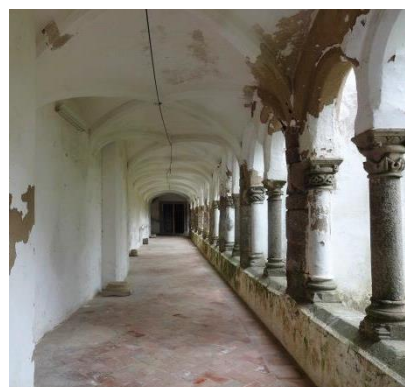


Fig. 12 - Claustro do convento de S. Bento de Cástris.

Algumas das diferenças a nível tipológico presentes na arquitetura Cisterciense são também resultado da forma de integração na ordem. As diferentes denominações dos conventos de Cister têm relação direta com a forma como essas comunidades se juntaram a Cister. Por norma, todas as novas fundações eram dedicadas, como já foi referido, a Santa Maria. Desta forma o nome do convento seria por exemplo Santa Maria de Alcobaça, ou seja, após a dedicação surge o nome do local onde o convento se encontra. De seguida surgem os conventos associados à Congregação Autónoma de Alcobaça, cujo nome começa geralmente por Nossa Senhora (+ nome do local), e por último no caso de filiações, *“Os mosteiros cuja denominação não se inicia por Santa Maria estão geralmente associados aos nomes dos ermitérios ou comunidades pré-existentes que aderiram posteriormente à Ordem de Cister mas que conservaram a sua denominação (...)”*.<sup>41</sup>

<sup>41</sup> Martins, Ana Maria Tavares Ferreira. “As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território.” Tese de Doutoramento, Sevilha, 2011.



Fig. 15 – Portal do convento de S. Francisco de Évora.

## 4 – Contexto Eborense

### 4.1 – História e evolução da cidade de Évora

Inserida em 1986 pela UNESCO na lista do Património Mundial, Évora é uma cidade repleta de história, cultura e património, tanto móvel como imóvel, marcada pelo seu conjunto amuralhado. Na área do concelho de Évora conseguimos encontrar cerca de 38 edifícios/construções classificadas de Monumento Nacional. O “(...) Centro Histórico de Évora tem características muito particulares, já que mantém uma vida própria, concentrando a maior parte dos comércios e serviços, ao contrário do que acontece com a maioria dos centros históricos de cidades europeias.”<sup>42</sup>

A cidade de Évora, capital de distrito do Alentejo, está implantada num território privilegiado, a uma altitude de cerca de 200 a 300 metros e numa área de confluência de três bacias hidrográficas – Rios Tejo, Guadiana e Sado. Esta localização geográfica estratégica revelou-se favorável ao desenvolvimento da cidade, tornando-a no aglomerado urbano de maior importância e dimensão na região Alentejana. Évora apresenta-se como um polo de ligações às grandes cidades de Lisboa e Badajoz (Espanha) encontrando-se aproximadamente a 100 Km de ambas. Nesta cidade, é evidente um sistema de expansão radial em torno de um núcleo histórico central.

Esta localização de eleição esteve na base da ocupação e fixação de diversas civilizações nos períodos de domínio Romano e Árabe. A sua integração no território nacional ocorre em 1165, quando a cidade é conquistada por Giraldo Sem Pavor, pondo fim ao período de ocupação árabe.

Desde o início desta ocupação cristã, que D. Afonso Henriques compreende a importância e potencial da cidade de Évora. “O primeiro monarca português converteu a cidade num centro estratégico e político importante, concedendo-lhe foral, logo em 1166, e estabelecendo nela a sede da Ordem

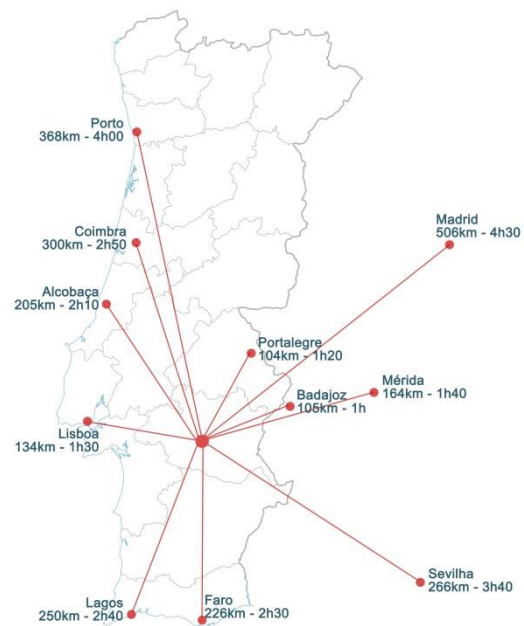


Fig. 16 – Esquema indicativo das distâncias e tempo médio desde Évora a outras cidades importantes.

<sup>42</sup> Simplício, Maria Domingas V. M. *Évora: Estrutura e Renovação Urbana no Sector Intramuros*. Geociências, Câmara Municipal de Évora, 2001



*Militar de S. Bento de Calatrava, que, mais tarde, se transformou na Ordem de Avis.”<sup>43</sup>*

O processo de expansão da cidade levou à ocupação progressiva dos territórios situados no exterior da denominada Cerca Velha<sup>44</sup>. No século XIV fez-se sentir a necessidade de construção de uma nova muralha que englobasse as áreas que se tinham desenvolvido recentemente ao redor da cerca. A Cerca Nova foi construída entre 1350-1383, com um perímetro consideravelmente maior e deixando múltiplos espaços vagos, de forma a permitir a expansão da cidade no interior dos seus limites.

A fase áurea da cidade de Évora acontece no século XV, e culmina no século XVI. É nesta altura que a corte tem estadia quase permanente na cidade devido quer às epidemias em Lisboa, que à destruição da capital do reino causada por um tremor de terra. Este período inclui o reinado de D. Manuel I, entre 1495-1521, cujo papel foi crucial na história de Portugal e é marcado pelo apogeu dos Descobrimentos marítimos.

O denominado “Manuelino” geralmente associado aos Descobrimentos, apresenta claras influências decorativas islâmicas e mudéjares, devido à inspiração artística de D. Manuel em obras vizinhas. Desta forma, o manuelino corresponde a um gótico europeu tardio, com uma componente decorativa mais acentuada e exuberante, virada para motivos naturalistas. A arquitetura tornou-se o principal foco de D. Manuel I pois era a forma mais visível e eficaz de transmitir a sua imponência ao resto do mundo. Neste período de grande prosperidade, foi importada mão-de-obra especializada<sup>45</sup> e foram executadas muitas construções levadas a cabo pelo rei em todo o país e com especial incidência em Évora e Sintra, muitas vezes em nome da propagação da fé Cristã.

O crescente interesse nesta cidade e aumento da população leva à ocupação dos territórios próximos das vias de circulação principais, com acesso rápido ao centro. Estes acessos situam-se estrategicamente junto às portas das muralhas, criando um sistema radial a partir das mesmas. Neste período surgem também grandes obras e investimentos, como a construção do Aqueduto da Água da Prata entre 1531 e 1537, e a criação da universidade em 1558/59. Como refere Pereira<sup>46</sup> esta é a “*altura em que se torna numa verdadeira “capital” do reino*”.

---

<sup>43</sup> Simplicio, Maria Domingas V. M. “Évora: Origem e Evolução de uma Cidade Medieval.” Revista da Faculdade de Letras - Geografia I série, 2003.

<sup>44</sup> Normalmente diz respeito à primeira cerca existente, construída na época de ocupação Romana, da qual ainda existem vestígios; também chamada de Cerca Romana

<sup>45</sup> Foram chamados construtores desde Castela, França e Alemanha

<sup>46</sup> Pereira, Paulo. *Portugal Património Mundial*. PREMIUM CIL. Madrid: SAPE, s.d.

<u>SÉCULO</u>	<u>ANO</u>	<u>NOME</u>	<u>SEXO</u>	<u>LOCALIZAÇÃO</u>
XIII	1224/1250	Convento de S. Francisco	M	Intramuros
	<b>1275</b>	<b>Convento S. Bento Cástris</b>	<b>F</b>	<b>Extramuros</b>
	1298	Convento S. Domingos	M	Intramuros
XV	<b>1421</b>	<b>Convento Santa Mónica</b> (parcialmente destruído no séc. XX)	<b>F</b>	<b>Intramuros</b>
	<b>1452</b>	<b>Convento Santa Clara</b>	<b>F</b>	<b>Intramuros</b>
	1412/1458	Convento S. Maria do Espinheiro	M	Extramuros
	1491	Convento dos Lóios (S. João Evangelista)	M	Intramuros
	<b>1430/1499</b>	<b>Convento Nossa Senhora do Paraíso</b> (demolido)	<b>F</b>	<b>Intramuros</b>
	<b>1490/1516</b>	<b>Convento Santa Catarina de Sena</b> (demolido)	<b>F</b>	<b>Intramuros</b>
XVI	1520	Convento Nossa Senhora da Graça	M	Intramuros
	1544	Convento Bom Jesus de Valverde	M	Extramuros
	1554	Convento Nossa Senhora dos Remédios	M	Intramuros
	<b>1574/1565</b>	<b>Convento de Santa Helena Monte Calvário</b>	<b>F</b>	<b>Intramuros</b>
	1576	Convento S. António da Piedade	M	Extramuros
	<b>1550/1590</b>	<b>Convento Salvador do Mundo</b>	<b>F</b>	<b>Intramuros</b>
	1587/1593	Convento da Cartuxa	M	Extramuros
XVII	1669	Convento Nossa Senhora da Mercês	M	Intramuros
	<b>1681</b>	<b>Convento Novo (S. José da Esperança)</b>	<b>F</b>	<b>Intramuros</b>
	1531 <sup>47</sup> /1691	Convento Nossa Senhora do Carmo	M	Intramuros

Tabela 2 - Síntese dos conventos, género dos religiosos e localização na cidade de Évora

<sup>47</sup> Convento primitivo do qual não restam vestígios

Foram muito os elementos da nobreza que se instalaram em Évora com o intuito de seguir as pisadas do rei contribuindo em beneficiações gerais, fosse com a construção/melhoramento dos seus palácios ou das igrejas que haviam apadroadado. Desta forma, os séculos XV e XVI são o período em que se termina ou melhora a construção de conventos, mas também a construção de diversas novas fundações. Acontecimento também ligado ao novo fervor religioso proveniente das declarações do Concílio de Trento.

Na cidade de Évora a presença das comunidades religiosas teve um carácter marcante na paisagem urbana. Na área intramuros da cidade existiram pelo menos sete conventos femininos, e nas proximidades das principais vias de entrada e saída do centro espalhavam-se outros edifícios conventuais. Esta arquitetura, tipicamente voltada para si mesma e associada à ideologia da clausura, fechava-se dentro de altos muros, muitas vezes contrafortados, e era notória para todos os habitantes. Muitas das novas fundações religiosas usufruíram dos espaços vagos existentes no interior da Cerca Nova, aproveitando até parte dessa muralha, muito conveniente ao tipo de arquitetura como forma de delimitação do terreno.



Fig. 17 – Conventos existentes na área de Évora, identificados a preto.

*“Os conventos tinham uma massiva presença física, fazendo frente de ruas inteiras, ocupando totalmente quarteirões, dominando praças centrais, e prevalecendo em altura sobre outras edificações.”<sup>48</sup>*

---

<sup>48</sup> Urbano, Luís. “A propósito de Évora. Ideologia religiosa e arquitectura nos conventos femininos.” *Monumentos*, Abril de 2007: nº26, p.38-45.



Segundo a ideologia da época, as mulheres não deviam andar sozinhas, e aquelas que o fizessem eram associadas a pessoas de pouca virtude e respeito, por se sujeitarem à possibilidade de serem molestadas. Esta visão motivou uma procura maior de estados de clausura femininos, fosse em contexto familiar ou em formas de clausura mais restritiva como o caso dos conventos. Independentemente do isolamento necessário, também era conveniente alguma proximidade a núcleos urbanos de forma a garantir a proteção das instalações na eventualidade de alguma invasão. É neste contexto que surge S. Bento de Cástris, o primeiro convento feminino de Évora, e o único que se instala extramuros, em zona rural.<sup>49</sup>

O número de conventos em Évora e as intervenções realizadas continuam a aumentar inclusive durante o período de domínio Espanhol (Dinastia Filipina), entre 1581-1640. Após o fim desta dinastia e com a independência de Portugal, a corte deixou o Palácio Real de Évora, diminuindo assim a atratividade da cidade e o período de grandes beneficiações.

No século XVIII, com o grande terramoto de 1755 que atingiu Lisboa, a cidade sofreu também alguns danos, apesar de numa escala diminuta comparativamente a Lisboa. No século XIX, entre 1807 e 1811 as invasões Francesas, e especialmente a invasão de Elvas deixou um rasto geral de destruição na cidade de Évora.

É posteriormente, com novo crescimento da cidade e a já referida extinção das ordens religiosas (1834), que ocorre a destruição da maioria das cercas conventuais e a necessidade de ocupação dos vazios gerados. O Jardim Público de Évora criado em 1864, por exemplo, passa a ocupar parte do território da antiga cerca do Convento de S. Francisco.

*“Esta situação liberta, no interior da Cerca Nova, quase um terço da sua área total, causando uma transformação urbana, que além de modificar globalmente a morfologia e organização interna da cidade lhe introduz uma série de equipamentos, de iniciativa pública e privada, necessários à modernização urbana que ocorre em toda a Europa do século XIX.”<sup>50</sup>*

---

<sup>49</sup> Ver Tabela 2, página 27

<sup>50</sup> Caeiro, Elsa. “Os Conventos do Termo de Évora.” Tese de Doutoramento, Sevilha, 2005.

## 4.2 – A Arquitetura religiosa e o tardo-gótico em Évora e no Alentejo

No contexto da época do Manuelino, que se estende até cerca de 1535 foram muitas as intervenções realizadas em monumentos religiosos em Évora e arredores, onde as influências tipicamente mudéjares, bem como o uso de um leque pouco variado de mestres conduziram a uma linguagem semelhante entre monumentos. Deste modo, a arquitetura religiosa no Alentejo, independentemente da ordem a que se encontra associada, apresenta na sua grande maioria características típicas da região, que se estendem por vezes a outros tipos de construções.

A inovação no contexto Alentejano diz respeito precisamente ao método de construção e utilização das abóbadas. Como refere J. Custódio Silva<sup>51</sup>, enquanto na maioria do país as naves apresentavam a cobertura em madeira e só a cabeceira era abobadada, na região do Alentejo a cobertura toda da igreja era construída em abóbada de alvenaria rebocada e caiada. Este fator, juntamente com a utilização de arcos torais rebaixados e uso de um maior número de nervuras secundárias, contribui para a diminuição do perfil das abóbadas que desta forma se tornam quase planas. Pode-se verificar por exemplo, que o desenho da abóbada presente na capela-mor de S. Francisco é igual ao da nave de S. Bento, sendo que o mestre pedreiro Estevão Lourenço foi responsável pelas obras em ambos os monumentos.

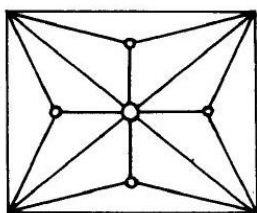


Fig. 19 – Esquema de abóbada encontrada em:  
Elvas: antiga Sé (nave principal);  
Alvão: igreja matriz (nave principal);  
Espinho: capela de Garcia Resende;  
Serpa: convento de Stº António (nártex e claustro);  
Olivença: Madalena (nave principal)  
FONTE: Silva, José Custódio Vieira da. *O tardo-gótico em Portugal, a Arquitectura no Alentejo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

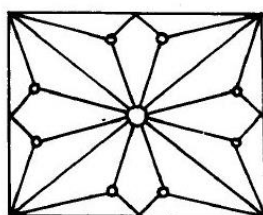


Fig. 18 - Esquema de abóbada encontrada em:  
Évora: S. Francisco (capela-mor)  
Évora: Sé (cap. Esporão)  
S. Bento de Cástris (nave)  
FONTE: Silva, José Custódio Vieira da. *O tardo-gótico em Portugal, a Arquitectura no Alentejo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

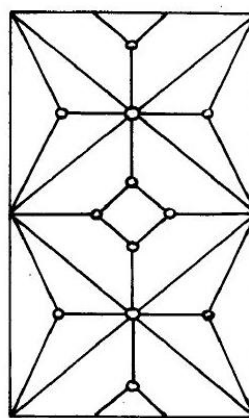


Fig. 20 - Esquema de abóbada encontrada em:  
Arraiolos: igreja dos Lóios (nave)  
FONTE: Silva, José Custódio Vieira da. *O tardo-gótico em Portugal, a Arquitectura no Alentejo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

<sup>51</sup> Silva, José Custódio Vieira da. *O tardo-gótico em Portugal, a Arquitectura no Alentejo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

Assim, surgem frequentemente igrejas tipo salão e de nave única, onde os pilares e o seu peso visual desaparecem, e as nervuras das abóbadas passam a assentar em mísulas. Este desaparecimento dos pilares traz consigo exigências diferentes a nível estrutural como o uso de contrafortes no exterior, até à altura de lançamento da abóbada, como ocorre em Arraiolos no convento dos Lóios. O novo formato de igreja, bem como a abertura de grandes vãos, pretendia promover a união através da criação de espaços mais uniformes.



Fig. 21 – Interior da igreja do convento dos Lóios, Arraiolos.

FONTE:

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73657>



Fig. 22 – Exterior do convento dos Lóios, Arraiolos.

FONTE:

[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002877](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002877)

Também em vários claustros se vislumbram semelhanças, sendo o uso de contrafortes com arcatura geminada recorrente, bem como os arcos de volta ultrapassada ou ferradura. Quanto às materialidades, a tendência era a utilização de tijolo rebocado e caiado por contraste à cor natural da pedra existente nos colonelos, capitéis, nervuras, etc. Na igreja de S. Francisco de Évora surge o grande nártex em granito escuro, e em segundo plano, em contraste, a fachada da igreja caiada num jogo de claro-escuro.



Fig. 23 – Torre do convento de S. Bento de Cástris

## 5 – O Convento de São Bento de Cástris

### 5.1 – Localização e Envolvente

Como o nome indica, o convento localiza-se precisamente no alto de S. Bento, das zonas com maior altitude no Concelho de Évora, a cerca de dois quilómetros do centro urbano. Esta é uma área rica em recursos naturais, próxima de cursos de água e com terrenos bastante férteis, propícios ao desenvolvimento agrícola e faz parte da Zona Verde Monumental de Évora. O acesso principal faz-se pela estrada nacional que liga Évora a Arraiolos.

O terreno pertencente ao convento, limitado pela cerca exterior, faz parte integrante de uma área caracterizada como Zona Especial de Proteção desde 1962. Esta área encontra-se geologicamente dividida em três tipos de solo, uma zona de gabro e diorito, outra de tonalitos e quartzo-diorito e ainda uma de gnaisses granitoides e migmatitos, sendo que a cada zona corresponde um tipo de aproveitamento distinto. A primeira caracteriza-se por ser a zona mais fértil, utilizada para plantação de pomares, vinhas e hortos; a segunda ocupada maioritariamente por sobreiros, oliveiras e azinheiras e a última uma área favorável para a captação de água. A vegetação predominante atualmente difere da existente aquando da ocupação religiosa.

A sua envolvente apresenta agora um maior índice de ocupação devido ao crescimento da cidade, mas mesmo assim é clara a separação entre as áreas urbanas e as áreas rurais, onde o convento se situa. No contexto da espiritualidade Cisterciense e da tentativa de manter o “*genius loci*” do lugar, a preservação deste distanciamento à cidade e a sua reabilitação enquanto uma paisagem histórica é essencial.

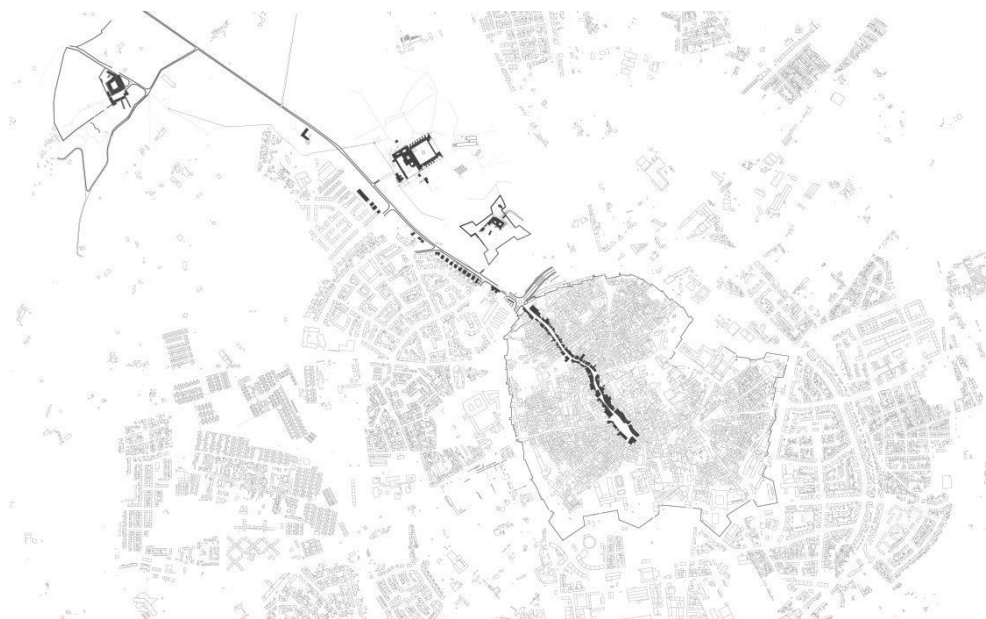


Fig. 24 – Localização do convento de S. Bento de Cástris em relação a Évora, percurso desde a Praça do Giraldo pela estrada em direção a Arraiolos.



Fig. 25 – Carta Topográfica e Orográfica. Esc. 1/25000

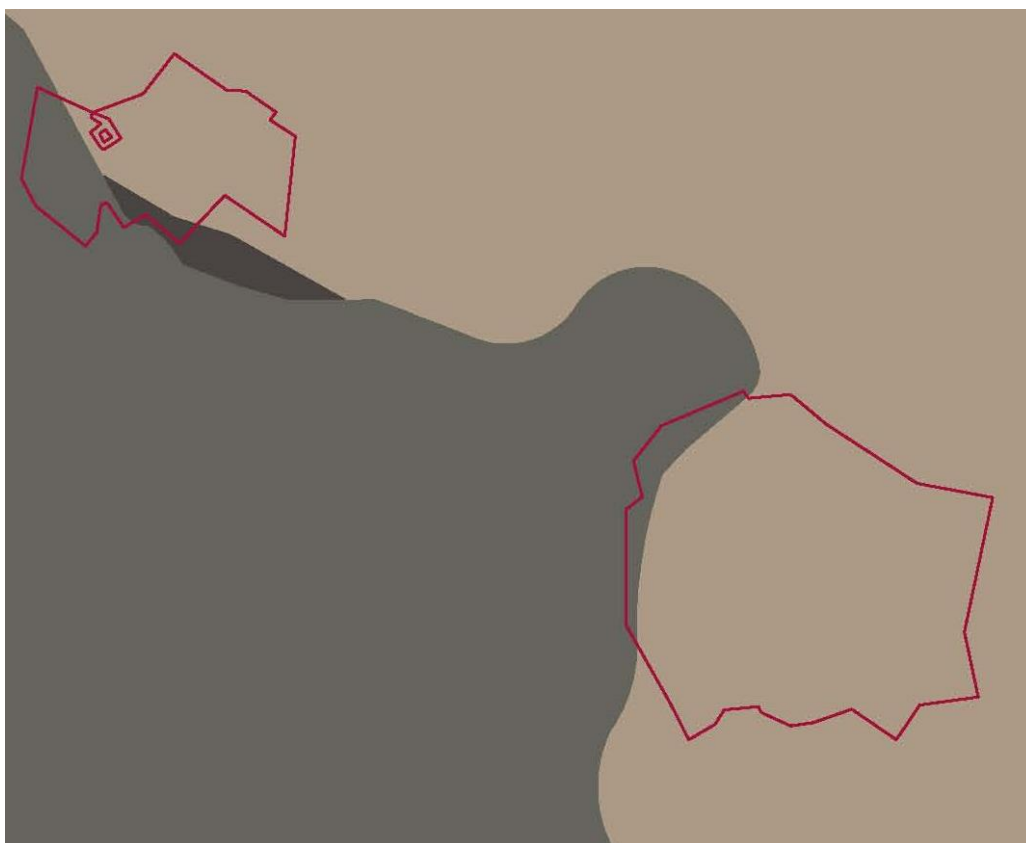


Fig. 26 – Carta Geológica. Esc. 1/25000

## 5.2 – História e fases de construção

Os primeiros registos da existência de uma comunidade de religiosas femininas em S. Bento remontam ao ano de 1169, nessa altura associadas a uma pequena ermida de cariz familiar, e não ao convento atual, governada por D. Urraca de Ximenes. Posteriormente, a pedido da religiosa Domingas Soeira, o convento integra a Ordem de Cister em 1275, filiado ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, a comunidade masculina mais próxima. É apenas a partir desta data que pode ser considerado um convento já que esse estatuto era indissociável da associação a uma ordem religiosa. Esta é a segunda comunidade religiosa a surgir em Évora, sendo a primeira o Convento de S. Francisco, da Ordem Franciscana, de 1224.

O convento de S. Bento de Cástris foi assim o primeiro convento feminino situado, em espaço dito rural, nos extra muros da cidade de Évora, que por esta altura ainda correspondiam aos da dita “Cerca Velha”. Só cerca de duzentos anos depois surgem novas comunidades religiosas, porém todas destinadas ao sexo masculino, neste contexto rural. É de notar que este aparecimento precoce, confere a S. Bento de Cástris o título de instalação conventual cisterciense mais antiga a Sul do rio Tejo.

A consagração da sua igreja acontece no ano de 1328, apesar desta ter sido completamente modificada com a chegada da reforma manuelina. É ainda no século XIV que segundo a documentação existente se comprova a existência de duas alas do claustro, bem como da área da cozinha a Poente. Neste período o convento teria uma dimensão bastante reduzida comparativamente ao agora existente.

É durante o reinado de D. Manuel I, entre 1495 e 1521, que não só a igreja mas todo o conjunto monástico é alvo de grandes intervenções. Na igreja estas alterações são visíveis não só pela típica decoração manuelina (cordas, nós, esfera armilar, motivos vegetalistas, etc) mas também pelo que se consideram ser vestígios anteriores como é o caso do desalinhamento do transepto em relação ao tramo em que se encontra. Nesta época, o responsável pelas obras no convento é o mestre pedreiro Estevão Lourenço, a quem foi incumbida a tarefa de construção de duas alas do claustro (a Norte e Poente), semelhantes às existentes e que ainda se encontravam em falta no edifício. Ainda neste contexto manuelino, as coberturas do claustro que eram em madeira foram substituídas pelas típicas abóbadas de perfil rebaixado, em alvenaria rebocada e caiada. Esta fase de renovação e melhoramento das instalações é também fruto do apadramento da Casa dos Almeidas, e associado ao enclausuramento de várias familiares no convento.

O segundo corpo do convento criado a Este, paralelo ao existente, onde se localiza a chamada nova Sala do Capítulo/das Colunas é erigido por volta de 1587 e neste espaço, como refere Túlio Espanca<sup>52</sup>, seria o antigo dormitório das monjas. É também em meados do século XVI que surge o refeitório e ainda o corpo da enfermaria, que posteriormente será ampliado sendo feita a construção de um segundo piso em 1697. O acesso a este segundo piso da enfermaria era feito através da área dos novos dormitórios e também por uma escadaria exterior, da qual já não existem vestígios, que fazia ligação ao pátio de lavagem.

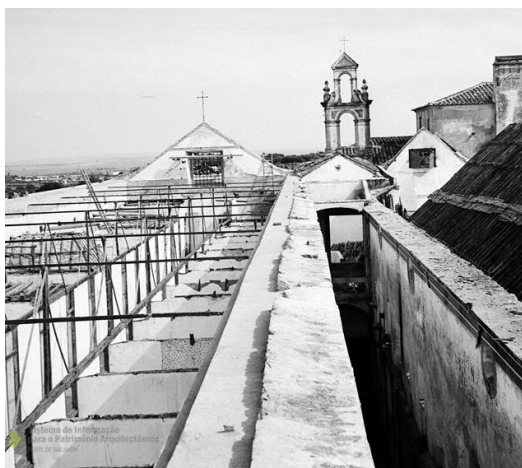


Fig. 28 – Construção da cobertura dos dormitórios, na Ala Nascente.

FONTE:

[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511)

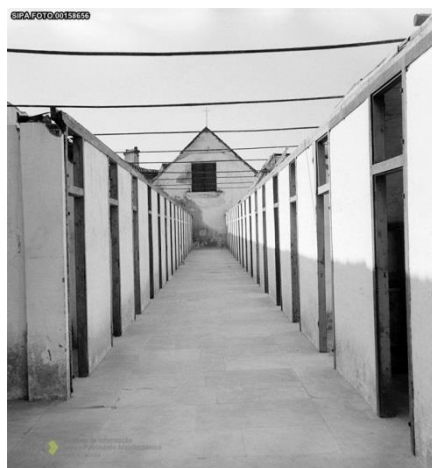


Fig. 27 – Dormitórios, vista do corredor de acesso às celas, na Ala Nascente.

FONTE:

[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511)

No século XVII as intervenções acontecem principalmente no primeiro piso do convento. São construídos os novos dormitórios na ala Nascente, um destinado às monjas e outro às conversas, paralelos entre si, e ambos em grandes volumes de elevado pé direito mas apresentam hoje uma disposição e aspeto diferente devido às adaptações posteriores. Os dormitórios inicialmente eram compostos por celas bastante estreitas, com apenas um vão cada, onde existia uma varanda de madeira que permitia o controlo das ações das religiosas pela abadessa, e foram sujeitos a diversas alterações aquando da instalação da Casa Pia. As celas passaram a ser iluminadas por dois vãos, e o seu pé direito bastante reduzido pois foi coberto com uma nova laje. Quanto ao coro baixo, data de 1644/47 e foi realizado sob o abaciado de D. Ana Faria de Almeida. Ainda no século XVII, em 1687 o claustro sofreu novas obras de consolidação. As intervenções a nível do piso térreo durante este século foram na maioria de carácter decorativo.

---

<sup>52</sup> Espanca, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal - Concelho de Évora*. Vol. I. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966.



Atualmente, fruto da campanha decorativa do século XVIII, a igreja do convento apresenta o retábulo da capela-mor em talha dourada e a nave encontra-se parcialmente revestida com painéis de azulejos relatando a vida de S. Bernardo, o grande impulsionador de Cister.

A Congregação Autónoma de Alcobaça, da qual dependia o Convento de S. Bento de Cástris, definia as linhas mestras das intervenções, as quais tiveram consequências na vida e no espaço de muitas comunidades religiosas, como é o caso da comunidade de São Bento. *“Frei Bento de Melo, em Carta Pastoral de 1728 e desde Alcobaça, determinava que no mosteiro de S. Bento de Cástris deveria haver oração mental conventual meia hora de manhã e outra meia hora à tarde, intervalada com “algum ponto de algum livro espiritual, para avivar os espíritos e motivar a oração”*<sup>53</sup>.

Em 1755 o grande terramoto que atingiu Lisboa fez-se sentir também em Évora e foi responsável pelo ruir no convento das casas do topo da ala da enfermaria, que foram reconstruídas já em 1790.

No período correspondente ao generalato de Fr. Manuel de Mendonça, Abade Geral de Cister, referido anteriormente, existe entre 1776 e 1777 um período de ano e meio em que o convento fica desocupado. Na origem deste castigo estava a possível má conduta das religiosas, mas também a falta de condições do convento, que obrigaram ao alojamento das religiosas no Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Anteriormente a comunidade de S. Bento de Cástris já tinha acolhido as poucas religiosas de Nossa Senhora da Piedade de Tavira, cujo convento se encontrava em estado ruinoso. As religiosas voltaram às suas instalações com o fim do generalato de Fr. Manuel de Mendonça e na sequência de uma solicitação no sentido de retornarem as suas origens.

*“A comunidade de S. Bento de Cástris, por turbações internas de origens hoje desconhecidas, foi condenada pelo Conselho Geral de S. Bernardo de Alcobaça, no desterro de um ano e meio, de penitência, para o Real Mosteiro de Odivelas, pena que teve início no dia 26 de Maio de 1776 e conclusão em 24 de Novembro de 1777.”*<sup>54</sup>

No início do século XIX, com as invasões francesas o convento de São Bento de Cástris sofre grandes destruições. O espaço é invadido, saqueado e vandalizado no ano de 1808, o que levou à fuga das religiosas, que assim se viram obrigadas a romper o seu voto de clausura. Com a derrota das tropas francesas e o abandono do espaço conventual pelos militares, deu-se o regresso das religiosas à sua instituição.

---

<sup>53</sup> Conde, Maria Antónia Fialho. “O modelo da Perfeita Religiosa e o Monaquismo Cisterciense Feminino no contexto Pós-tridentino em Portugal.” *Mosteiros Cistercienses - História, Arte, Espiritualidade e Património*. Alcobaça: Jorlis Edições e Publicações Lda, 2013. 397-412.

<sup>54</sup> Espanca, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal - Concelho de Évora*. Vol. I. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966.

Em 1825 dá-se a reconstrução do troço ocidental da ala Este, que entretanto havia ruído, no piso superior dos dormitórios é destruída parte da ala, ficando o corredor de acesso às celas com abertura virada para o claustro e para a nova varanda. Esta reconstrução é evidente não só pela existência da varanda como também pela diferença entre os pilares do claustro ao nível do piso térreo.



Fig. 29 – Ala Nascente do claustro (reconstruída), piso térreo.



Fig. 30 – Terraço da Ala Nascente do claustro, primeiro piso

Com a extinção das ordens religiosas em Portugal, em 1834, os conventos deixam de ter o seu propósito inicial, o que levou ao seu abandono, reocupação ou reutilização para funções bastantes distintas. No caso de S. Bento de Cástris, a sua função manteve-se, como era a regra, até a última monja falecer. Foi em 1890 que a morte de Dona Maria Joana Isabel Baptista marcou o fim do edificado enquanto instituição religiosa. Após este acontecimento o conjunto monástico passou a ser ocupado como Estação Química Agrícola e também pelo Campo Experimental da Circunscrição Agrícola do Sul.

É já no século XX, com a qualificação deste espaço em 1922 enquanto monumento nacional, que a DGEMN<sup>55</sup> passa a ser responsável pelas obras de conservação e restauro do convento. A primeira intervenção é feita no ano de 1937, e foram reconstruídas as abóbadas do claustro e as coberturas. Neste contexto, no mesmo ano é realizado ainda um projeto, pelo Arquiteto Humberto Reis, com o fim de adequar o convento à instalação da Casa Pia masculina. No ano seguinte é aprovada a realização de um estudo de restauração do conjunto conventual a par da Sé de Évora e de Santa Maria do Olival em Tomar, pelo Arquiteto José da Cruz Lima. A ala Poente foi a que sofreu maiores alterações e a que apresenta maiores diferenças em relação à estrutura conventual inicial pois apenas a cozinha se mantém no local original.

---

<sup>55</sup> Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Em 1940, algumas dependências do convento voltam a ser alvo de adaptações para um Asilo Agrícola distrital mas logo no ano seguinte, como resultado de intempéries (ciclone), as coberturas da ala Este onde se encontram os dormitórios foram arrasadas. Entre 1950 e 1956 foram efetuadas, pela DGEMN, inúmeras reparações e instalações que visavam a adaptação do conjunto monástico à secção masculina da Casa Pia. Neste âmbito foram realizadas obras ao nível das canalizações e abastecimento de água e restauros na igreja e claustro.

A instalação definitiva da Casa Pia Masculina no convento acontece em 1957 e a sua ocupação dura até 2005. Durante este período, foram feitas diversas obras para melhorar as condições existentes para os alunos da Casa Pia, nomeadamente a construção de balneários nas alas dos dormitórios.

Algumas destas diferentes ocupações e consequentes intervenções no edifício revelaram-se pouco apropriadas, não tendo em atenção o conjunto edificado e a sua especificidade.

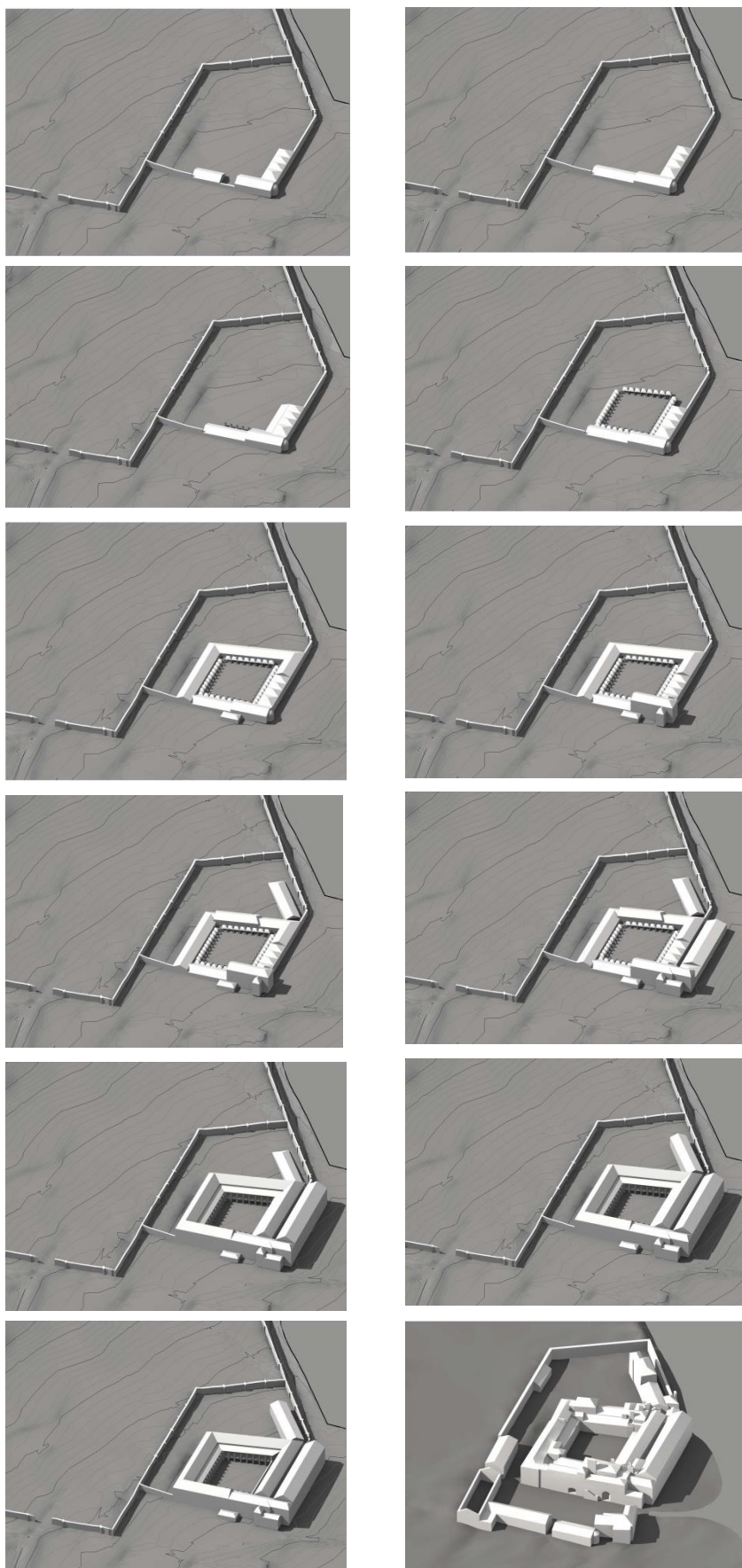


Fig. 31 – Esquema cronológico da evolução do convento.

### 5.3 – Distribuição de espaços, análise do edificado e valor patrimonial

O edifício em si é fortemente marcado pela passagem do tempo, sendo visíveis várias fases de construção e alterações ao longo dos anos, tanto através de elementos decorativos como pelos diferentes materiais utilizados. Revela-se assim, como um conjunto de volumes com diferentes altimetrias, chegando em certos locais aos três pisos.

*“(…) enquadra-se na realidade do particularismo arquitectónico alentejano entre fins do século XV e inícios do XVI: hibridismo de elementos, influências várias — mediterrânicas, mudéjares, do gótico final —, conseguindo a simbiose com as exigências da Ordem.”<sup>56</sup>*

A disposição dos diferentes espaços no edifício conventual é semelhante à distribuição procurada no plano cisterciense, e apesar de apresentar algumas variações, é perceptível que existe uma lógica de organização espacial comum. Em seguida são comparadas, com base na planta-tipo cisterciense (elaborada no contexto das instituições religiosas masculinas), a localização e descrição de alguns dos espaços mais importantes no convento de S. Bento de Cástris.

**Igreja:** dissimulada entre os volumes, mostra a sua entrada principal, como outros conventos femininos, na fachada lateral voltada ao pátio de carruagem (entrada), enquanto nos conventos masculinos a entrada é feita pelo fundo da nave. A igreja encontra-se alinhada com o eixo Este-Oeste, apesar de apresentar uma ligeira rotação, sendo a cabeceira da igreja voltada a Nascente como é regra das igrejas cistercienses. Caracteriza-se pela planta em cruz latina de nave única, com transepto e sofreu grandes reformulações durante o reinado de D. Manuel I. Apresenta abóbadas de nervuras estreladas artesoadas e unidas por chaves decoradas com motivos naturalistas e elementos heráldicos.

---

<sup>56</sup> Conde, Maria Antónia Fialho. “A afirmação do Mosteiro de São Bento de Cástris no contexto local e nacional.” *Cister - Espaços, Territórios, Paisagens* 1998. Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000. 121-134.

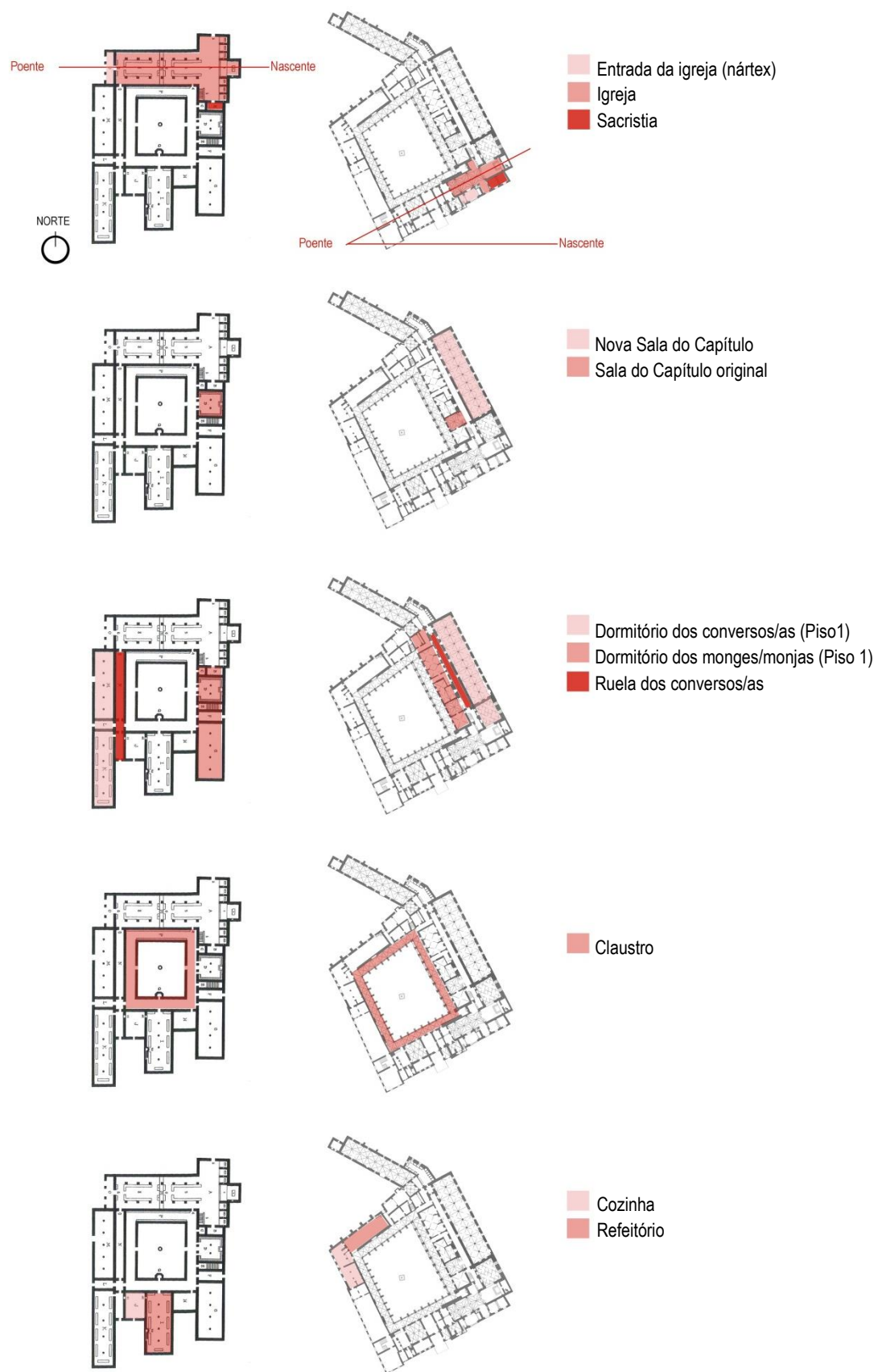


Fig. 32 – Esquema comparativo de distribuição de espaços. À esquerda a planta-tipo cisterciense de Virgolino Jorge, à direita S. Bento de Cástris



**Sala Capitular:** Localiza-se no seguimento do eixo do transepto da igreja, na ala Nascente, tal como acontece na planta-tipo e costuma apresentar uma entrada bastante trabalhada e diferenciada do resto dos espaços. O convento tem atualmente duas salas, a original, e uma segunda denominada de Sala das Colunas, com acesso a partir da anterior.



Fig. 33 – Entrada da antiga Sala Capitular



Fig. 34 – Nova Sala Capitular/Sala das Colunas

**Dormitórios e rua dos conversos:** O convento tem os dormitórios voltados a Nascente, tanto o bloco destinado às monjas como o das conversas se encontram na mesma ala, em blocos paralelos um ao outro ao invés de que se situarem em alas claustrais opostas. A ruela dos conversos segue a mesma lógica e situa-se junto aos seus dormitórios e permitindo o acesso ao coro de baixo.

**Claustro:** desenvolve-se para Norte da igreja e não para Sul, adaptação que por vezes acontece devido à morfologia do terreno e linhas de água. Enquadra-se num estilo Gótico-Mudéjar, é o maior claustro de entre os vários conventos existentes em Évora, à exceção do existente no convento da Cartuxa. Todo o claustro apresenta grandes contrafortes como forma de suporte que se estendem até ao primeiro piso, criando entre cada um deles uma arcada geminada, apoiada em colunelo. No piso térreo apresenta arcos de ferradura em três alas, e na ala Nascente (reconstruída com terraço) arcos abatidos, tal como no primeiro piso. No segundo piso surgem em áreas pontuais do convento, posteriormente aumentadas, arcos de volta perfeita. Esta é uma das características que melhor evidencia a evolução do convento ao longo de diferentes épocas construtivas.

**Refeitório e cozinha:** O refeitório situa-se na ala oposta à igreja, paralelo ao claustro e não perpendicular a este como na planta-tipo. Esta é uma diferença comum em vários conventos já que se trata de uma adaptação para oferecer mais espaço aos refeitórios. No convento apenas existe um refeitório mas é comum a existência de dois para a separação de monges e conversos. O refeitório tem cobertura em abóbada de canhão com travamentos, é decorado com pinturas e azulejos e contém ainda o seu mobiliário de origem. A cozinha começa no seguimento do refeitório e estende-se para a ala Poente, ocupa a sua posição original apesar de já ter sido alvo de várias intervenções

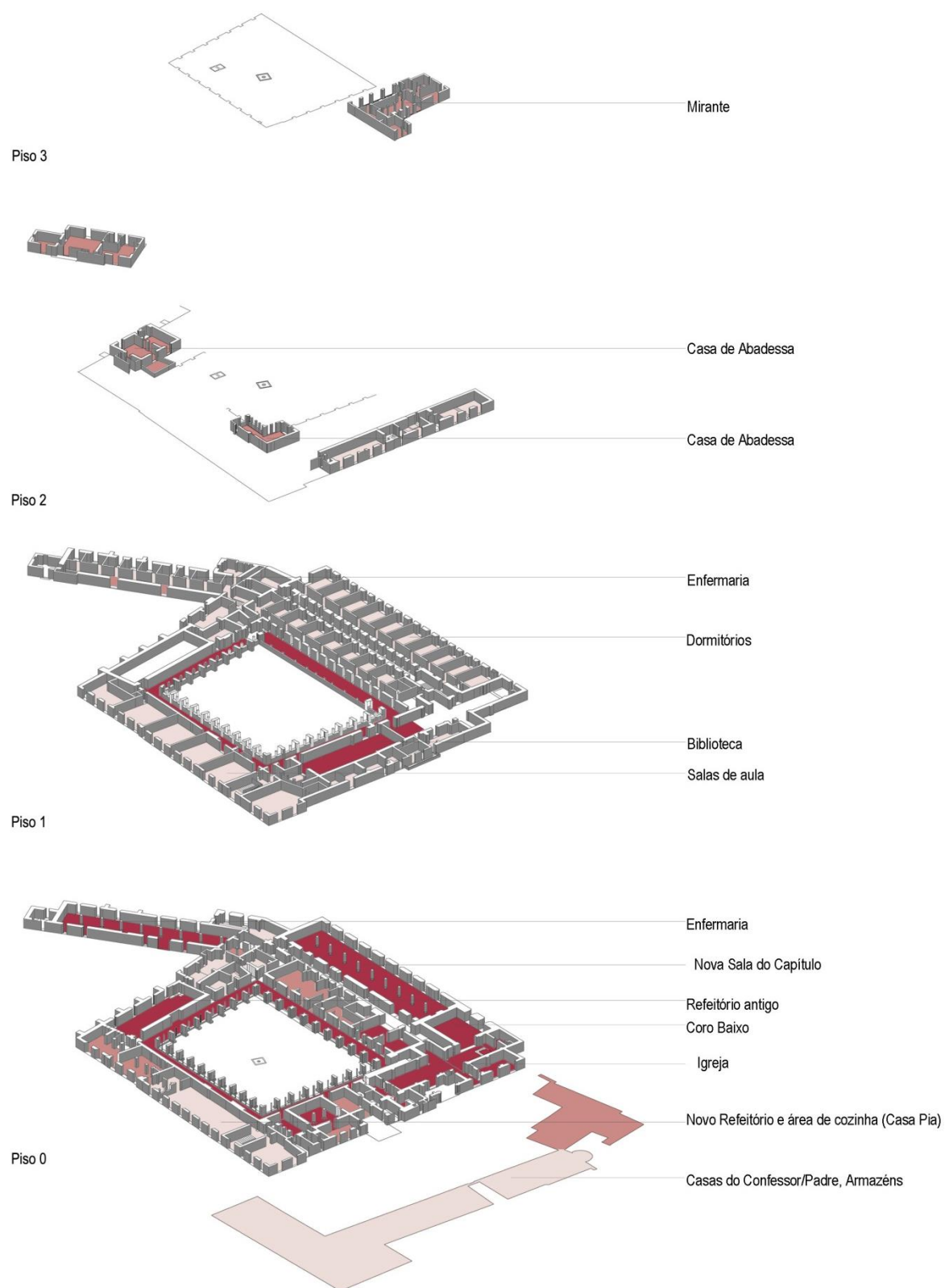


Fig. 35 – Axonometria indicativa do valor patrimonial atribuído aos espaços conforme o seu grau de autenticidade e qualidade arquitetónica.



#### 5.4 – Análise Construtiva: Sistemas Estruturais e Materialidades

A informação disponível sobre a construção do edifício é reduzida, consistindo maioritariamente em documentos escritos e registos fotográficos. Deste modo, a análise realizada tem por base o cruzamento das informações bem como alguma especulação necessária, suportada pela tipologia de construções medievais e da região Alentejana.

A construção geral do edificado faz-se com recurso a alvenaria mista de pedra e tijolo, deste modo, tendo em conta esta materialidade e os esforços que as paredes resistentes têm que suportar, é necessário que sejam de espessura elevada - chegam a ter cerca de 1,7 metros a nível do piso térreo. Com a subida de cota a tendência é a diminuição da espessura das paredes, sendo utilizados contrafortes chanfrados como forma de reforço estrutural, até à altura do primeiro piso. Estes contrafortes, também designados de pegões, surgem no claustro, refeitório e na ala da Enfermaria. Como refere Maria Conde<sup>57</sup> *“nas fundações temos o uso de alicerces de alvenaria para sustentação dos pegões, até ao nível do chão, sendo depois de pedraria”*.

De acordo com as construções típicas mudéjares e a construção Alentejana, sabe-se que o sistema de abobadamento é feito através do uso de alvenaria de tijolo, rebocada e caiada. É durante a campanha de obras Manuelina que as abóbadas existentes no convento passam todas a adotar este sistema. A complexidade e desenhos variam conforme o local onde são utilizadas e surgem desde as abóbadas simples em canhão, no refeitório, até às abóbadas estreladas mais complexas presentes na nave e transepto da igreja e antiga sala Capitular. Todas as abóbadas estreladas apresentam nervuras, à exceção das abóbadas presentes no lado Nascente do claustro, reconstruído no século XIX. No primeiro piso a galeria claustral já não apresenta abóbadas mas sim uma cobertura tradicional construída com estrutura em madeira, revestida pelo exterior em telha, e pelo interior com estuque.



Fig. 37 – Construção da cobertura das abóbadas em alvenaria, piso térreo. (em cima, à esquerda)  
FONTE: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511)



Fig. 36 – Construção da cobertura em madeira do claustro, primeiro piso. (ao lado)

FONTE:

[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511)

<sup>57</sup> Conde, M. A. (1997). O sentido do tempo num espaço conventual - S. Bento de Cástris. pp. 259-283.

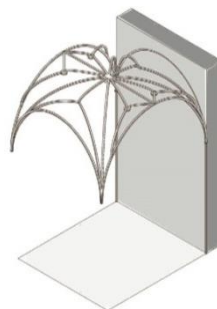
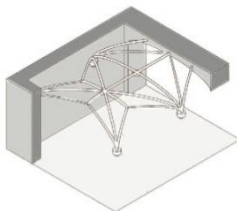


Fig. 39 – Esquema das abóbadas existentes na Sala do Capítulo Nova e Enfermaria

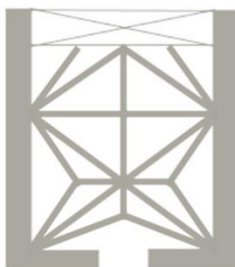


Fig. 38 – Esquema da abóbada da antiga Sala Capitular

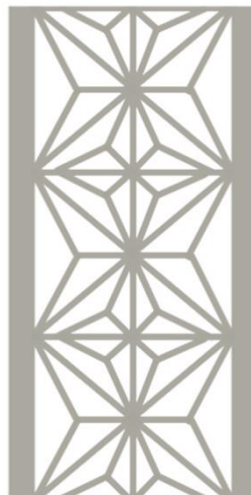


Fig. 40 – Esquema das abóbadas na nave da igreja (à direita)

## 5.5 – Estado de conservação e principais anomalias

Atualmente devoluto há cerca de 13 anos, como qualquer construção antiga, o convento apresenta um conjunto de anomalias de diversas índoles, geradas pela falta de utilização e manutenção contínua. As principais anomalias no convento surgem devido ao excesso de humidade, seja por infiltrações na cobertura ou por ascensão capilar, com a consequente deterioração dos materiais. No século XXI, face à acentuada degradação, foram realizadas extensas intervenções focadas especialmente na cobertura que se encontrava bastante danificada. Esta intervenção evitou a ocorrência de danos em grande escala no convento a nível estrutural. As anomalias mais recorrentes não apresentam gravidade elevada e desenvolvem-se maioritariamente ao nível dos revestimentos e acabamentos. No geral o edificado apresenta-se em bastante bom estado de conservação, não apresentando áreas em ruínas à exceção de pequenos edifícios de apoio situados no interior da pequena cerca.

Principais tipos de anomalias:

### a) Anomalias em elementos estruturais

Estas anomalias, de escala reduzida, ocorrem por vezes em paredes resistentes e em arestas de abóbadas e consistem numa degradação da própria alvenaria. São provocadas tanto pela deterioração dos revestimentos protetores, acelerando o processo de desgaste dos elementos, como também por má utilização do espaço por parte dos ocupantes. Surge também nos materiais pétreos alguma arenização e consequente rugosidade, como acontece nas colunas de granito da sala capitular e enfermaria, colonelos e capitéis do claustro.



Fig. 43 – Degradação do revestimento exterior e exposição dos elementos contrutivos.

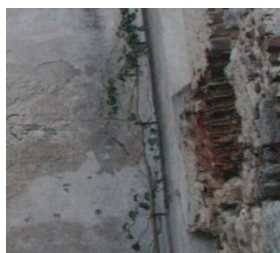


Fig. 42 – Pormenor da exposição da estrutura em alvenaria, devido ao desgaste do revestimento.



Fig. 45 – Pormenor de arenização no capitel e perda de definição.



Fig. 41 – Pormenor da exposição da estrutura em alvenaria, devido ao desgaste do revestimento.



Fig. 44 – Pormenor de arenização e rugosidade na coluna.

b) Anomalias causadas por excesso de humidade

Visíveis em várias áreas do convento, surgem devido à má drenagem de água pluvial, por infiltrações ou por ascensão capilar, e originam perda de aderência dos materiais enfraquecendo as suas ligações. Como resultado surge um conjunto diverso de anomalias como a proliferação de fungos, bolores, escorrimentos e eflorescências; destacamento e escamação de estuques, pinturas e cais; descolamento de azulejos, etc.

As soluções passam numa primeira fase pela resolução das causas (infiltrações, escoamento de águas, etc.), seguida pelo tratamento das anomalias. Nesta fase será necessário a substituição de algumas madeiras danificadas, aplicação de tratamentos fungicidas/inseticidas e também ignífugos; os revestimentos devem ser renovados e sujeitos a aplicação de tintas hidrófugas.



Fig. 46 - Destacamento do estuque, no Claustro primeiro piso.



Fig. 47 - Descolamento dos azulejos.



Fig. 48 - Pormenor de eflorescências na Igreja.



Fig. 50 - Destacamento da pintura.



Fig. 51 - Escamação das várias camadas de pintura.



Fig. 49 - Pormenor de destacamento do estuque, deixando o fasquiado exposto.



Fig. 53 - Pormenor de proliferação de bolores e fungos na igreja.



Fig. 52 - Pormenor de proliferação de bolores e fungos na Enfermaria.



Fig. 54 - Pormenor de escorrimento na Sacristia

## 5.6 – Análise SWOT

Qualquer proposta de intervenção neste ou qualquer outro espaço pode ser estruturada com base numa análise SWOT da zona a intervencionar. Deste modo, após a apresentação do conjunto edificado em estudo e da sua envolvente, apresenta-se em seguida uma breve análise deste tipo para o convento de S. Bento de Cástris.

Pontos Fortes ( <b>S</b> trengths)	Pontos Fracos ( <b>W</b> eaknesses)
<ul style="list-style-type: none"><li>• Classificação de Monumento Nacional.</li><li>• Bom estado de conservação no geral</li><li>• Edificado e terrenos de área elevada</li><li>• Proximidade à via de circulação de ligação Évora-Arraiolos</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Afastamento do núcleo urbano de Évora</li><li>• Falta de transportes públicos</li><li>• Acessos pouco visíveis</li><li>• Acessibilidade difícil para pessoas de mobilidade reduzida</li></ul>
Oportunidades ( <b>O</b> pportunities)	Ameaças ( <b>T</b> hreats)
<ul style="list-style-type: none"><li>• Património em estado devoluto</li><li>• Elevada área de construção total do edificado</li><li>• Instalação de uma comunidade de religiosos, retomando parte do uso original</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Privatização do património</li><li>• Património em estado devoluto e consequente degradação</li></ul>





## 6 – Projetos de Referência

### 6.1 – Mosteiro de S. Martinho de Tibães

Arquiteto João C. Santos e IPPAR, desde 1994

Este mosteiro, no concelho de Braga, pode equiparar-se ao mosteiro de Alcobaça no sentido em que, tal como este, desempenhou o papel de cabeça da Congregação, neste caso da “Congregação dos Monges Negros<sup>58</sup> de São Bento dos Reinos de Portugal”. A primeira referência a uma construção na área surge no século VI, foi alvo de várias campanhas de construção e sofreu bastantes alterações ao longo dos anos. A sua construção estabiliza por volta do século XVII, sendo que um dos principais motivos para as modificações foi a aquisição do seu papel de casa-mãe (aquando do Concílio de Trento), com o objetivo de conferir o estatuto necessário à casa.



Fig. 56 – Vista área do convento de S. Martinho de Tibães.

FONTE: <http://culturanorte.pt/pt/patrimonio/mosteiro-de-sao-martinho-de-tibaes/#>



Fig. 55 – Fotografias antes (à esquerda) e depois (à direita) da intervenção no convento de S. Martinho de Tibães.

FONTE:

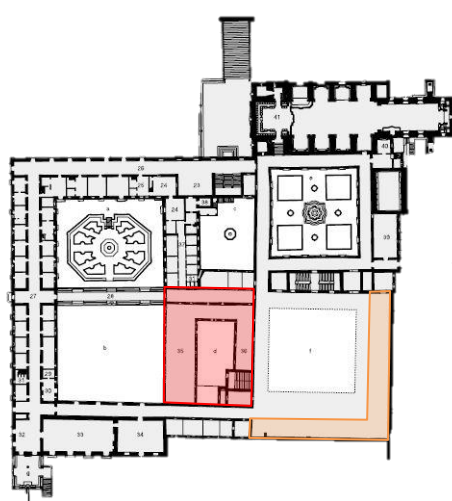
<http://mosteirodetibaes.org/obra.aspx?v=lis ta&.aspx>

<sup>58</sup> Ordem Beneditina, Cluny

No que diz respeito ao conteúdo programático da intervenção feita no espaço, esta é das que mais se assemelha ao pretendido para S. Bento de Cástris. Assim, em Tibães desenvolvem-se os seguintes espaços:

- Reabilitação e abertura ao culto da igreja do mosteiro;
- Instalação de uma comunidade religiosa e hospedaria funcional para visitantes
- Criação de um museu, dotado de Oficinas de trabalho especializado (conservação e restauro de talha e azulejo, recuperação de jardins históricos) com o fim de contribuírem na própria intervenção no mosteiro, reabilitando-o faseadamente; um Centro de Documentação, de apoio científico e histórico aos trabalhos a realizar; e ainda percursos museológicos, ilustrando e dando a conhecer o que seria anteriormente a vida destes religiosos.

A extensão do edificado existente e do respetivo programa de reabilitação resulta numa série de intervenções de forma faseada, não existindo necessidade de expansão da área de construção. Neste contexto foram aplicadas várias correntes filosóficas de restauro, desde a manutenção da componente ruína tal como se encontrava, realizando apenas intervenções a nível da sua segurança; passando pela intervenção mínima, no que diz respeito ao aproveitamento dos espaços, conferindo-lhes novas funções; e por último a construção de obra nova (Hospedaria), aproveitando parte do edifício que se encontrava em ruína.



- Área de construção nova
- Área de manutenção da ruína

Fig. 58 – Piso térreo.  
Adaptado de: IPPAR. Estudos/Património. nº2. Lisboa:  
IPPAR – Departamento de Estudos, 2002.

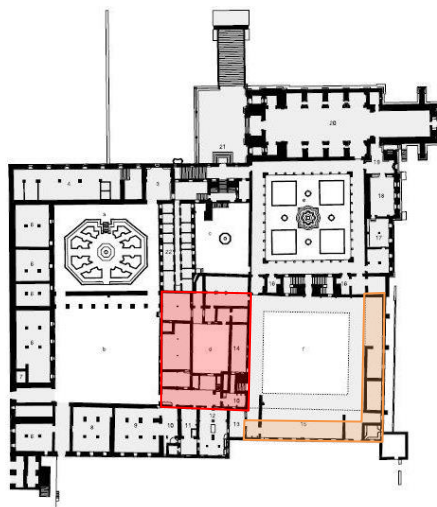


Fig. 57 – Piso 1.  
Adaptado de: IPPAR. Estudos/Património. nº2. Lisboa:  
IPPAR – Departamento de Estudos, 2002.



## **6.2 – Convento de Santa Maria do Bouro**

**Arquiteto Eduardo Souto de Moura e Humberto Vieira, 1997**

Este convento pertence ao ramo masculino da ordem de Cister e como grande parte dos conventos cistercienses trata-se de um caso de filiação, que acontece no ano de 1195. Atualmente apresenta um carácter privado, sendo que se encontra reconvertido numa pousada de luxo pertencente ao Grupo Pestana Pousadas (GPP).

Aquando do projeto de reabilitação, como consequência do abandono generalizado, o convento encontrava-se num estado de degradação bastante avançado sendo que parte do convento estava mesmo em ruína. Por este motivo, as escolhas de projeto passaram não por uma reconstituição ou reconstrução do que havia ruído, nem por um simples restauro das ruínas para fins contemplativos, mas sim pela construção de um novo corpo, utilizando até materiais restantes.

Neste projeto o novo volume abriga as áreas de serviço necessárias ao funcionamento da pousada, como é o caso da lavandaria, cozinha, armazenamento e semelhantes. Encontra-se revestido a pedra, da mesma tonalidade que o edifício existente, integrando-se na paisagem e tomando partido do declive do terreno. Apesar de bastante discreto, a intenção passou por tornar perceptível que se trata de uma construção nova.

A igreja situa-se na área mais elevada do terreno e o claustro e convento desenvolvem-se para Sul desta, desta forma o novo bloco surge junto aos volumes situados a cota mais baixa. Os volumes aparentemente encontram-se encostados um ao outro mas este encontro é apenas parcial, sendo que a ligação acontece somente em determinadas áreas de comunicação de acessos verticais, tornando uma intervenção pouco intrusiva.

No que diz respeito ao programa, este apropria-se das instalações no fundo utilizando as áreas de cota menor para espaços de utilização comum como é o caso do auditório, sala de exposições, restaurante e sala de refeições, etc. Por outro lado, nas áreas de maior cota situam-se as áreas de utilização mais privada, como é o caso dos quartos. Apesar de ser de carácter privado este caso revela-se interessante no que diz respeito às soluções de quartos num estilo minimalista, bem como das áreas comuns e dependências e a sua localização.

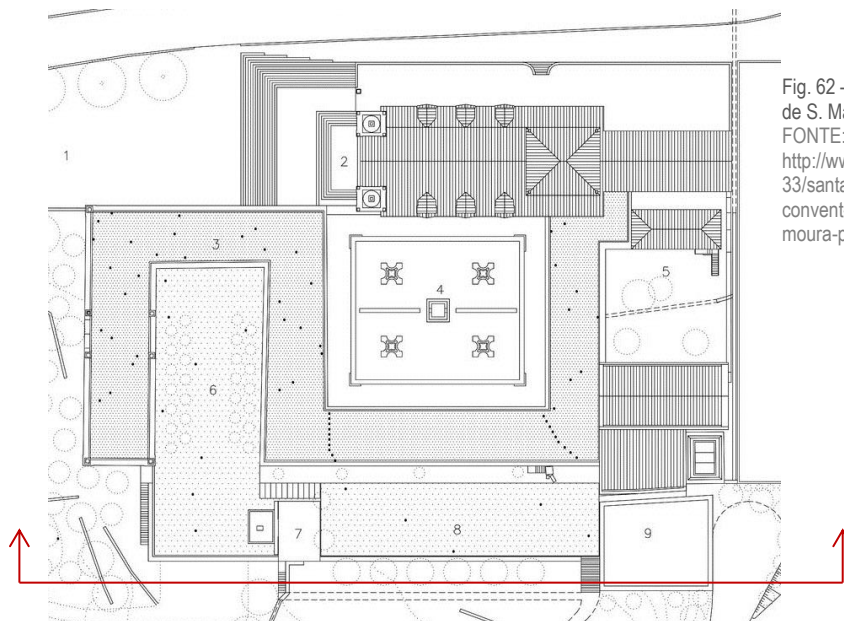
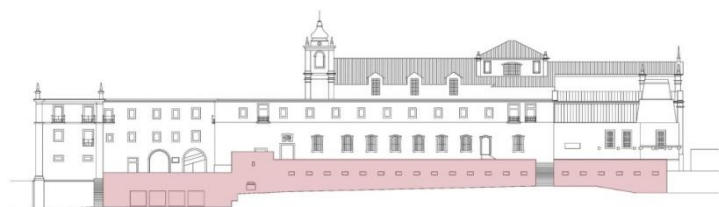


Fig. 62 – Planta de cobertura de S. Maria do Bouro.

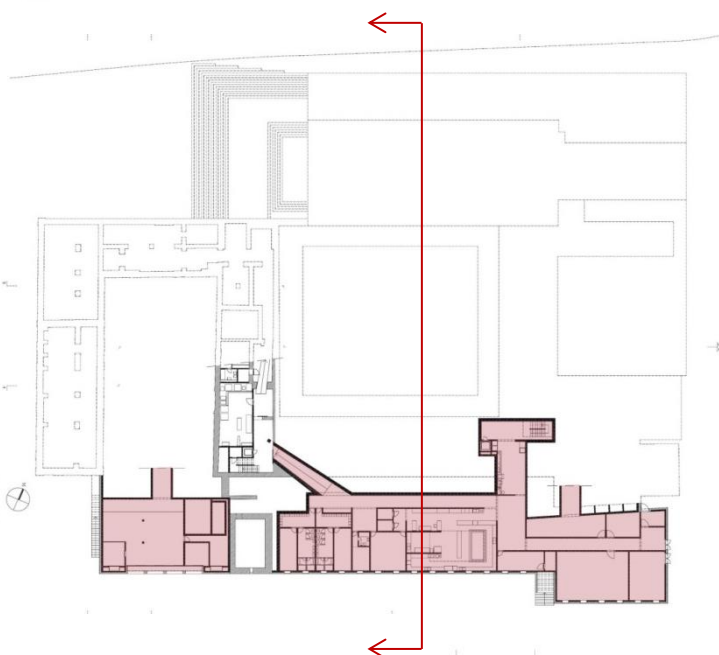
FONTE:  
<http://www.archdaily.com/768833/santa-maria-do-bouro-convent-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira/>



Área de construção nova

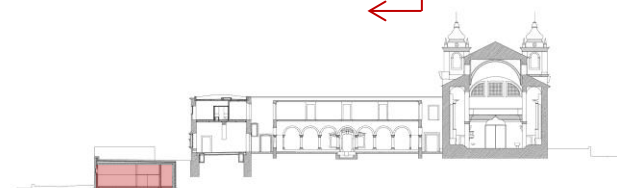
Fig. 60 – Alçado Sul. Adaptado de:

<http://www.archdaily.com/768833/santa-maria-do-bouro-convent-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira/>



Área de construção nova

Fig. 61 – Planta do Piso -1.  
 Adaptado de:  
<http://www.archdaily.com/768833/santa-maria-do-bouro-convent-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira/>



Área de construção nova

Fig. 59 – Corte.  
 Adaptado de:  
<http://www.archdaily.com/768833/santa-maria-do-bouro-convent-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira/>





Fig. 63 – Vista aérea do convento de S. Bento de Cástris e dependências.

## 7 – A Proposta

### 7.1 – O Programa

O programa escolhido para reocupar o convento de S. Bento de Cástris prende-se com o projeto *Sphera Castris*, promovido pela Direção Regional de Cultura do Alentejo em 2015. Este projeto tem como objetivo a requalificação do convento num centro para as artes, ciência e tecnologia com componentes de investigação, criação e exposição.

Em analogia ao projeto desenvolvido em S. Martinho de Tibães, o centro pretende ser um polo de conservação e valorização patrimonial, onde se procura realizar uma reabilitação faseada e programada. A reabilitação do edifício pode e deve ser potenciada pelas atividades a desenvolver no convento, como é o caso da investigação de tecnologias inovadoras em conservação (azulejos, esgrafitos, pinturas, etc.), que podem posteriormente ser aplicadas em áreas específicas do convento.

Quanto à vertente do programa de cariz público, pretende-se que existam ações rotativas permanentes, de modo a criar uma dinâmica na vivência do espaço conventual e não o limitar a algum tipo de exposição fixa. No piso térreo são destinados a espaço expositivo e realização de eventos as áreas da enfermaria, sala do capítulo e igreja. Nestes espaços, pouco afetados com os usos posteriores do convento, a intervenção é mínima, restringindo-se à sua conservação e tratamento de patologias, mantendo assim o seu grau de autenticidade.

Em fase posterior surgiu a oportunidade e interesse de reinserir no convento uma comunidade mista de religiosos<sup>59</sup> alojados permanentemente, preservando em parte a função inicial do complexo edificado e contribuindo também para uma dinâmica religiosa, social e cultural. Assim um dos desafios na reabilitação deste monumento foi a conjugação e articulação destes programas de diferentes índoles, nomeadamente a conjugação da habitação para esta comunidade, bem como as dependências necessárias à prática religiosa, com áreas destinadas ao centro expositivo e experimental. A intenção é que vários tipos de pessoas de diferentes áreas de conhecimento possam visitar e ter acesso ao espaço, vivendo-o e conferindo-lhe vida para além da vida monástica. Neste âmbito surge também a necessidade de criação de alguns espaços de habitação temporária para que artistas, investigadores e professores se possam instalar no convento durante alguns períodos de tempo. Estes espaços de habitação temporária também devem estar abertos a possíveis visitantes e peregrinos, mantendo presente o princípio Cisterciense de acolher todos aqueles que necessitem.

---

<sup>59</sup> Cistercienses brasileiros, também denominados monges trapistas.

No que diz respeito à parte programática de habitação/dormida, existem três áreas principais distintas, que correspondem às mesmas funções que o edifício mantinha na sua fase conventual. São estas as duas alas dos dormitórios a Nascente, e a zona destinada à hospedaria no lanço oblíquo. O objetivo é a ocupação destas áreas, ou parte delas, pelos novos religiosos cistercienses, e por isso são o alvo da maior intervenção.

Nas áreas rústicas associadas ao convento, com cerca de 30 hectares, serão postas em prática medidas que visem a sustentabilidade do edificado, bem como investigações relacionadas com a agricultura mediterrânica e sua biodiversidade. Deste modo pretende-se que o interior da cerca seja destinado aos monges e ao seu próprio sustento, servindo para a implantação de pomares, jardins aromáticos e outras culturas, como acontecia aquando da sua ocupação religiosa. Este espaço pode também integrar percursos museológicos. Na restante área, afeta à ZEP do convento, realizar-se-ão as investigações agrícolas e instalar-se-á um parque solar. Como forma de apoio ao programa surge ainda a necessidade de criação de uma zona de estacionamento, possibilitando a realização de diversos eventos.

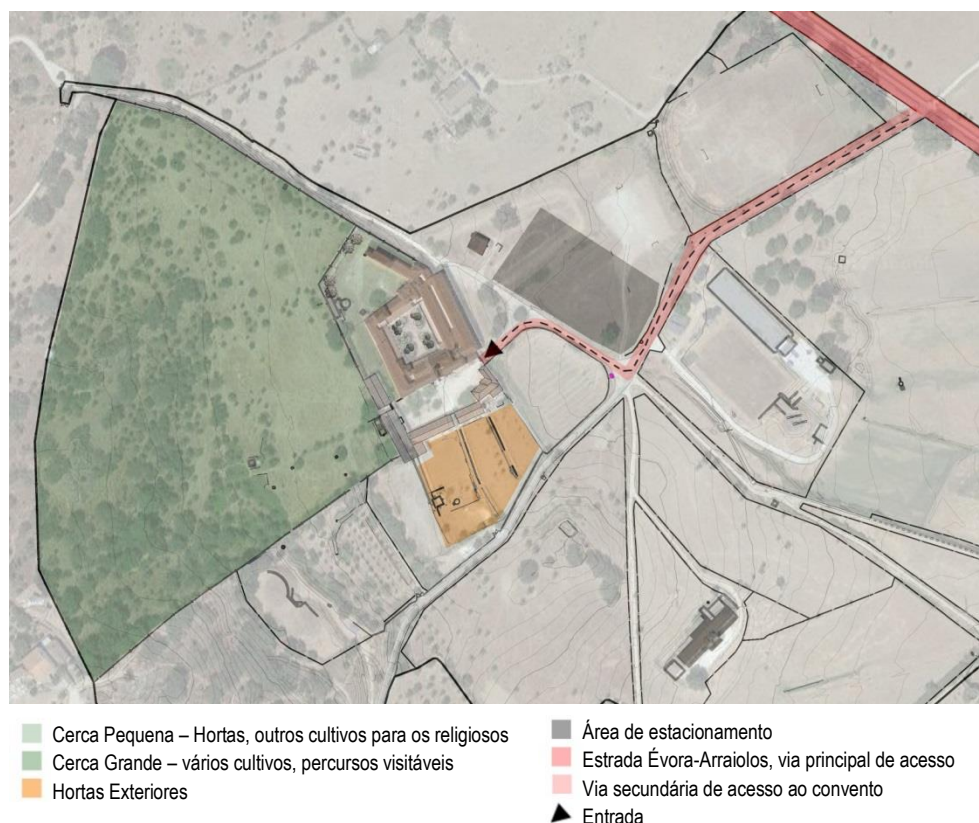


Fig. 64 – Esquema das zonas exteriores principais e acesso.

## 7.2 – O projeto

A grande área de construção do convento, com aproximadamente 5000 m<sup>2</sup>, permite a aplicação do programa referido na sua extensão, sem que seja necessário recorrer à construção de novos volumes. Segue-se uma breve explicação dos espaços desenvolvidos no âmbito deste projeto, com referência no programa descrito acima.

Tendo em conta que o convento pretende acolher funções de carácter público e privado, existe uma lógica na distribuição de espaços que pretende enquadrar no piso térreo a maioria das áreas de acesso geral, e à medida que se sobe de piso, áreas de acesso mais restrito. Existem dois núcleos de circulações verticais, um público e outro privado, destinado apenas aos monges, permitindo assim a separação dos espaços.



Fig. 65 – Esquema das principais circulações no convento, no piso térreo e primeiro piso.

A distribuição do programa é feita com base nas características atuais dos espaços e o seu valor de autenticidade, sendo que a maioria das intervenções é pautada de um carácter minimalista. As áreas desenvolvidas com maior pormenor e onde a intervenção é de maior escala são as alas destinadas aos espaços de habitação dos monges e monjas.

No piso térreo existe na ala Poente uma área reservada a vários tipos de trabalho e investigação, permitindo também a realização de workshops. As grandes áreas na aula claustral oposta, apresentam grande flexibilidade, possibilitando a instalação de suportes de exposição, bem como organização de eventos como conferências, festas, etc. Deste modo, não só as peças produzidas nas zonas de trabalho do convento como objetos exteriores podem ser apresentados ao público.

Como estruturas de apoio às funções desenvolvidas no convento, e os seus utilizadores, é ainda criada uma pequena cafetaria e copa de apoio, de carácter semipermanente. Cria-se também uma loja, afeta aos religiosos, onde podem vender os seu licores e ervas aromáticas, como forma de gerar alguns rendimentos.





Fig. 66 – Distribuição dos principais espaços desenvolvidos no convento.

A lógica de intervenção nas áreas dos dormitórios passa pela criação de uma estrutura versátil, que sirva tanto os monges como eventualmente, num futuro mais distante, outros possíveis ocupantes. As celas da ala Nascente, dormitórios das monjas e monges, com cerca de 25/30 m<sup>2</sup> bem como o elevado pé-direito, permitem uma intervenção em altura criando uma espécie de pequenas habitações individuais. Nos corredores de distribuição, de grande comprimento, é criado um jogo de cheios e vazios através do recuo da entrada dos quartos, acompanhado por conversadeiras, conferindo dinâmica ao espaço e jogando com os claros-escuros.

O piso inferior do quarto é ocupado com funções que dão resposta às necessidades básicas do homem, como é o caso da instalação sanitária e pequena *kitchenette* caso os religiosos prefiram permanecer num recolhimento pessoal e tomar uma refeição ligeira. Neste espaço têm também uma área dedicada ao seu estudo/trabalho, podendo receber visitas. No piso superior, numa *mezzanine*, encontra-se o espaço de dormir propriamente dito, recolhido e mais abrigado do restante espaço.

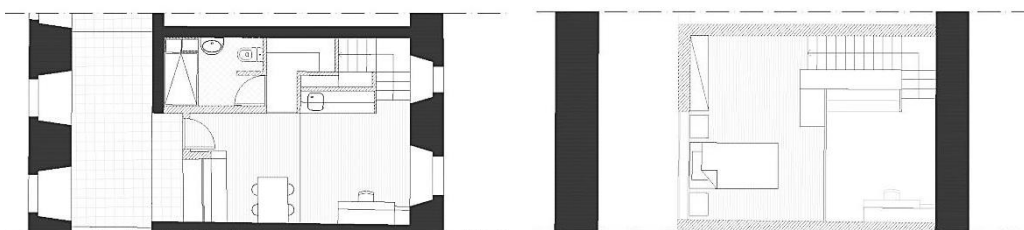


Fig. 67 – Esquema de quarto na ala Nascente. Piso inferior à esquerda, e piso superior à direita.

Na ala dos monges seniores, situada no lanço oblíquo da hospedaria, os quartos apresentam dimensões menores e são alternados com uma pequena sala de estar/trabalho. A partir deste espaço há a comunicação com as instalações sanitárias partilhadas, entre cada dois quartos, permitindo uma maior comodidade com a remoção da necessidade de descolamento entre pisos dentro do seu quarto.

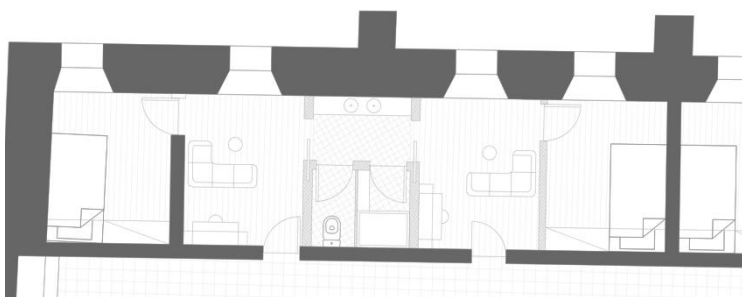


Fig. 68 – Esquema da sequência de quarto no dormitório dos monges seniores.





## 8 – Bibliografia

- Aguiar, J., A. M. Reis Cabrita, e J. Appleton. *Guião de Apoio à Reabilitação de edifícios habitacionais*. Vol. I. Lisboa: LNEC, 2002.
- Aguiar, José. “Após Veneza: Do Restauro Estilístico para o Restauro Crítico (1964-1980).” In *100 anos de Património: memória e identidade. Portugal 1910-2010*, 219-237. Lisboa: IGESPAR, 2010.
- . “Reabilitação ou Fraude?” *Revista Património*, Novembro de 2014, Direcção-Geral do Património Cultural ed.: 56-69.
- Aguiar, José, e Ana Paula Amendoeira. “A conservação da identidade do património urbano e o lugar às novas arquitecturas.” *Estratégias de Reabilitação dos Centros Históricos*. Vila Real: URBE, 1999. 27-46.
- Caeiro, Elsa. “Os Conventos do Termo de Évora.” Tese de Doutoramento, Sevilha, 2005.
- Chicó, Mário Tavares, e Humberto Reis. *A Arquitectura Religiosa do Alto Alentejo na Segunda Metade do século XVI e nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.
- Choay, Françoise. *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2014.
- Cocheril, Maur. *Notes sur l'Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal*. Vol. V. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1972.
- . “Abadias Cistercienses portuguesas.” *Revista Lusitania Sacra*, 1959, Centro de Estudos de História Eclesiástica, Universidade Católica Portuguesa ed.: Tomo 4.
- . *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1978.
- Conde, Maria Antónia Fialho. “A afirmação do Mosteiro de São Bento de Cástris no contexto local e nacional.” *Cister - Espaços, Territórios, Paisagens 1998*. Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000. 121-134.
- . *Cister a Sul do Tejo - O mosteiro de S. Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça (1567-1776)*. Colibri, 2009.
- . “O modelo da Perfeita Religiosa e o Monaquismo Cisterciense Feminino no contexto Pós-tridentino em Portugal.” *Mosteiros Cistercienses - História, Arte, Espiritualidade e Património*. Alcobaça: Jorlis Edições e Publicações Lda, 2013. 397-412.

—. “O sentido do tempo num espaço conventual - S. Bento de Cástris.” 1997: 259-283.

Conde, Maria Antónia Fialho. *Os mosteiros cistercienses femininos em Portugal no período pombalino: a reforma de frei Manuel de Mendonça*. Vol. II, em *História das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo*, de José Eduardo Franco, Luís Machado de Abreu e Cristiana Lucas da Silva, 251-262. Lisboa: Paulinas Editora, 2014.

—. “São Bento de Cástris na Congregação Autónoma de Alcobaça: Extensão e limites do poder das Abadessas no Período Moderno.” *Revista Economia e Sociologia nº84*, 2007, Instituto de Estudos Superiores de Évora ed.

Dias, Pedro. *Manuelino - À descoberta da arte do tempo de D. Manuel I*. Civilização Portugal, 2002.

Espanca, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal - Concelho de Évora*. Vol. I. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966.

Faustino, Patrícia Salomé Neves Baleizão Roques. “O Mosteiro de São Bento de Cástris: Memória e Identidade.” Tese de Mestrado, Évora, 2016.

Gaspar, Jorge. “Os espaços conventuais e o metabolismo da cidade.” In *Conversas à volta dos Conventos*, 87-93. Casa Sul Editora, 2002.

Gomes, Saul António. “A Congregação Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça nos séculos XVI e XVII: elementos para o seu conhecimento.” *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 18, 2006: 375-431.

ICOMOS. *Carta dos Jardins Históricos (Carta de Florença)*. Florença: ICOMOS, 1981.

ICOMOS. *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (Carta de Washington)*. Washington: ICOMOS, 1987.

ICOMOS. *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios (Carta de Veneza)*. Veneza: ICOMOS, 1964.

ICOMOS. *Recomendações para a análise, conservação e restauro estrutural do Património Arquitectónico*. Tradução de Paulo B. Lourenço; Daniel V. Oliveira, Universidade do Minho, Departamento de Engenharia Civil, 2004.

IPPAR. *Estudos/Património*. nº2. Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos, 2002.

—. *Estudos/Património*. nº3. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos, 2002.

Jorge, Virgolino Ferreira. “Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal - Notas sobre a tipologia dos sítios e das igrejas.” *Cistercivm*, 1999.

- . *Organização Espaço-funcional da Abadia Cisterciense Medieval - Alcobaça como modelo de análise*. Lisboa, 2010.
- . “Os Cistercienses e a Água.” *Revista Portuguesa de História*, 2002: 35-69.
- Lobo, Susana. *Pousadas de Portugal, Reflexos da Arquitectura Portuguesa do século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- Lourenço, Paulo B., e Daniel V. Oliveira. *Recomendações para a análise, conservação e restauro estrutural do património arquitectónico*. Universidade do Minho, Departamento de Engenharia Civil, 2004.
- Maria do Céu Simões Tereno, Marízia M. D. Pereira, Maria Filomena Monteiro. “Mosteiro de S. Bento de Cástris, que futuro para este património?” *Mosteiros Cistercienses - História, Arte, Espiritualidade e Património*. Alcobaça: Jorlis Edições e Publicações Lda, 2013. 391-408.
- Martins, Ana Maria Tavares Ferreira. “As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território.” Tese de Doutoramento, Sevilha, 2011.
- Paiva, J. V., J. Aguiar, e A. Pinho. *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional*. Vol. I. Lisboa: INH, LNEC, 2006.
- Pereira, Paulo. “Aprender com o presente. O património e a arte contemporânea.” *Estudos/Património nº3*, 2002: 199-202.
- . *Intervenções no património 1995-2000: Nova política*. Montagem por Paulo Pereira. Lisboa: IPPAR, 1997.
- . *Património Edificado, Pedras Angulares*. Lisboa: Aura, 2005.
- . *Portugal Património Mundial*. PREMIUM CIL. Madrid: SAPE, s.d.
- Rocha, Manuel Joaquim Moreira da. “O Mosteiro-cidade na Génese e Desenvolvimento Urbano: Uma interpretação do espaço.” *Ciências e Técnicas do Património, Revista da Faculdade de Letras*, 2006-2007, I ed.: 527-548.
- Serviço Internacional de Museus. “Carta de Atenas.” *Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos*. Atenas: Serviço Internacional de Museus, 1931.
- Silva, José Custódio Vieira da. *O tardo-gótico em Portugal, a Arquitectura no Alentejo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.
- Simplicio, Maria Domingas V. M. *Évora: Estrutura e Renovação Urbana no Sector Intramuros*. Geociências, Câmara Municipal de Évora, 2001.

—. “Évora: Origem e Evolução de uma Cidade Medieval.” *Revista da Faculdade de Letras - Geografia I série*, 2003.

Urbano, Luís. “A propósito de Évora. Ideologia religiosa e arquitectura nos conventos femininos.” *Monumentos*, Abril de 2007: nº26, p.38-45.



## Anexos

Anexo 1 - Projeto, peças desenhadas, fotografias das maquetes

Anexo 2 – Levantamento fotográfico pessoal

Anexo 3 – Análise escala macro e convento



Ala Nascente do claustro do convento de S. Bento de Cástris.

## **Anexo 1 – Projeto, peças desenhadas, fotografias das maquetes**





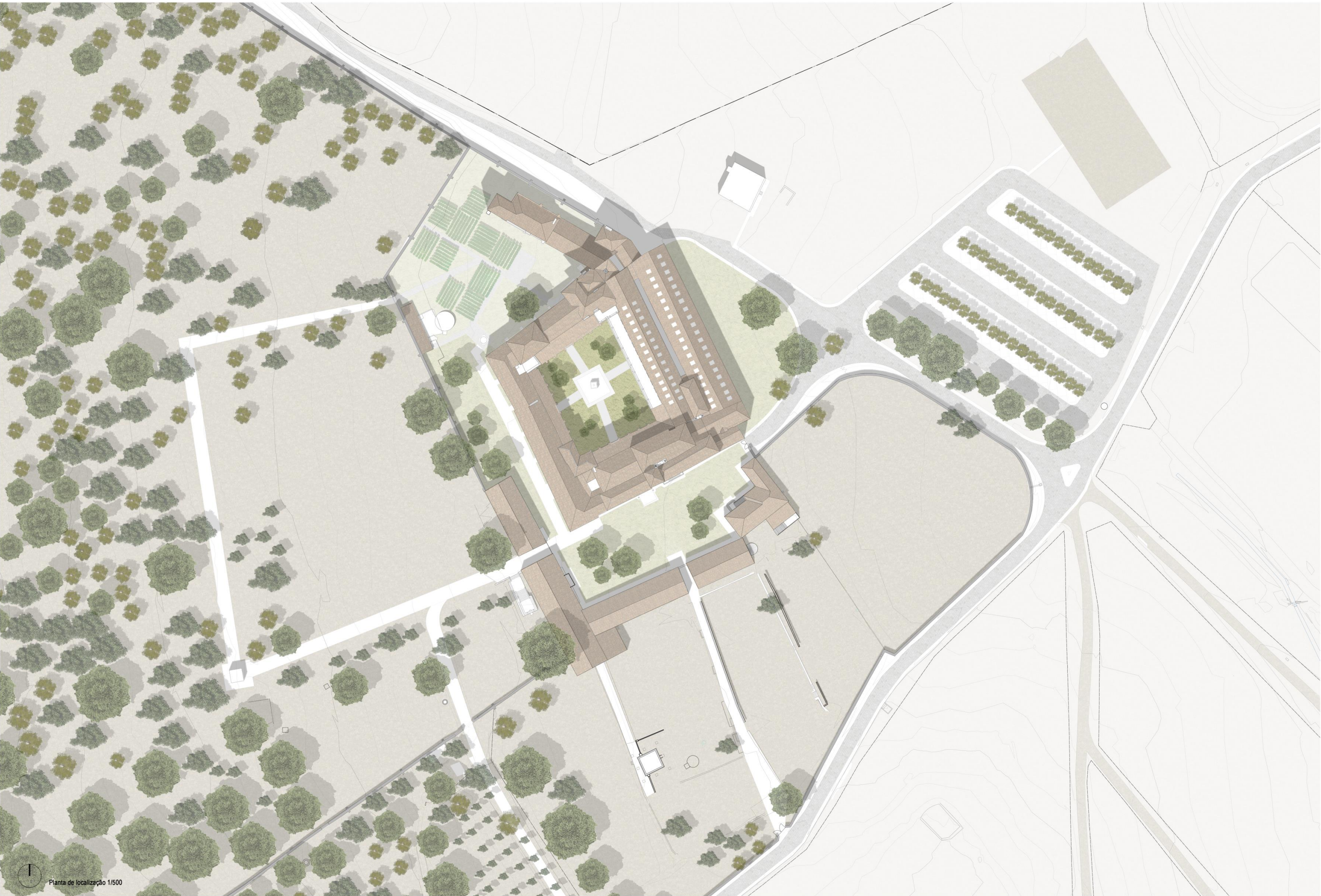
Planta de localização 1/5000





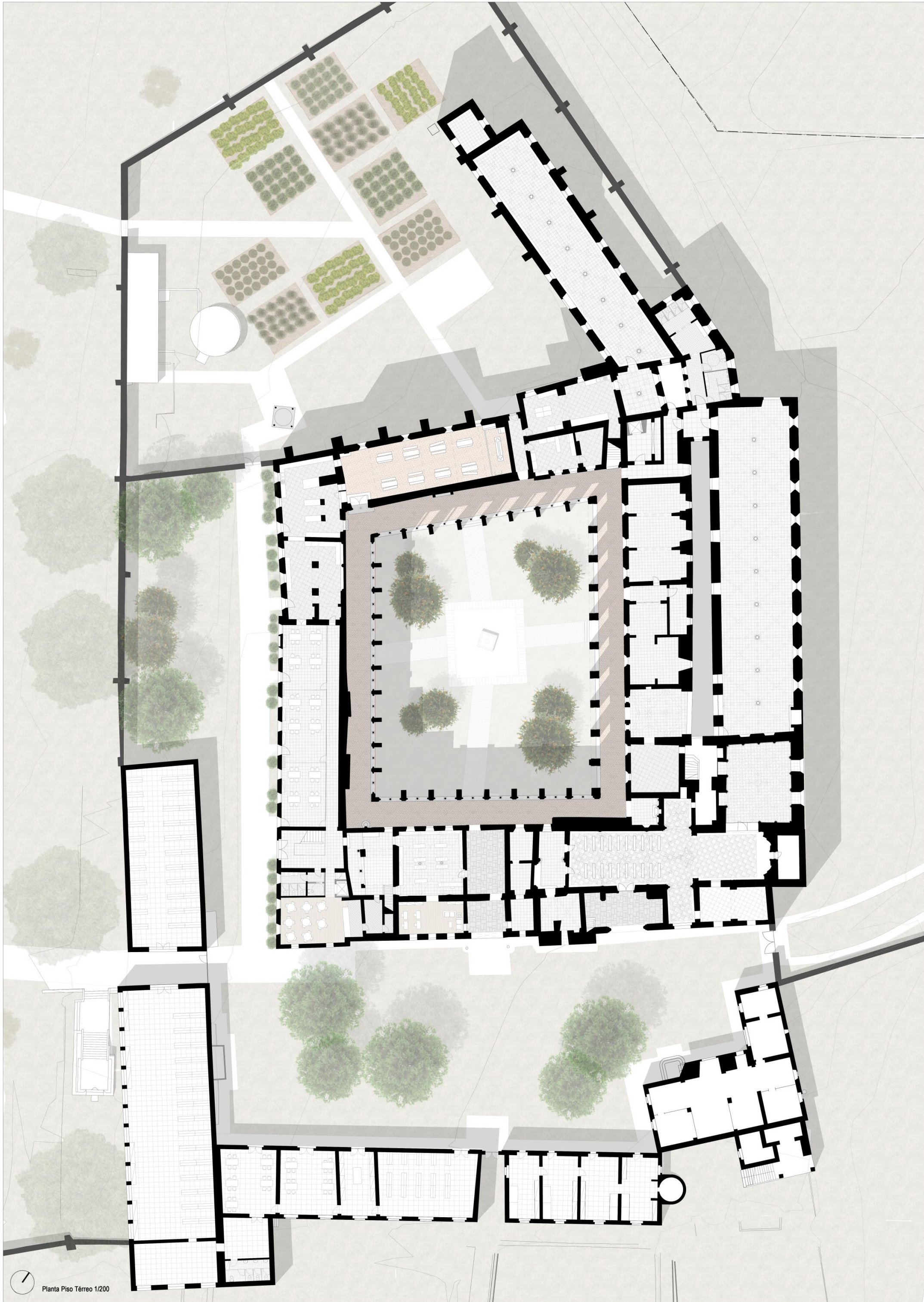
Planta de localização 1/1000





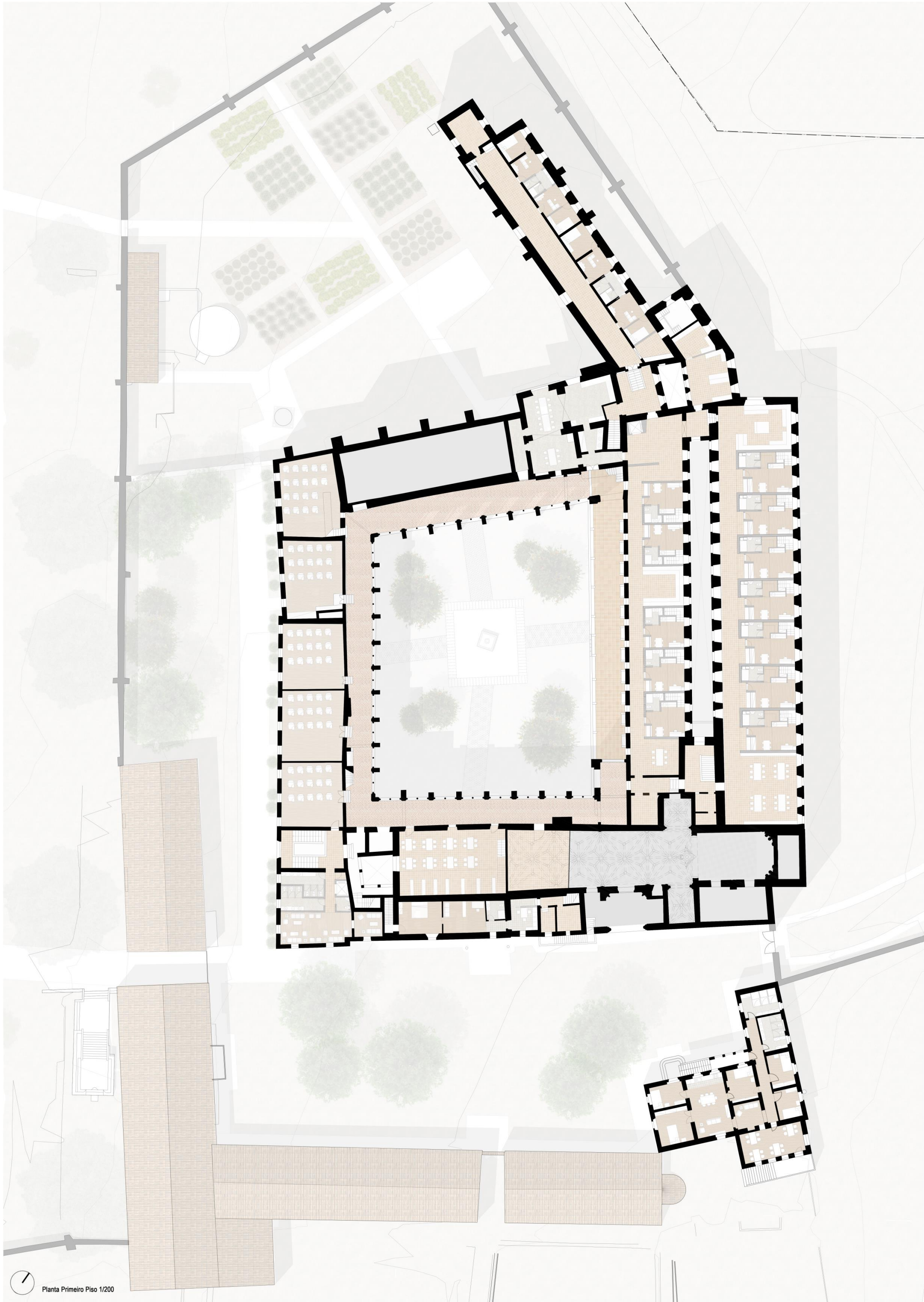
Planta de localização 1/500





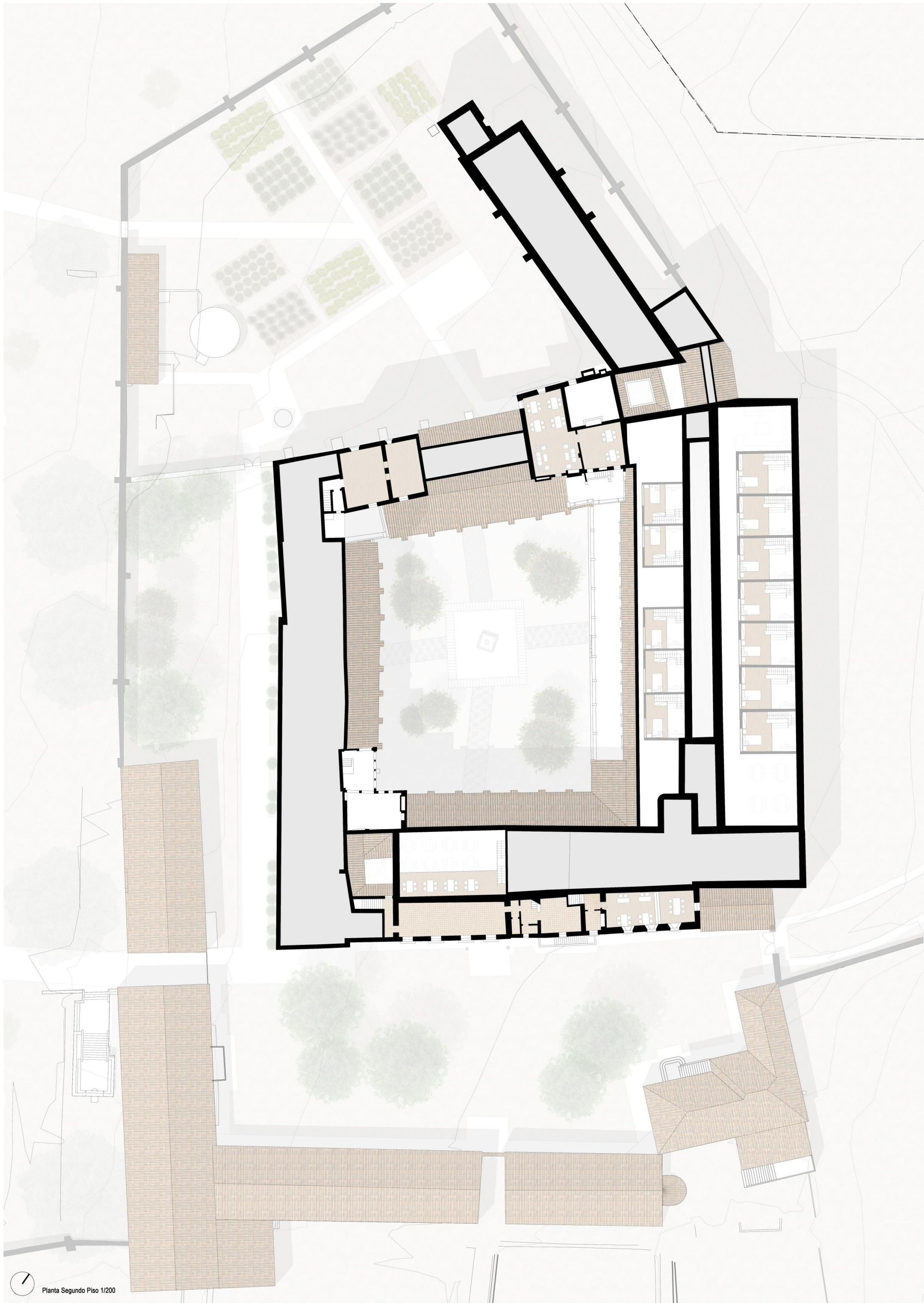
Planta Piso Térreo 1/200





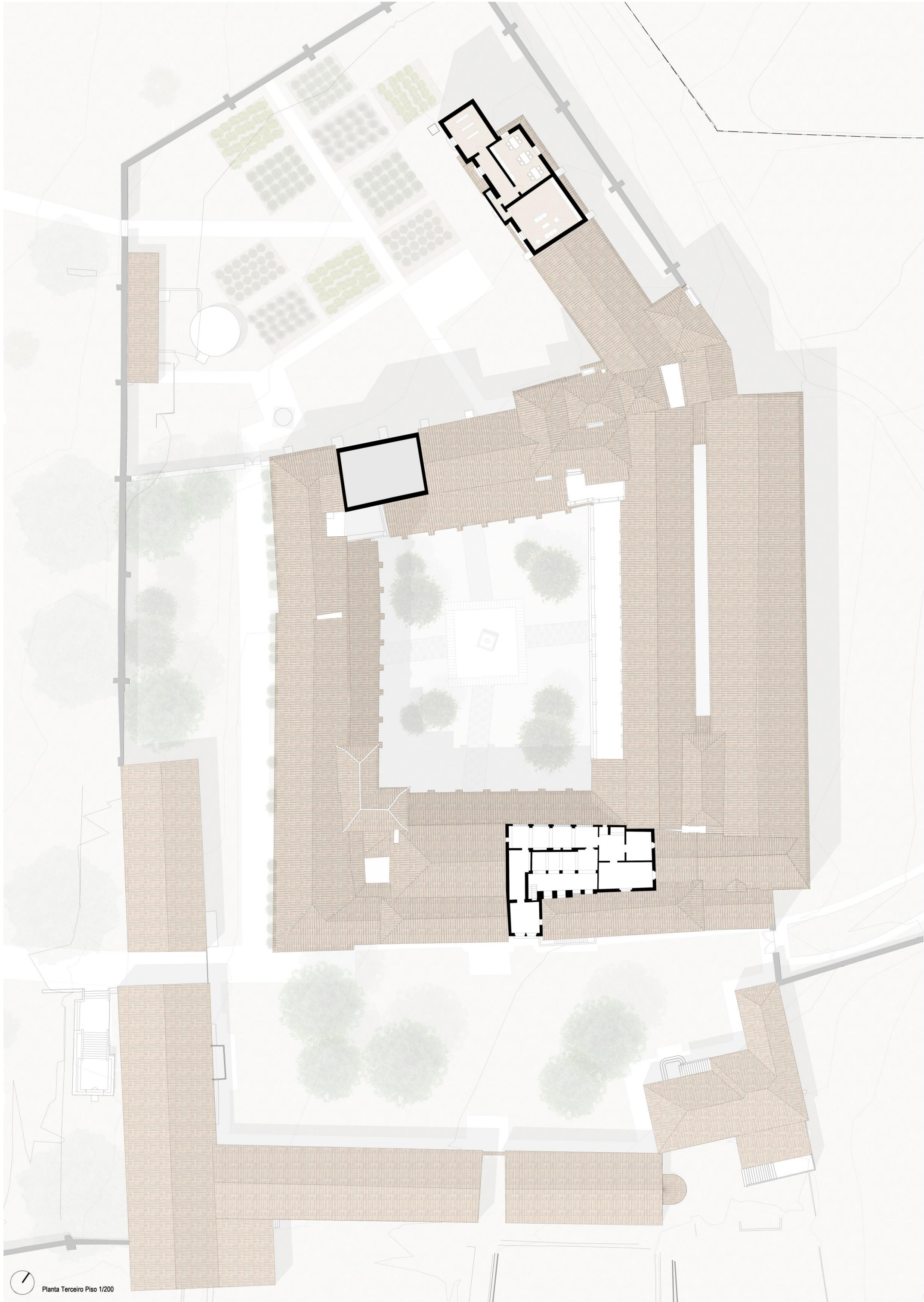
Planta Primeiro Piso 1/200





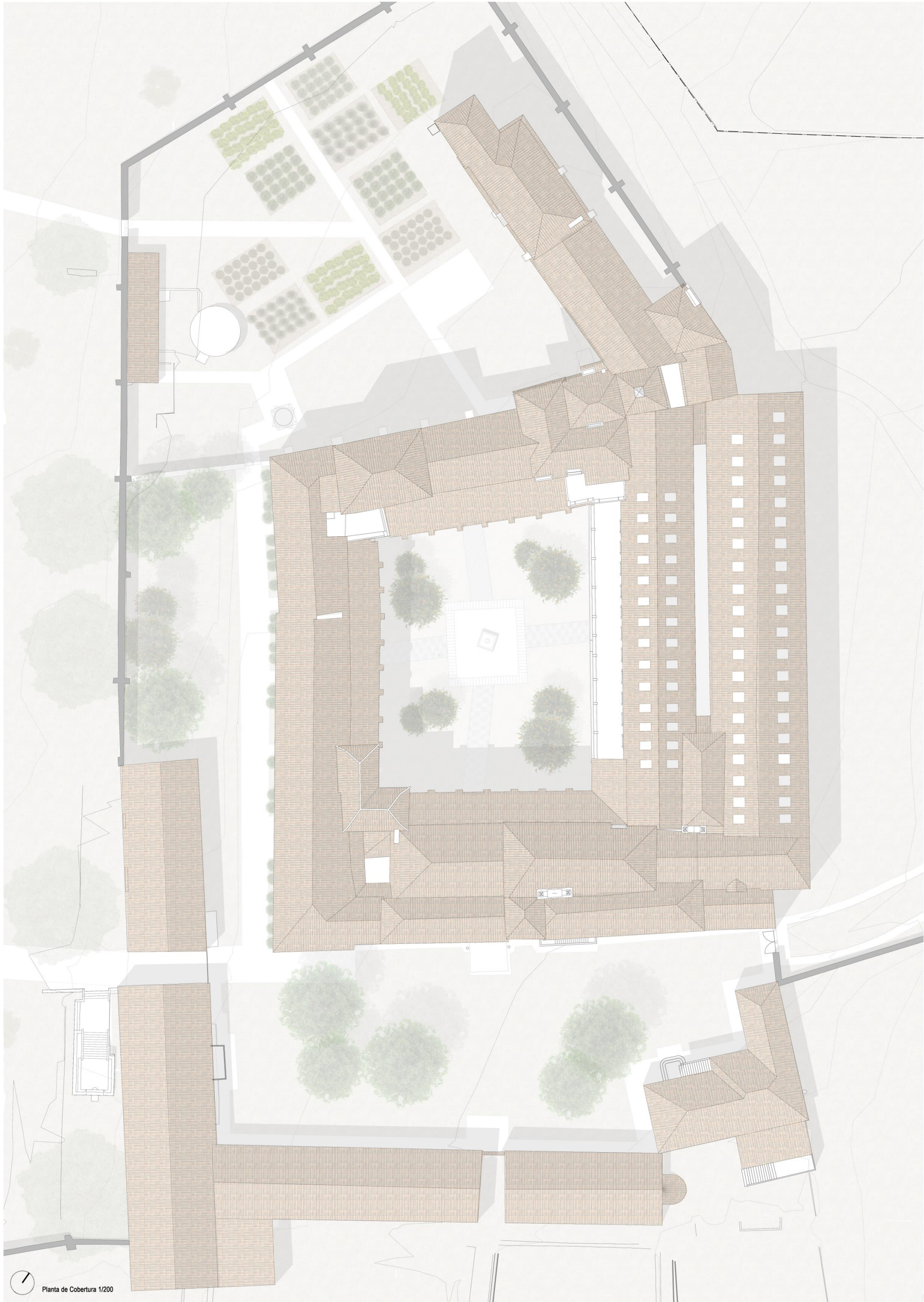
Planta Segundo Piso 1/200





Planta Terceiro Piso 1/200

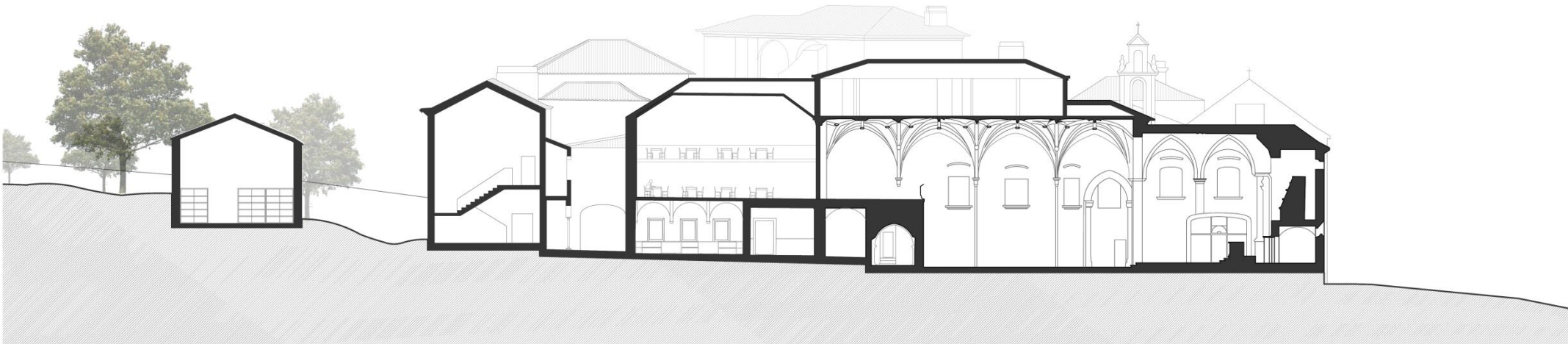




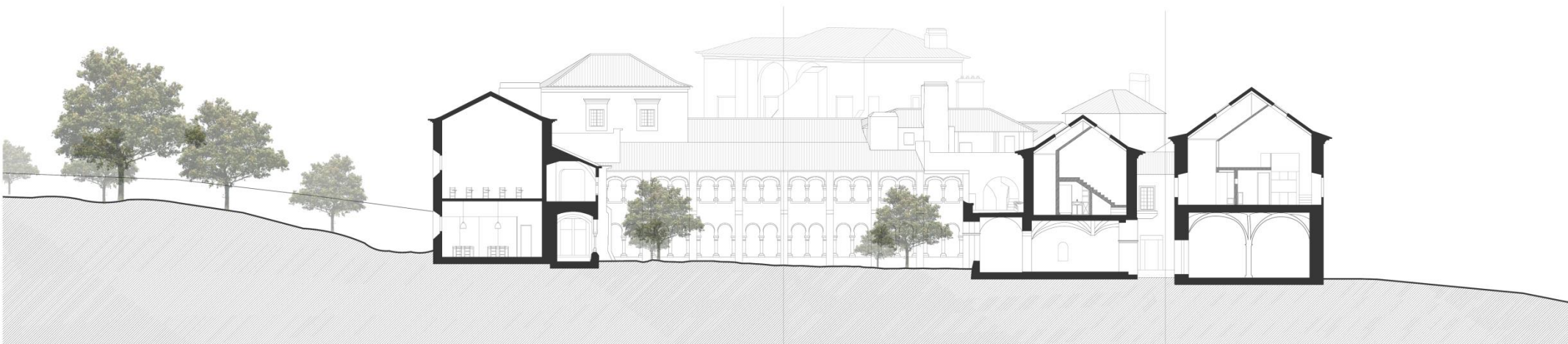




Alçado Sul 1/200



Corte Sul 1/200



Corte Sul 1/200



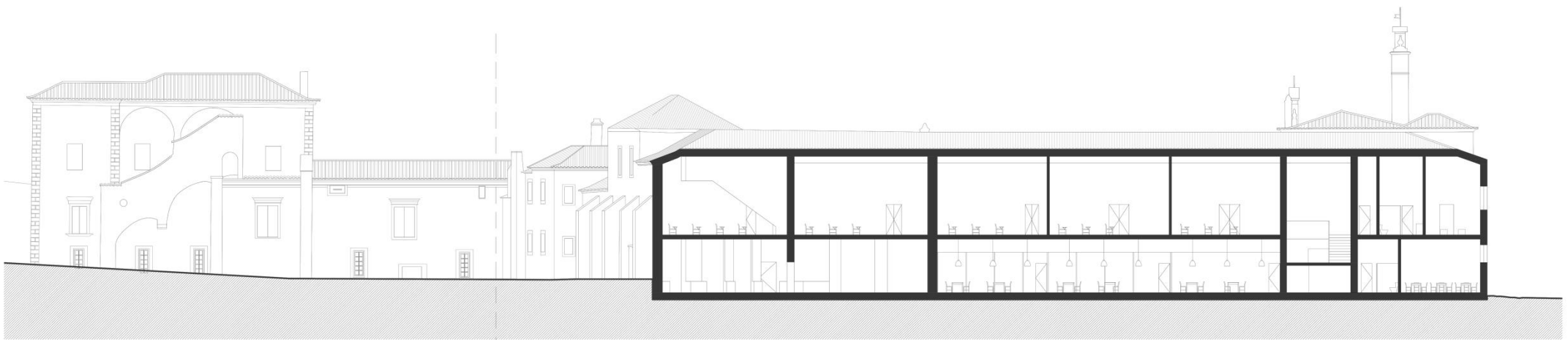
Corte Sul 1/200



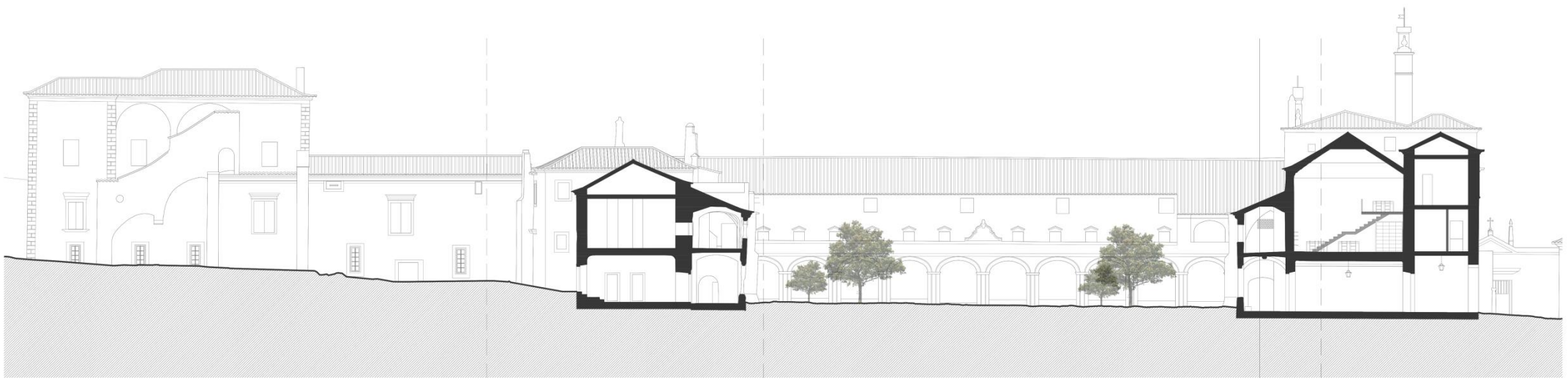




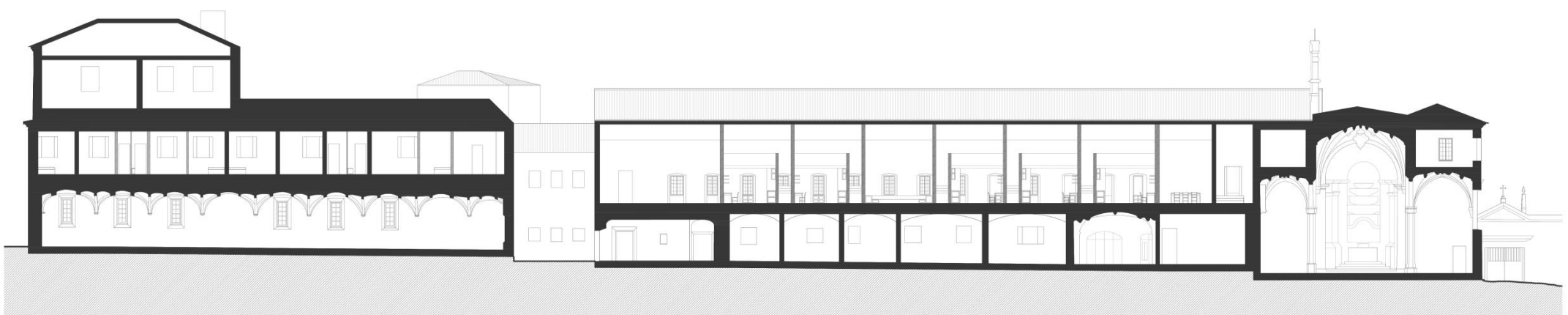
Alçado Poente 1/200



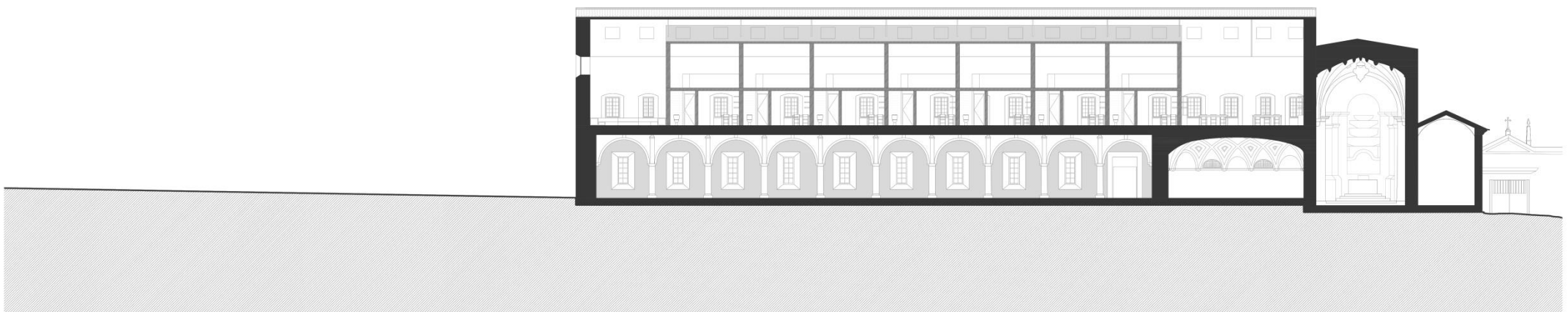
Corte Poente 1/200



Corte Poente 1/200



Corte Poente 1/200

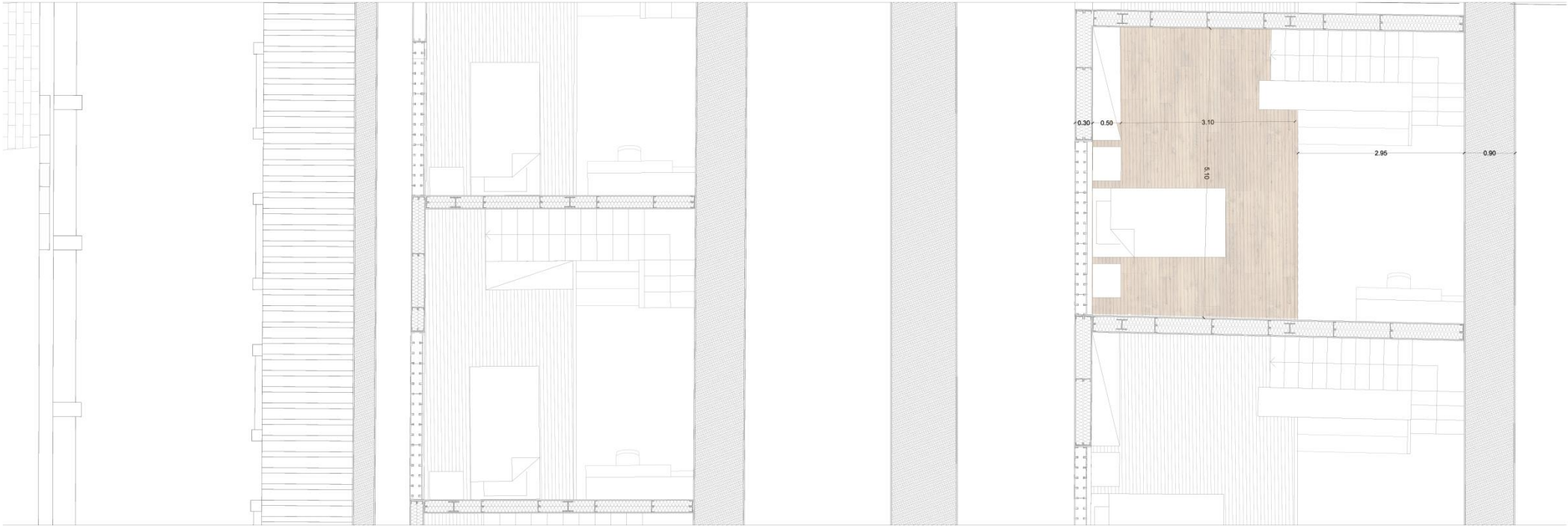


Corte Poente 1/200

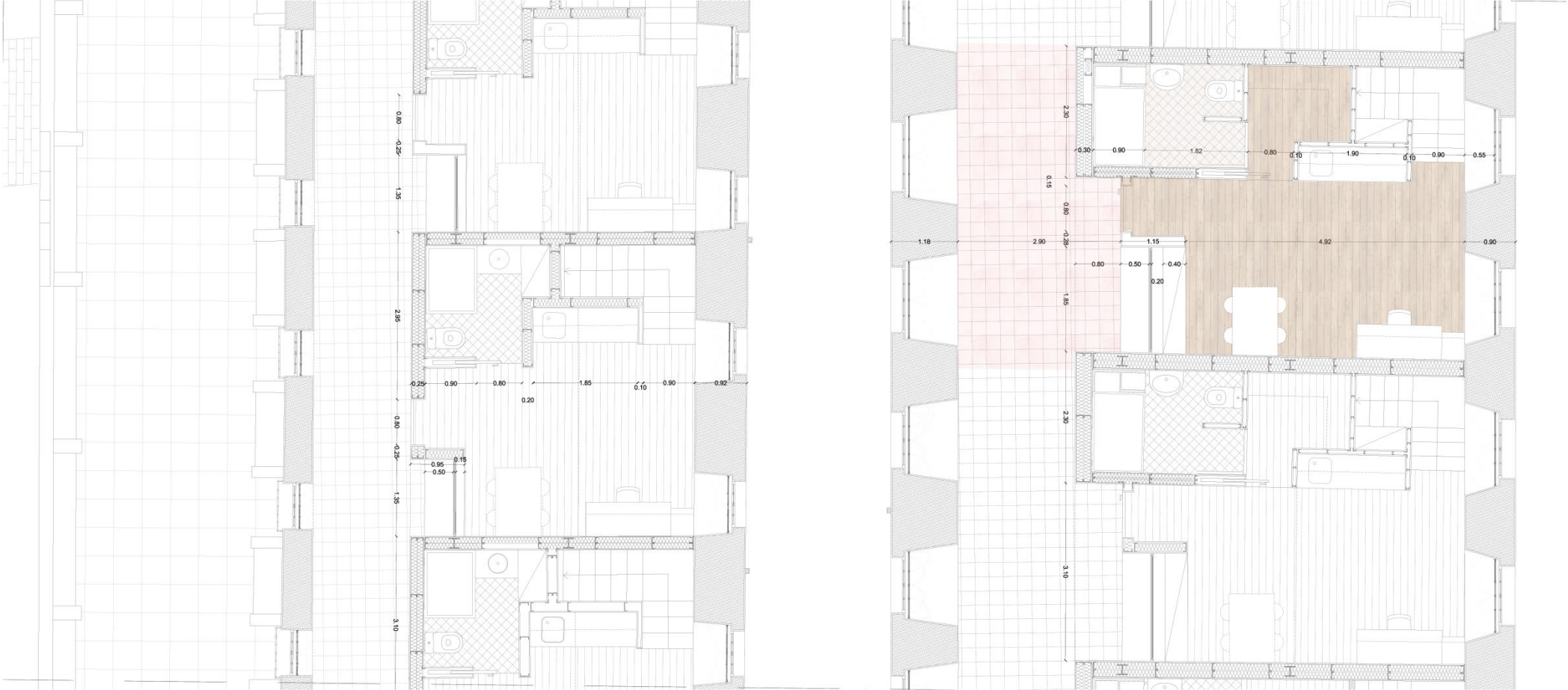




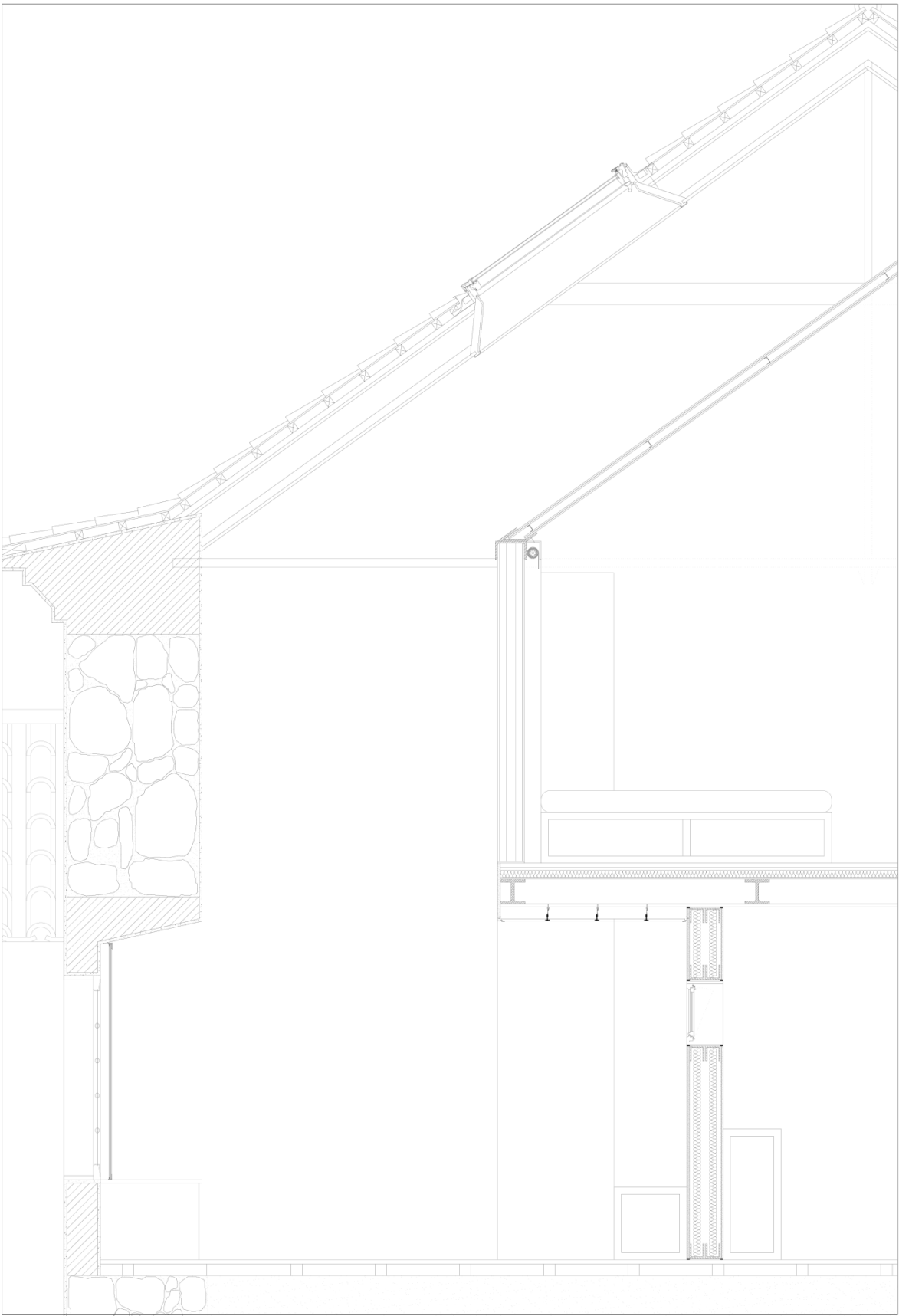
Corte Parcial 1/50



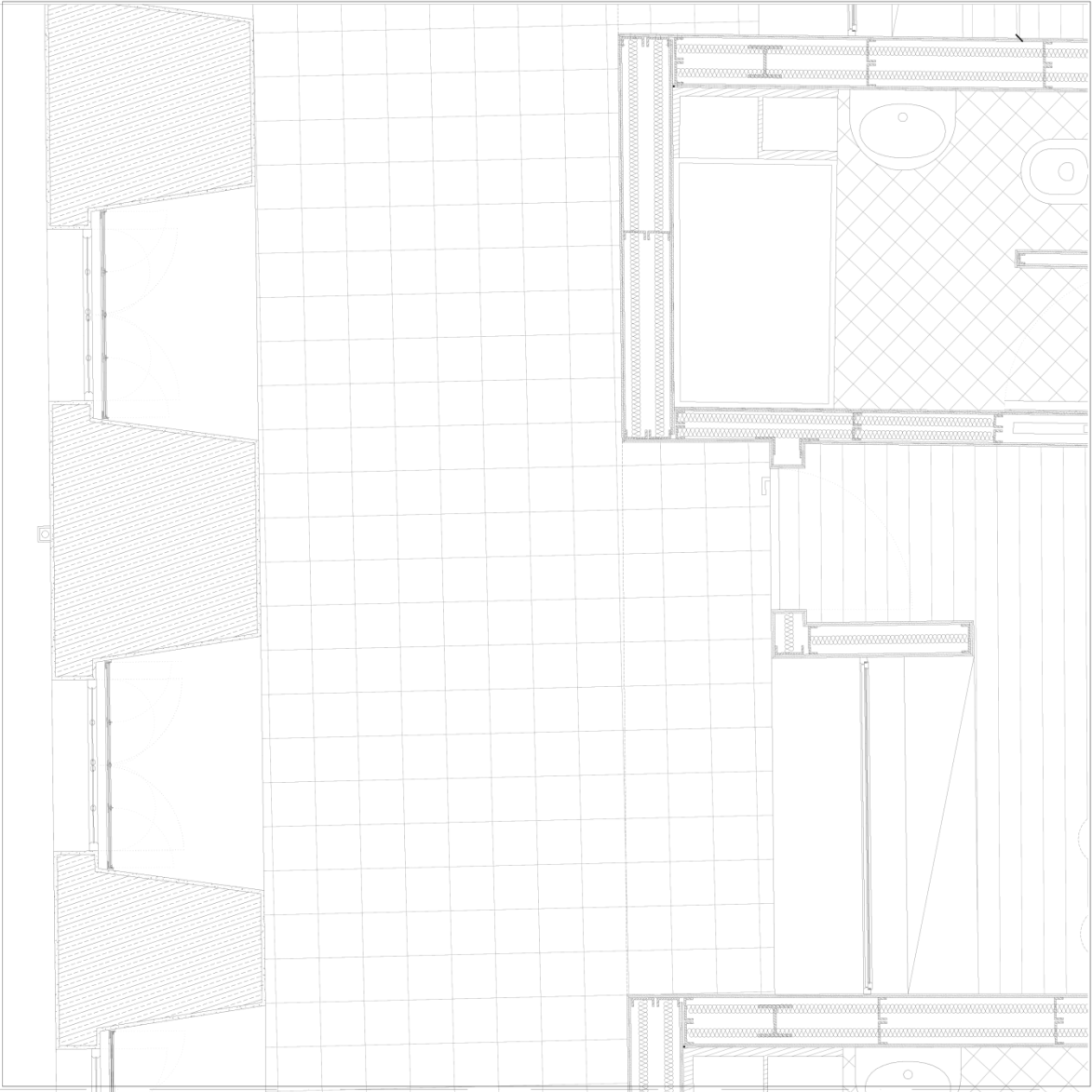
Planta Parcial Piso 2 1/50



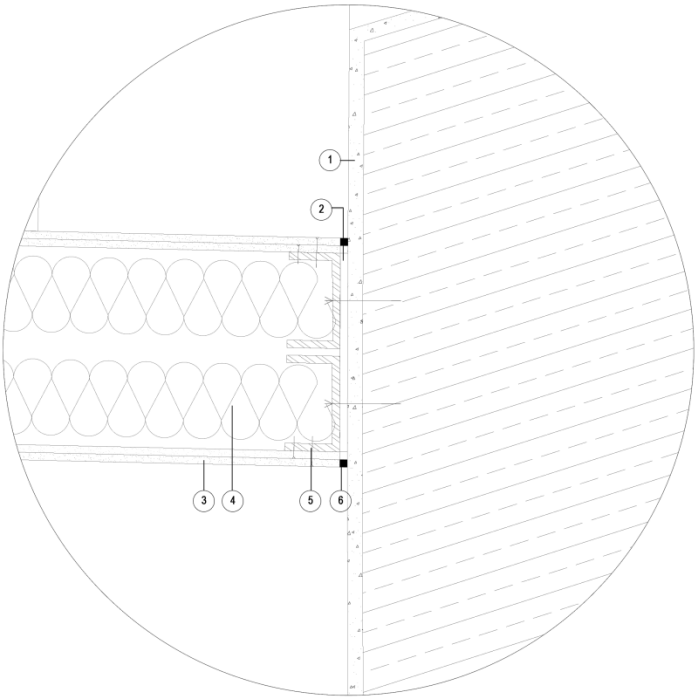
Planta Parcial Piso 1 1/50



Corte Parcial 1/20

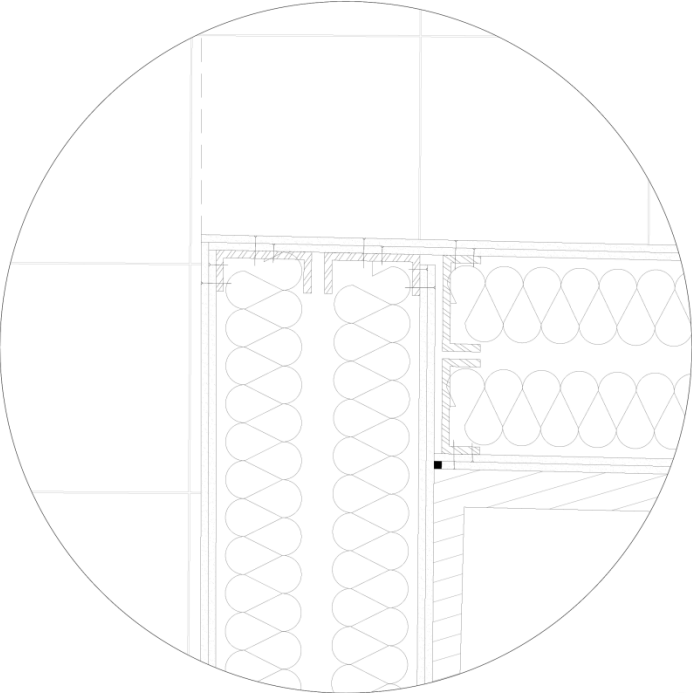


Planta Parcial 1/20

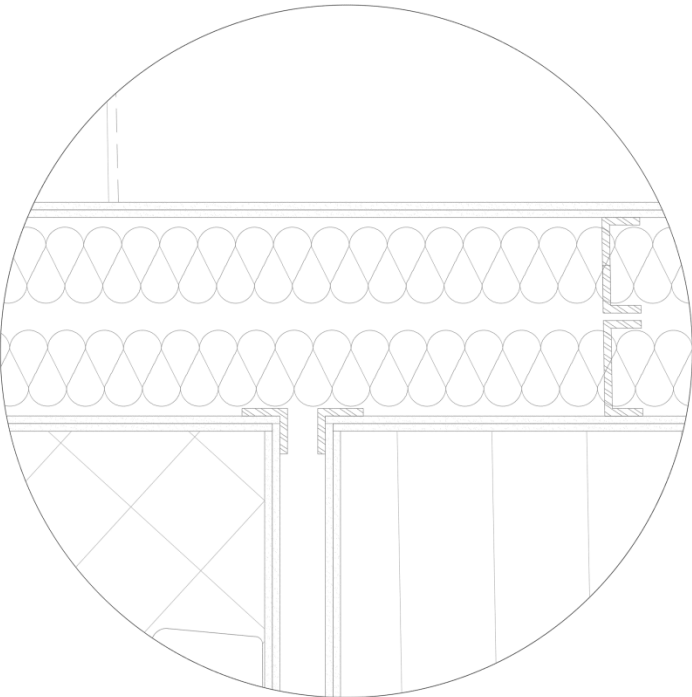


Pormenor encontro com construção existente 1/5

- 1 - Reboco
- 2 - Fita de separação
- 3 - Placa dupla de gesso cartonado
- 4 - Isolamento térmico
- 5 - Perfil metálico em C
- 6 - Selagem

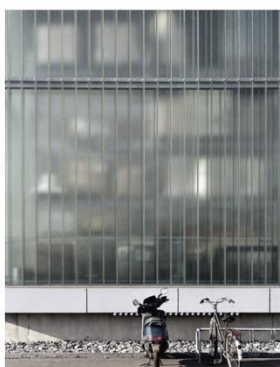


Pormenor encontro em L 1/5



Pormenor encontro em T 1/5

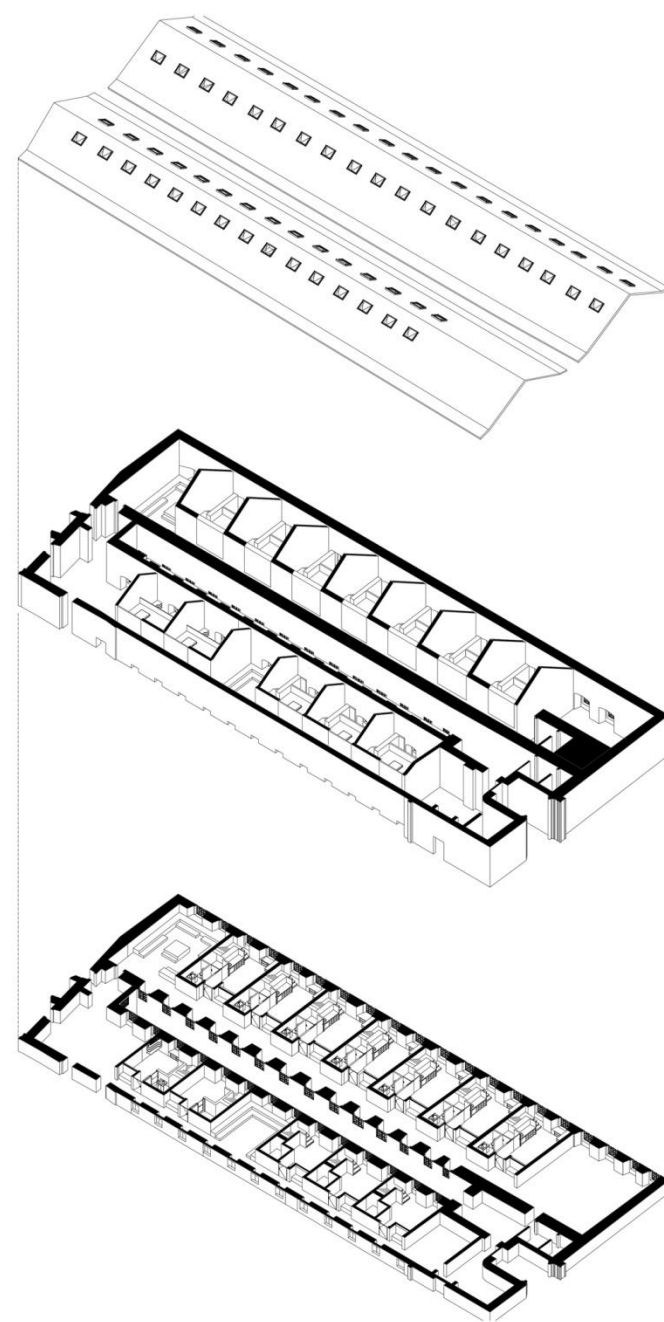
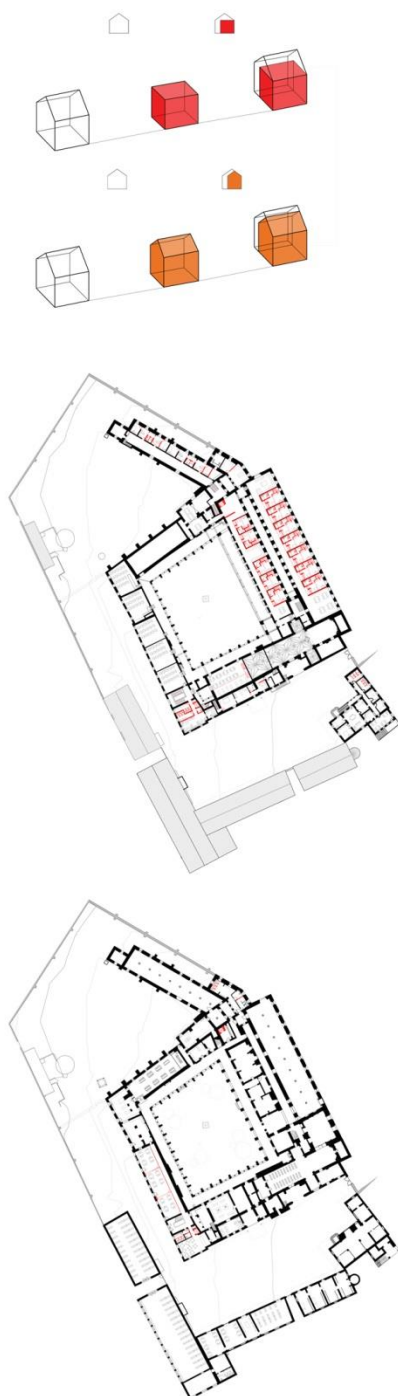




Referências



Corte Perspético ala dos quartos

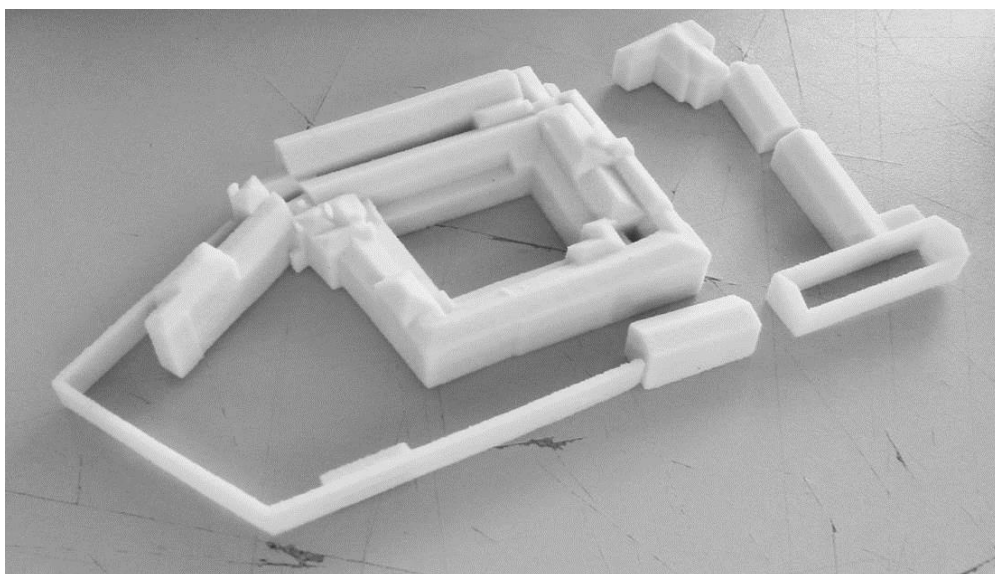


Axonometria ala dos quartos



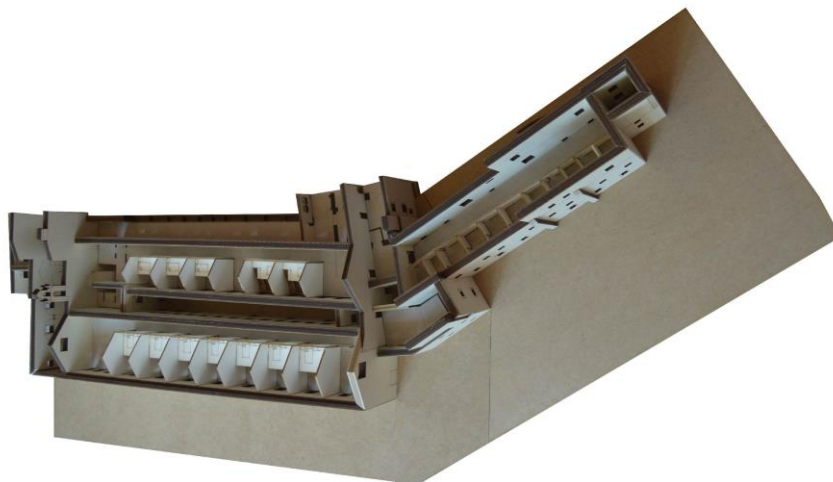
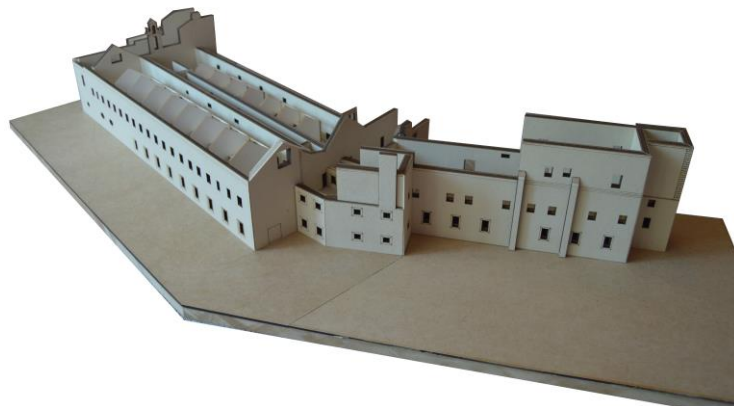


Maquete da área de proteção envolvente | Esc. 1/1000

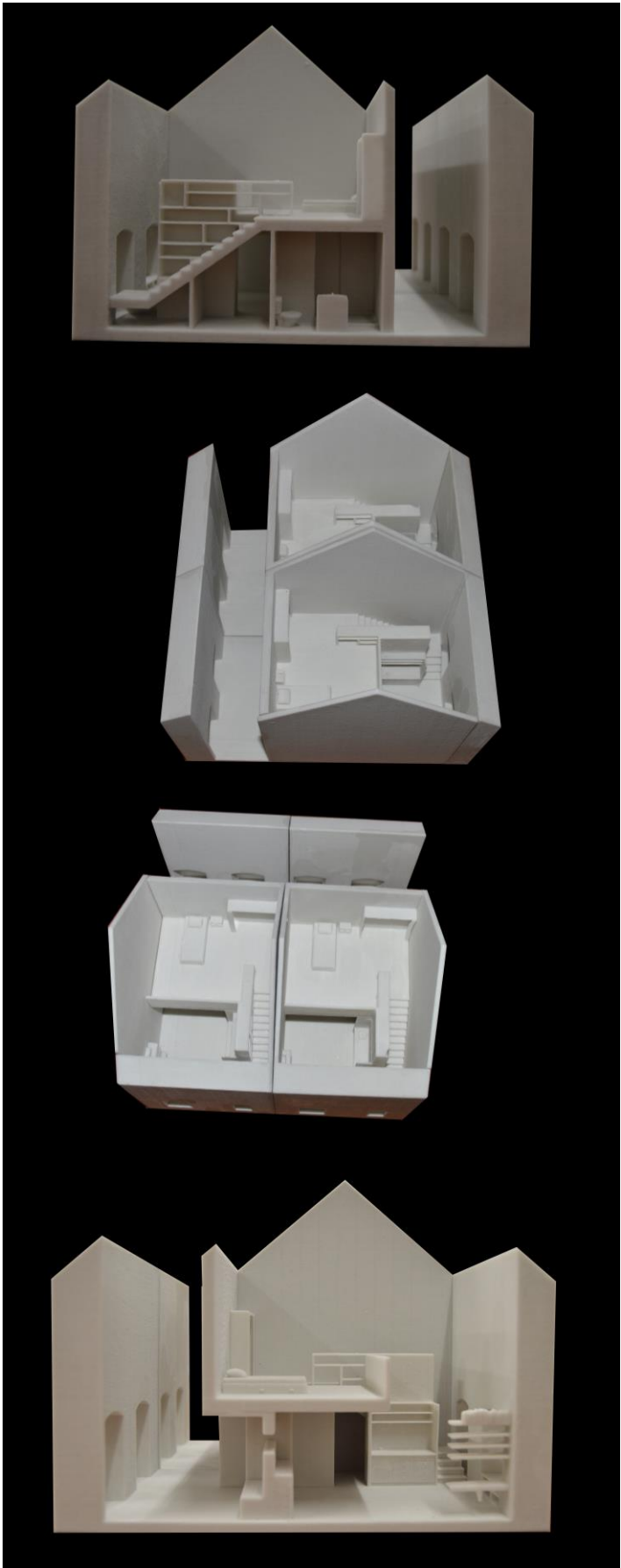




Maquete parcial do convento, alas dos dormitórios | Esc. 1/100



Maquete parcial de módulos de quarto | Esc. 1/50



## **Anexo 2 – Levantamento Fotográfico (disponível apenas em formato digital)**









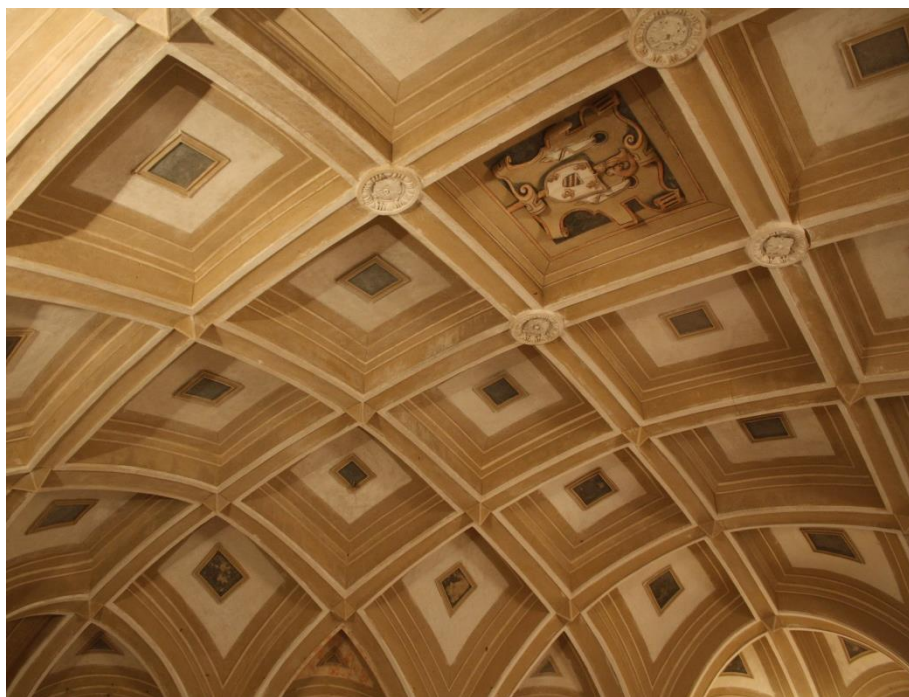
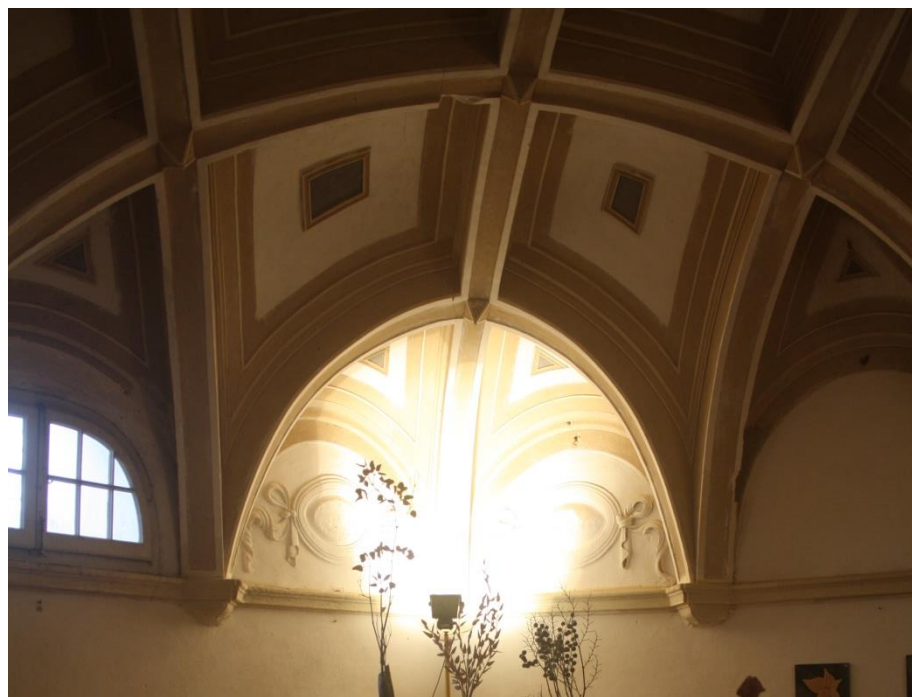
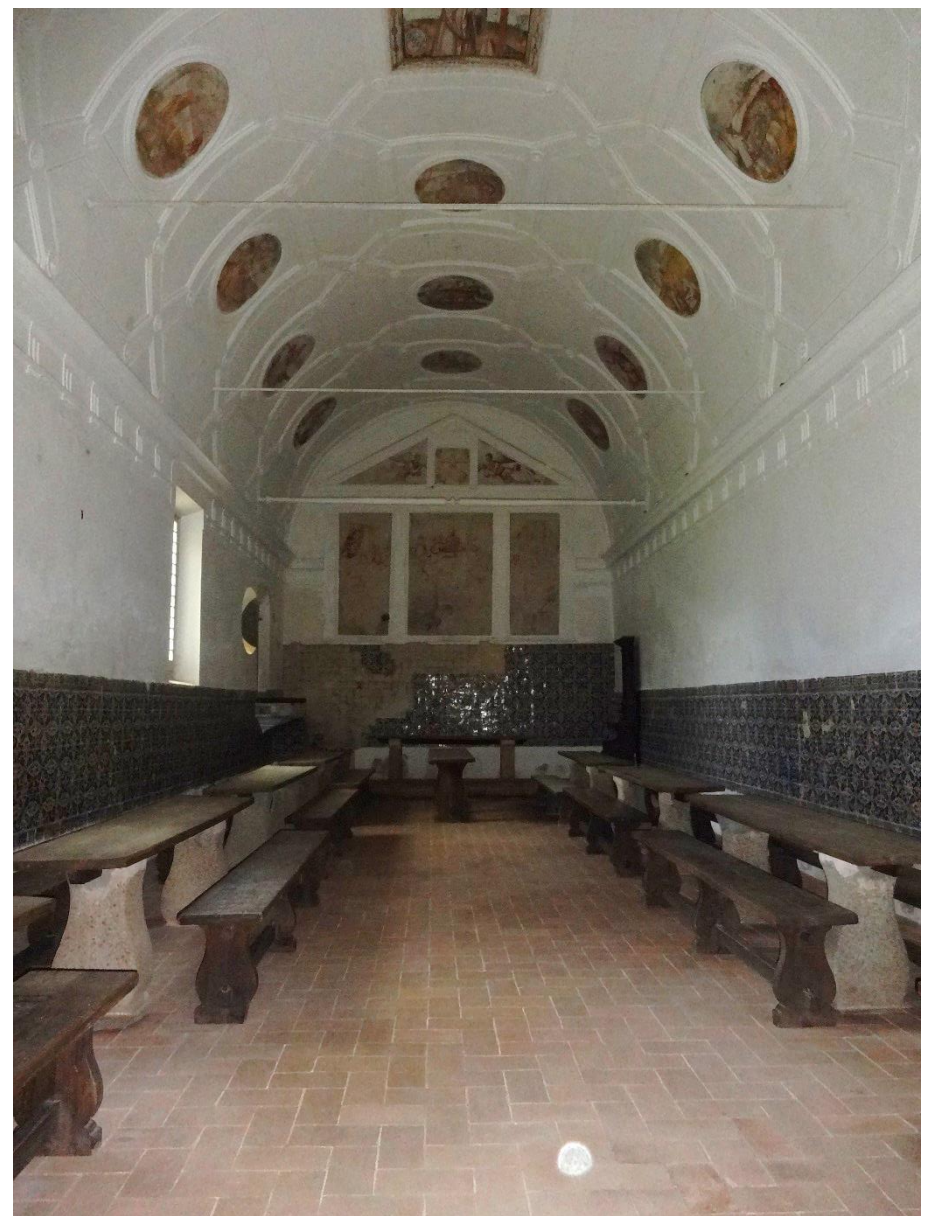




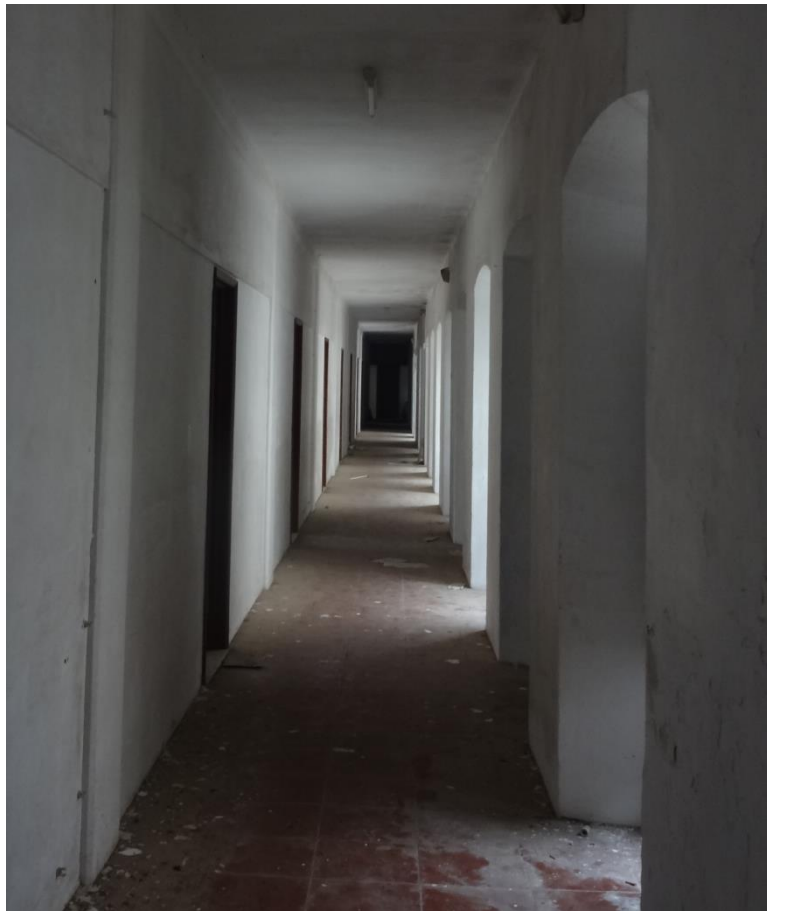












**Anexo 3 – Análise escala macro e convento (disponível apenas em formato digital)**



01 CONVENTOS CISTERCIENSES EM PORTUGAL

- Femininos

Masculinos
- 1 – São Cristóvão de Lafões 1138

2 – São João de Tarouca 1140/43

3 – São Tiago do Sever 1143/44

4 – Santa Maria de Alcobaça 1153

5 – Santa Maria das Salzedas 1156

6 – São Pedro das Águias 1170

7 – Santa Maria de Aguiar 1170/76

8 – Santa Maria de Tomarães 1172

9 – Santa Maria de Fiães 1173/79

10 – Santa Maria do Bouro 1174

11 – Santa Maria de Maceira do Dão 1188

12 – Santa Maria de Seixa 1195

13 – São Mamede do Lorzão 1206

14 – Santa Maria das Júnias a.1209

15 – Santa Maria de Celas 1214

16 – Santa Maria da Estrela 1220

17 – São Paulo de Frades 1221

18 – Santa Maria de Ermelo séc. XIII

19 – São Pedro e São Paulo de Arouca 1223

20 – Santa Maria de Cós 1241

21 – São Bento de Cástris 1275

22 – Santa Maria de Almoester 1287

23 – São Dinis de Odivelas 1295

24 – São Bento de Xabregas 1492

25 – São João de Vale Madeiro 1530

26 – São Bernardo de Portalegre 1530

27 – São Bernardo de Tavira 1530

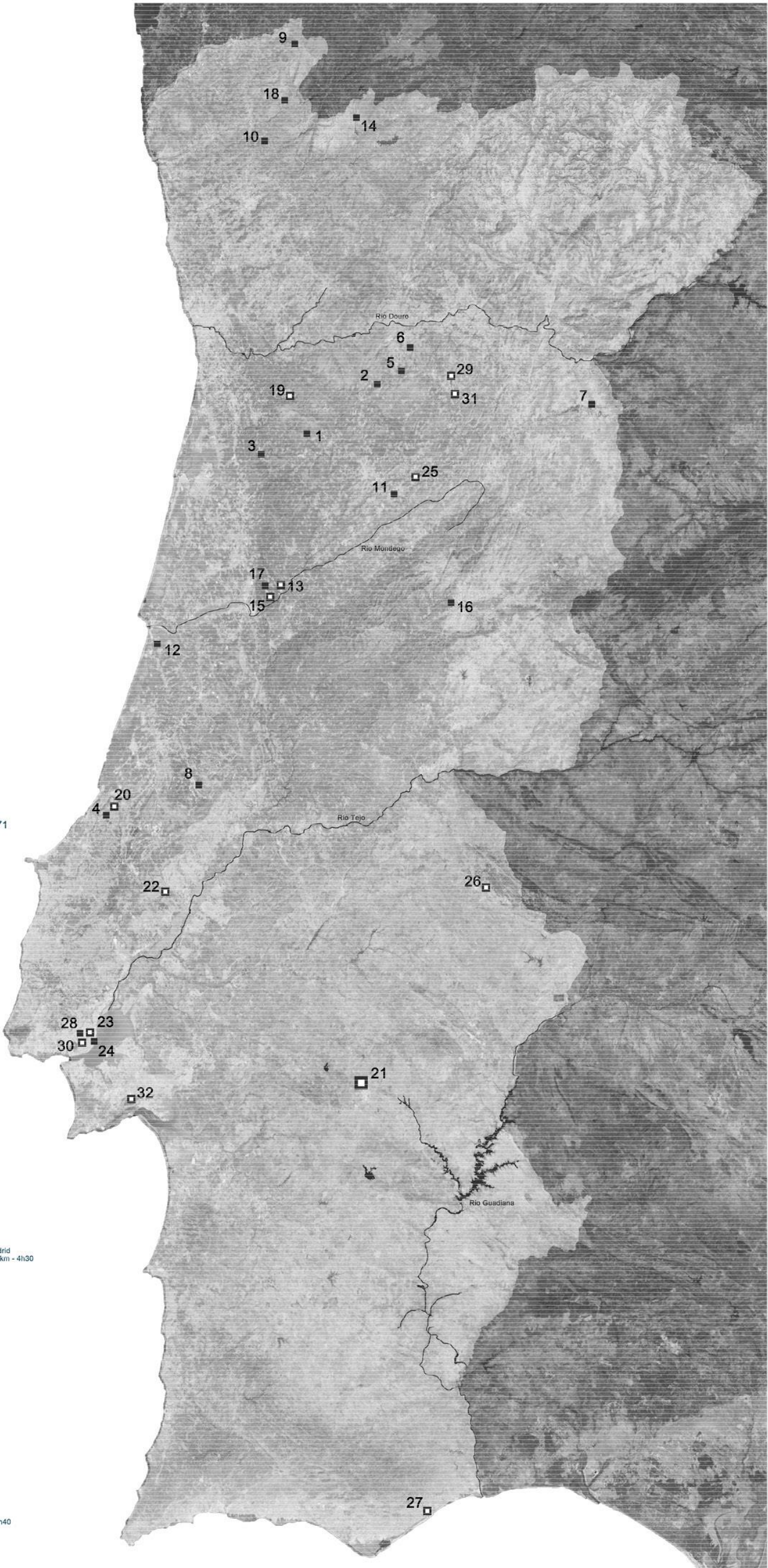
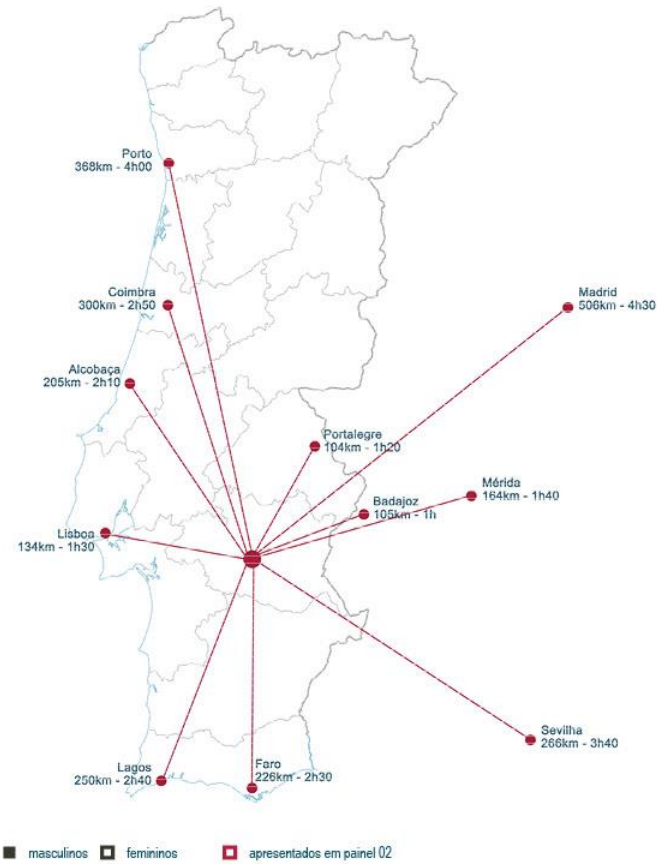
28 – Nossa Senhora do Desterro 1591

29 – Nossa Senhora da Purificação de Moimenta da Beira 1595

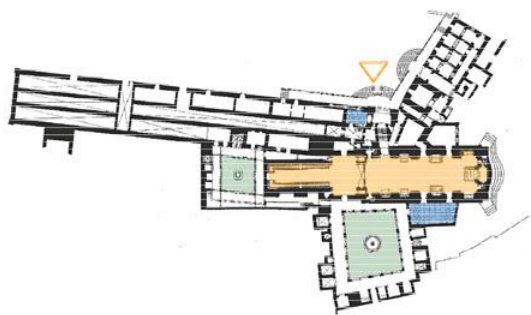
30 – Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo 1653

31 – Nossa Senhora da Assunção de Tabosa 1692

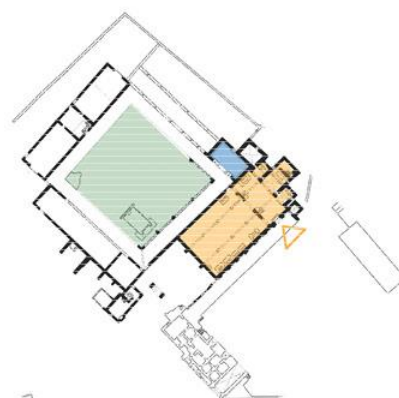
32 – Real Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré da Vila de Setúbal 1771



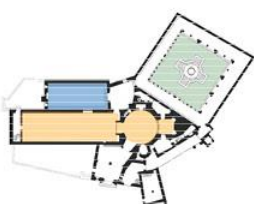




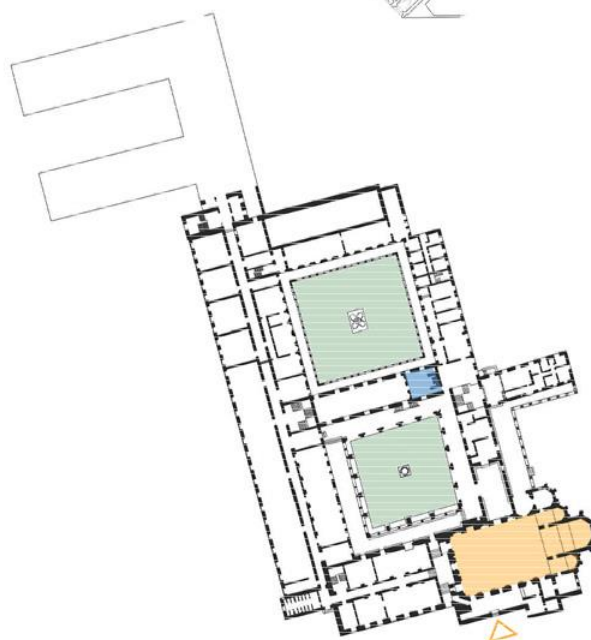
Convento de São Mamede de Lorvão  
1206



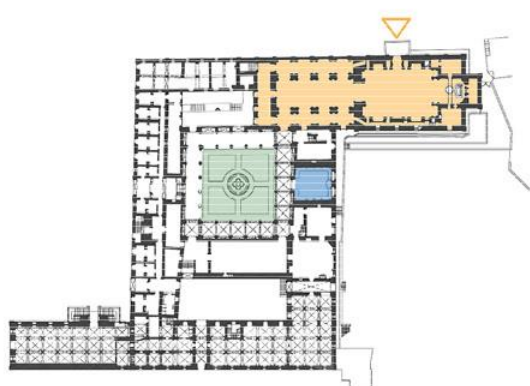
Convento de Santa Maria de Almoester  
1287



Mosteiro de Santa Maria de Celas  
1214



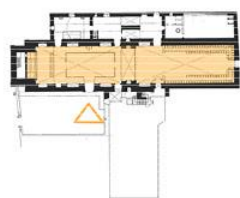
Convento de São Dinis de Odivelas  
1295



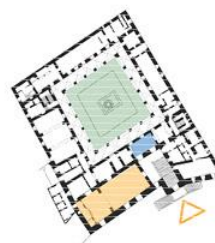
Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca  
1223



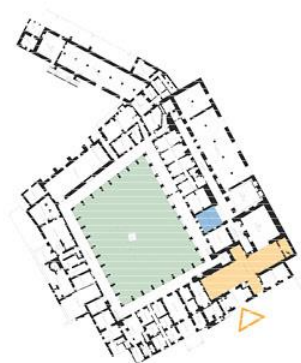
Convento de São Bernardo de Portalegre  
1295



Mosteiro de Santa Maria de Cós  
1241



Convento da Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo  
1653



Convento de São Bento de Cástris  
1245



Convento de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa  
1692

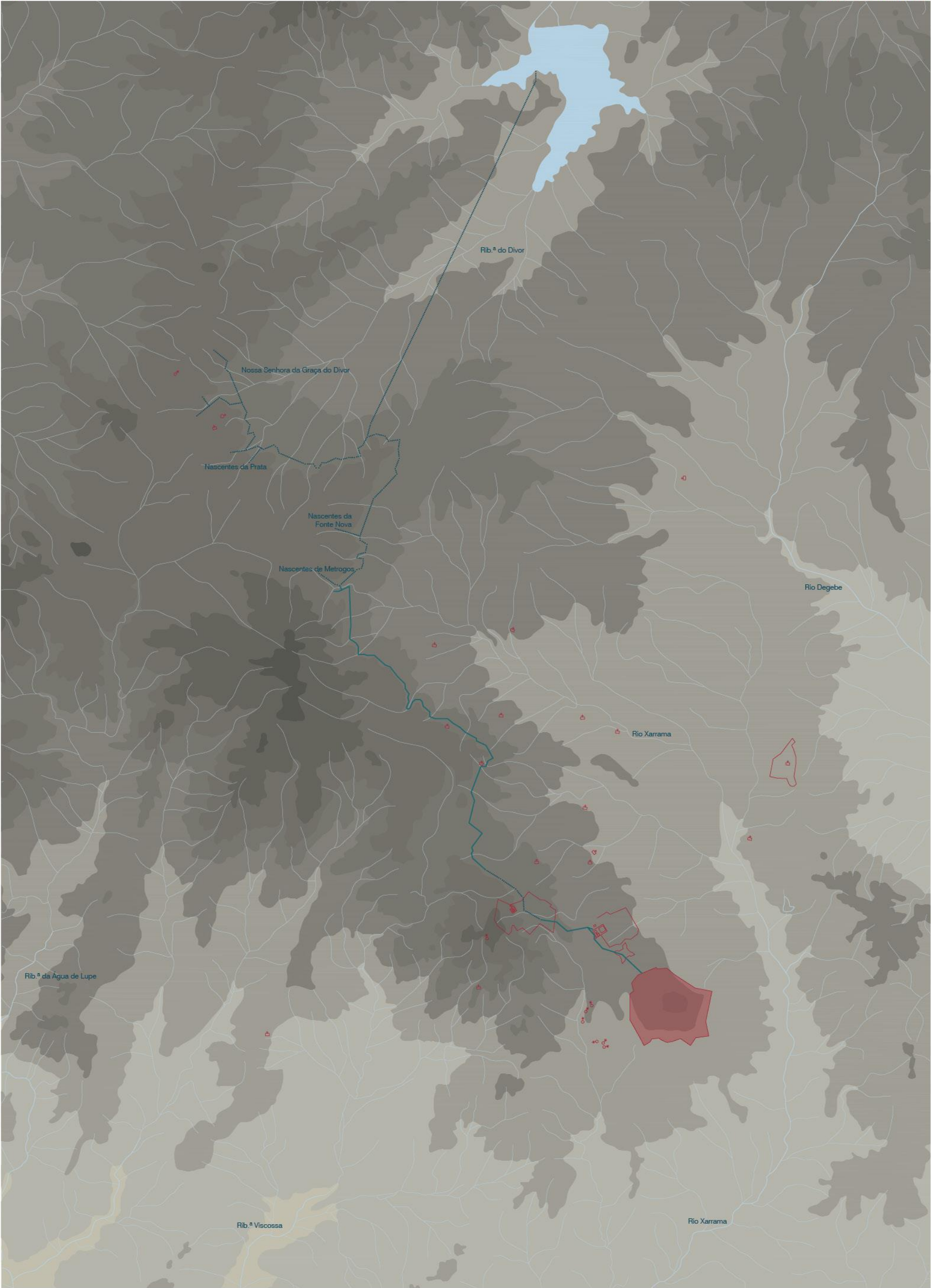
igreja sala do capítulo claustro entradas



gabro e diorito tonalitos / quartzodiorito e granodiorito granitos de grão médio, biotíticos granitos porfiróides, de grão médio a grosseiro gnaisses granotóides e migmatitos formação de escoural micaxistos formação de xistos de Moura aluviões

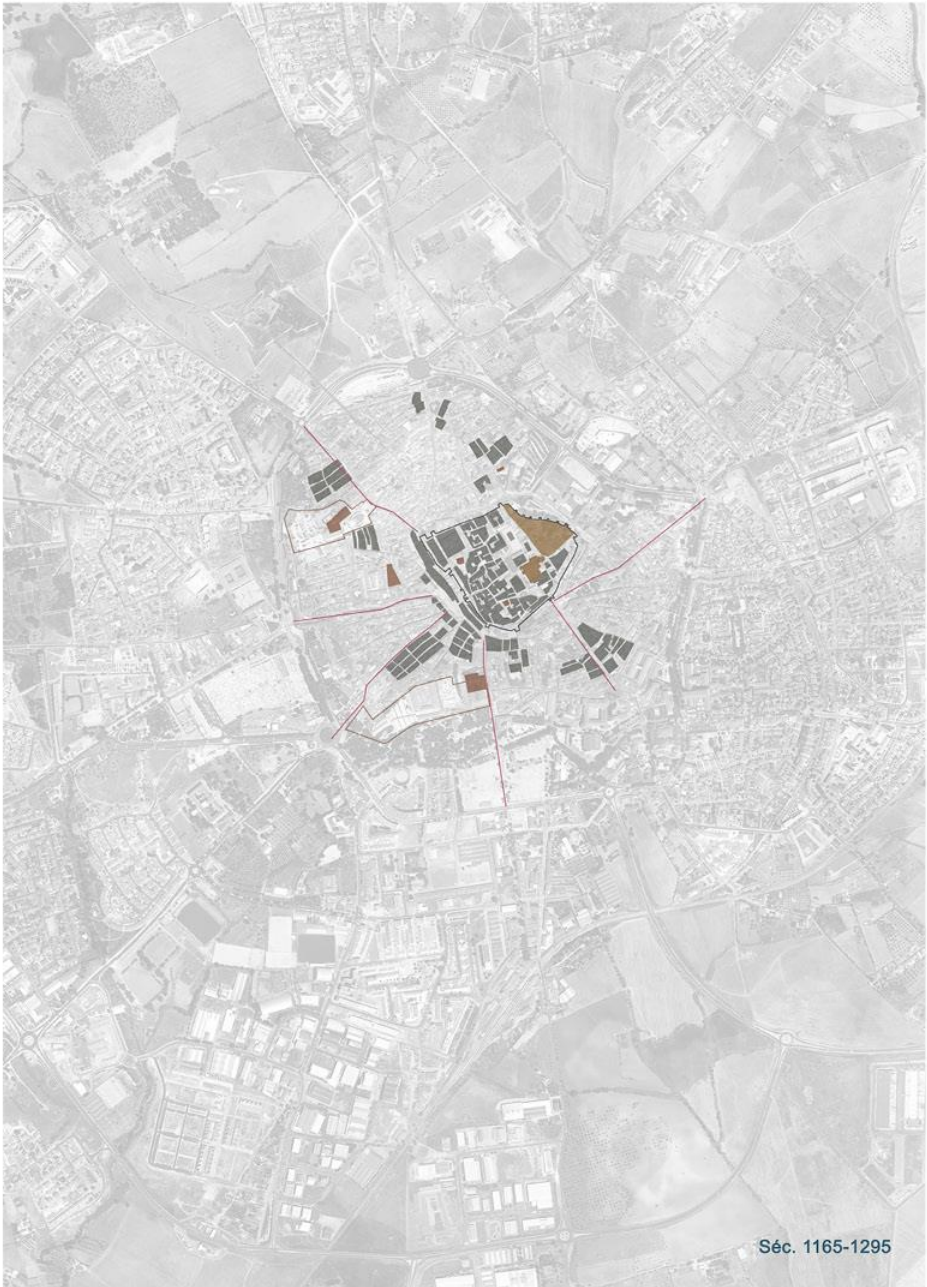
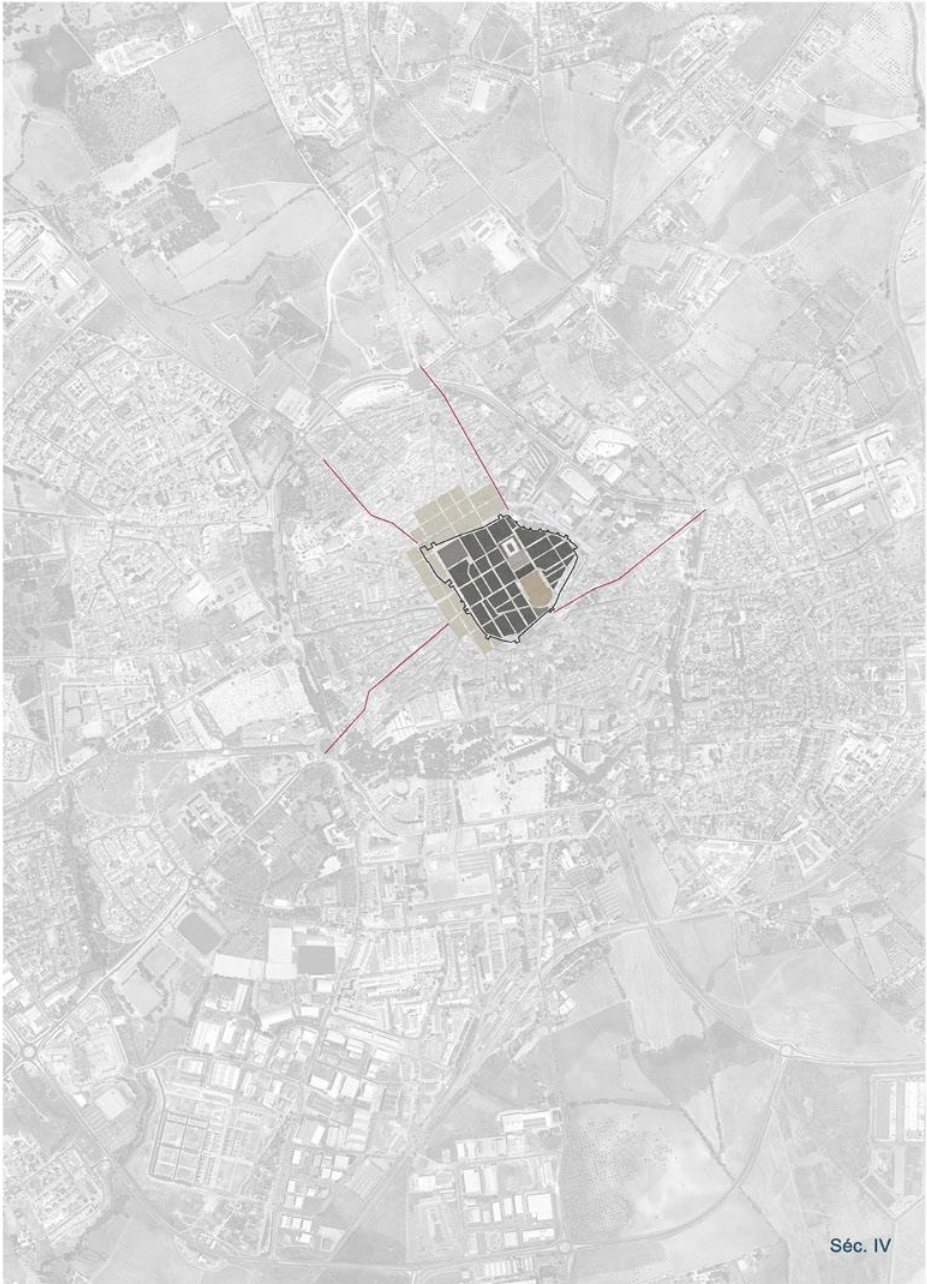
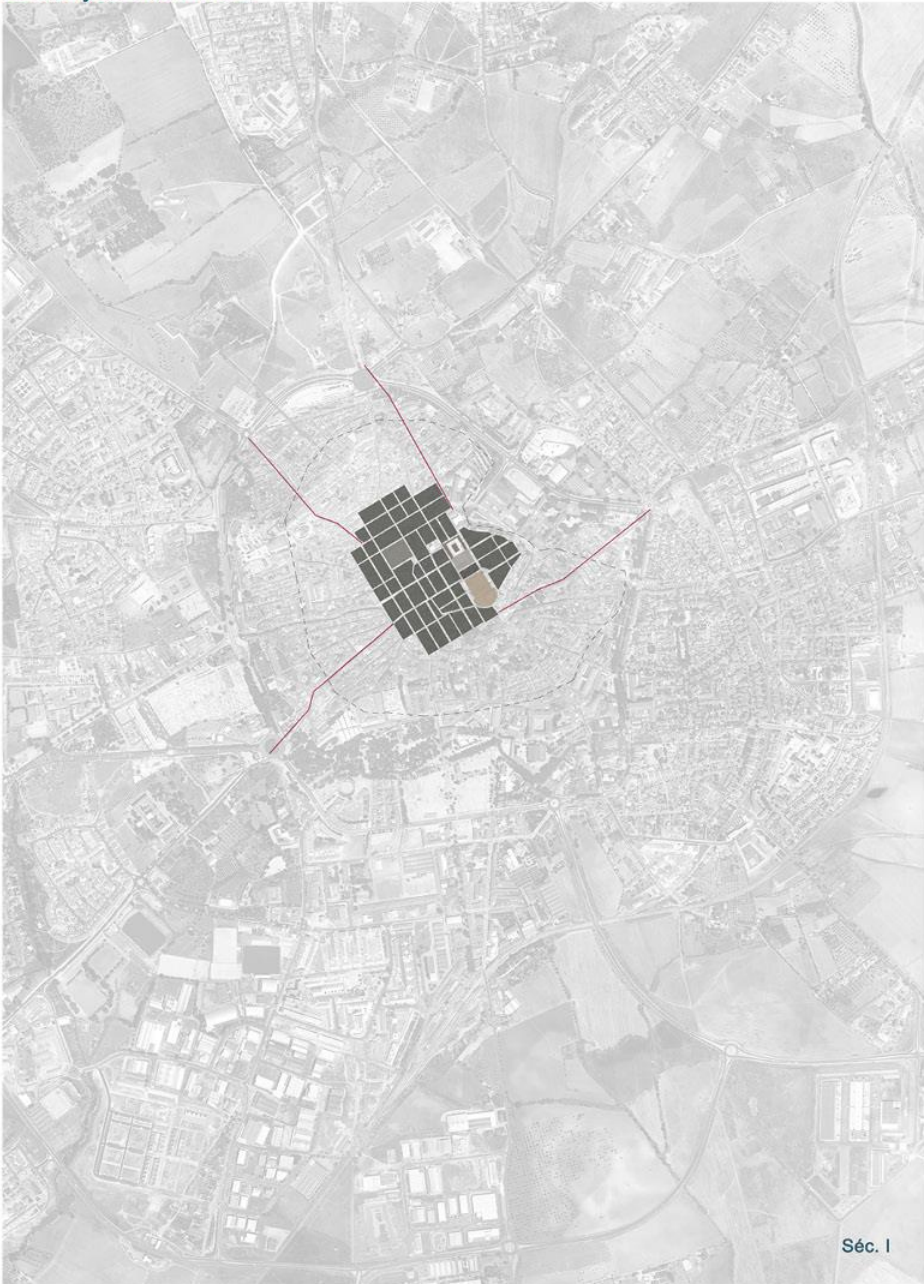
Évora cerca e Convento de São Bento de Cástris





Évora — cerca e Convento de São Bento de Cástris — capela — moinho — igreja — aqueduto superfície — aqueduto subsolo 200 400 Equidistância de curvas de nível igual a 25 metros

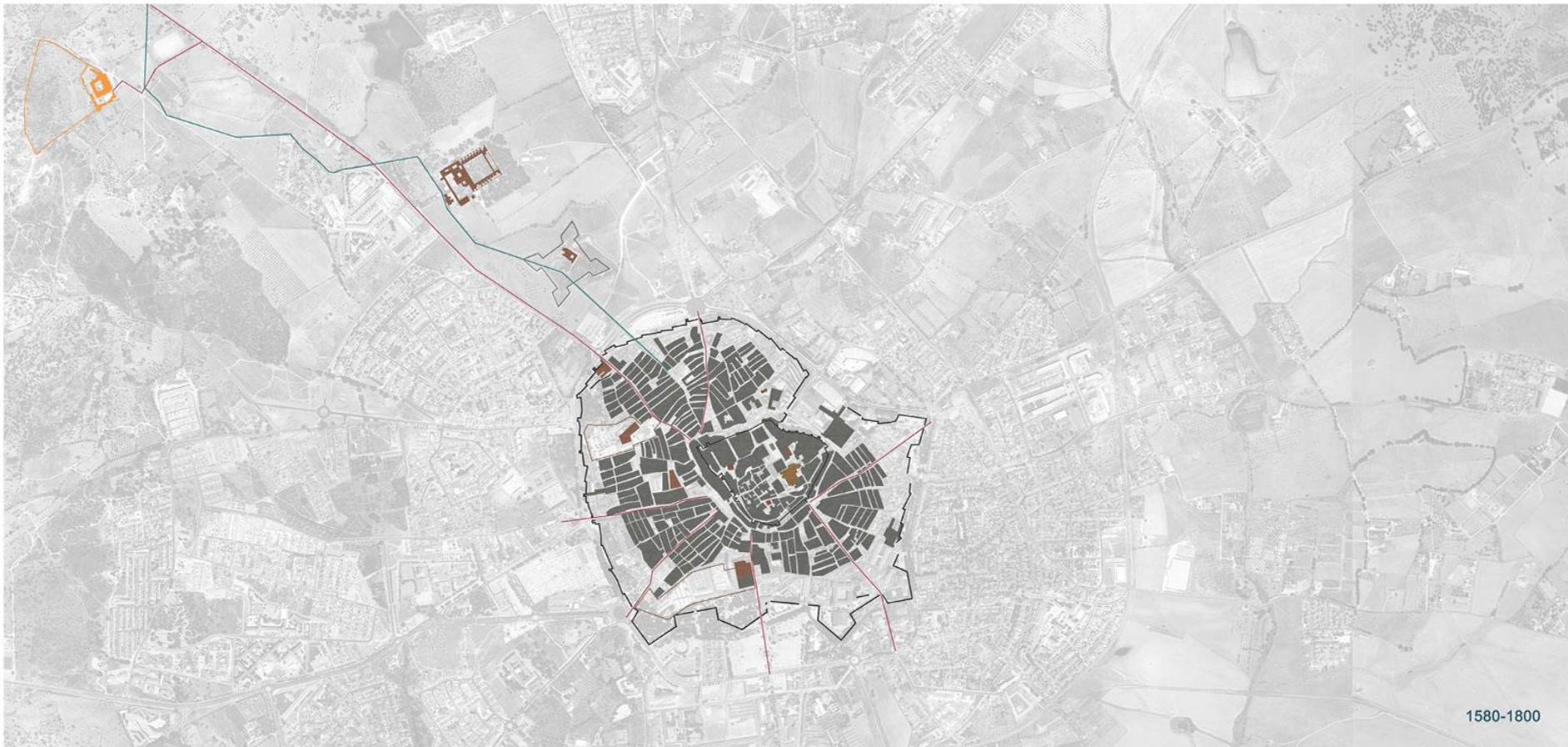




principais zonas habitacionais    basilica    termas    templo romano    praça do forum    teatro    - - limite da área urbana    - - - - - vias principais    zonas destruídas    alcáçova    zonas de incerteza urbana    mesquita    castelo medieval    sé catedral    conventos    igrejas    muralha romana e muralha medieval    cercas dos conventos



1:10 000



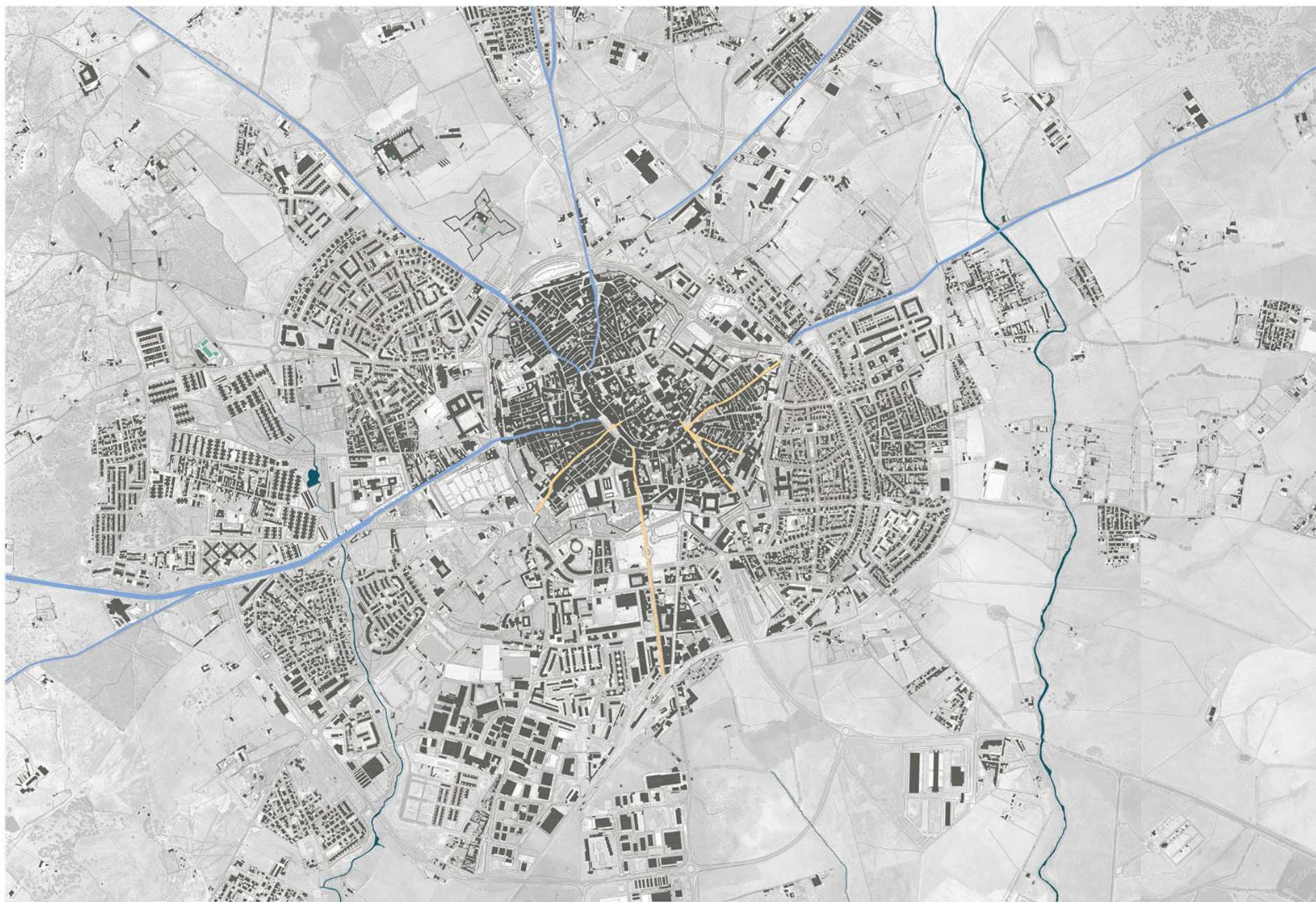
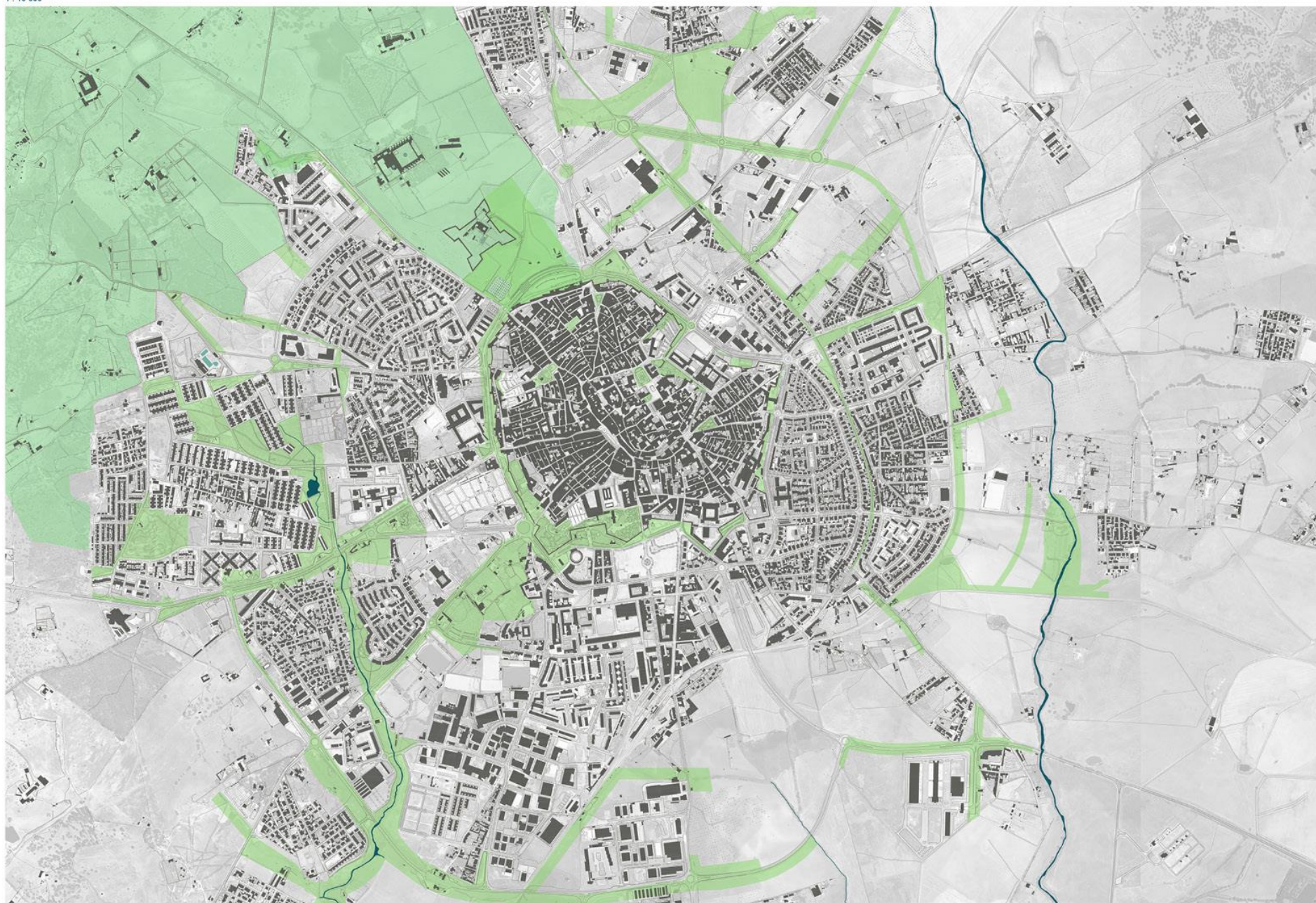
principais zonas habitacionais templo romano castelo medieval sé catedral conventos igrejas vias principais muralha romana e muralha medieval cercas dos conventos aqueduto convento de São Bento de Cástris cerca do convento de São Bento de Cástris





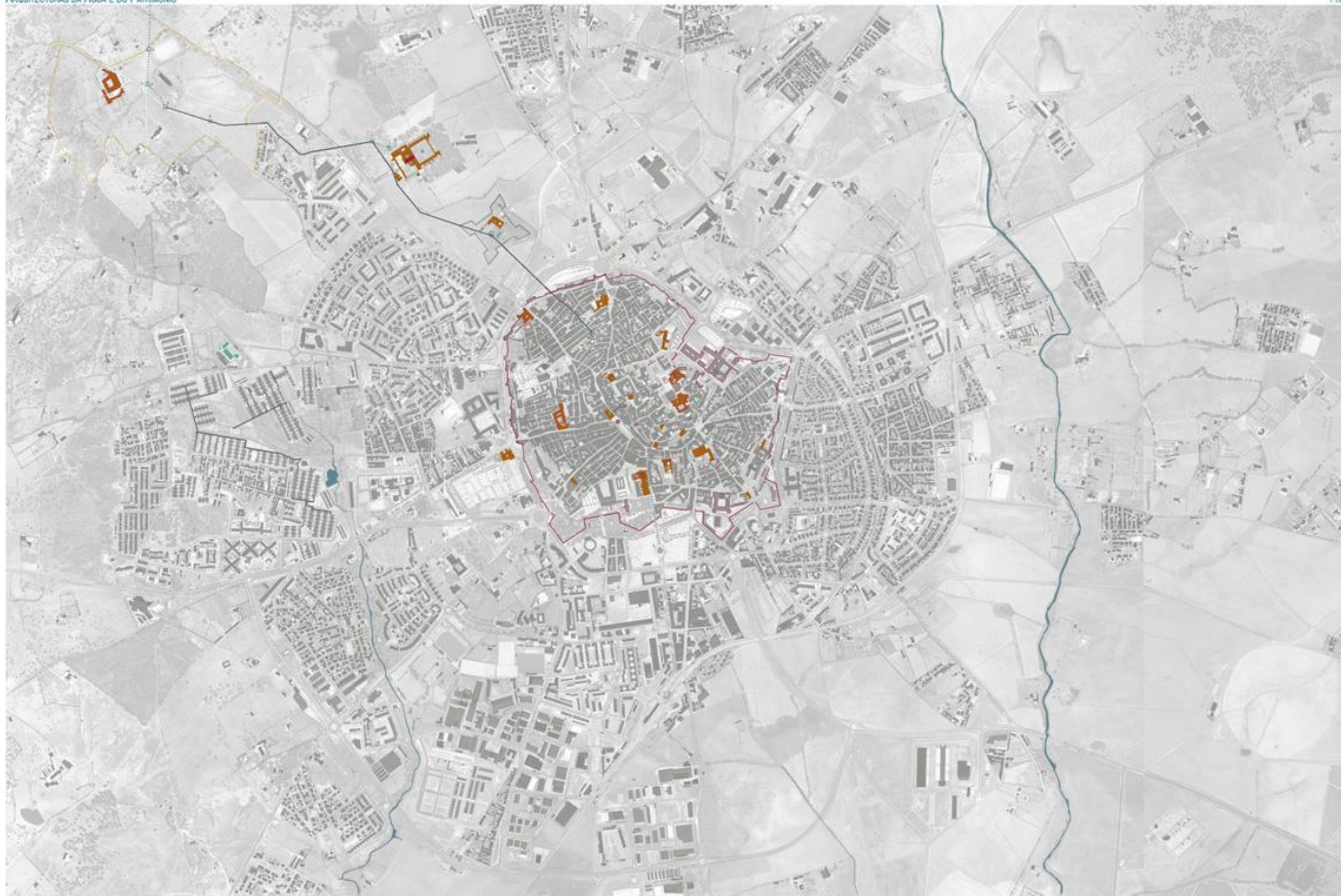
Adaptado de SIMPLÍCIO, Domingas. Evolução da Estrutura Urbana de Évora: o século XX e a transição para o século XXI. p.22





zona verde monumental estrutura ecológica urbana itinerários romanos itinerários medievais









7 - Igreja e Convento das Lãs (1485), actual Piaçeta das Lãs    11 - Convento da Saúde    12 - Igreja e Convento do Carmo (último quartel do séc. XVI)    13 - Igreja e Convento da Nossa Senhora do Ó    14 - Igreja e Convento de São Francisco (séc. XV-XVI)    15 - Convento de Santa Clara (séc. XVI)    16 - Convento de São Domingos (abandonado em 1630)    17 - Convento de Nossa Senhora (1765)    18 - Convento de São José da Esperança    19 - Convento de Santa Maria    20 - Convento de São Pedro de Portalegre (séc. XVI)    21 - Convento das Penitentes (séc. XVI)    22 - Convento de São Bento de Cáceres (1514-XVI)





○ poços ● fontes ● tanques e cisternas ■ caixas de água ■ nascentes e minas — aqueduto superfície ··· aqueduto subsolo maior declive menor declive  
Adaptado de TEREÑO, Maria. O Aqueduto da água da Prata e o abastecimento de água ao Mosteiro S. Bento de Cástris em *Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património* - Atas de Congresso realizado em Alcobaca nos dias 14 a 17 de Junho de 2012

O CONVENTO NO TEMPO

**XIII**  
1275 - Reconhecimento Papal

**XIV**  
1328 - Consagração da Igreja

**XV**  
1430 - Alpendre entre a igreja e dormitório  
1448-77 - Claustro Afonsino na Batalha

**XVI**  
1520-21 - Estêvão Lourenço, mestre pedreiro, realiza dois lanços do claustro (poente e norte), e abóbada nos 4 lados do claustro, em tijolo chanfrado.  
1530 - Claude de Bronseval descreve o Mosteiro como pequeno, constituindo um sistema de Auto-clausura, e adiciona a localização da sacristia, perto da entrada da igreja.  
1546-56\_Campanha artística de Diogo de Contreiras, frescos e pintura

**XVII**  
1575-1600\_ Enfermaria e refeitório no piso térreo (chaminé data de 1567)  
1587 \_Nova ala este, no piso térreo como dormitório

**XVIII**  
Campanhas de Azulejos e artística com enfoque na Igreja e Coro Baixo.

**XIX**  
1825\_Derrocada da ala mais antiga do claustro, a nascente, e consequente construção da ala sobre a forma de uma varanda.



